



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2024-PE

REGIDO PELA LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, E LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, ALTERADA E CONSOLIDADA.

PREÂMBULO

OBJETO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE PÚBLICA DO ENSINO BÁSICO, JUNTO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IRACEMA/CE.
Órgão Gerenciador:	Secretaria de Educação
Órgãos Participantes	Secretaria de Educação
Modalidade:	PREGÃO ELETRÔNICO
Critério de Julgamento:	Global
Regime de Execução:	Empreitada por preço unitário
Modo de Disputa:	Aberto e Fechado
Cadastramento das Propostas:	Início: 20 de dezembro de 2024 às 08h00min (Horário de Brasília). Fim: 08 de janeiro de 2025, às 08h00min (Horário de Brasília).
Data e hora de abertura das propostas:	08 de janeiro de 2025 às 09h00min (Horário de Brasília).

O Município de Iracema torna público para conhecimento de todos os interessados a abertura de processo de licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2024-PE**, identificado acima, mediante as condições estabelecidas no presente Edital, tudo de acordo com a Lei nº 14.133/2021 e Lei Complementar nº 123/2006, alterada e consolidada.

Compõem-se o presente Edital das partes A e B, conforme a seguir apresentadas:

PARTE A – Condições para competição, julgamento e homologação.

Em que são estabelecidos os requisitos e as condições para competição, julgamento e formalização do contrato, bem como os esclarecimentos necessários à aplicabilidade obrigatória dos ditames das Leis 14.133/2021 e 123/2006 e alterações posteriores.

PARTE B – ANEXOS

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA CONSOLIDADA

ANEXO III - MINUTA DO TERMO CONTRATUAL





CLÁUSULAS EDITALÍCIAS

1. DO OBJETO.

1.1. **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE PÚBLICA DO ENSINO BÁSICO, JUNTO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IRACEMA/CE.**

2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO NA PRESENTE LICITAÇÃO.

2.1. Poderão participar da presente licitação:

- a) quaisquer pessoas jurídicas localizadas em qualquer Unidade da Federação, que atendam a todas as condições exigidas neste edital, observados os necessários requisitos de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista, econômico-financeira e qualificação técnica;
- b) os interessados que possuam seus objetivos sociais compatíveis com o objeto da licitação;
- c) que tenham providenciado o credenciamento junto à Plataforma BLL Compras.

2.2. Não poderão participar da presente licitação:

- a) licitantes com sócios, cooperados, diretores ou representantes comuns. Caso constataada a comunhão de sócios, cooperados, diretores ou representantes entre licitantes participantes após a abertura das propostas, os respectivos participantes serão automaticamente desclassificados do certame, independentemente do preço proposto.
- b) os interessados que não possuam objeto social pertinente e compatível com o objeto deste Edital;
- c) os interessados que se encontrem em processo de falência;
- d) direta ou indiretamente, desta licitação ou da execução do contrato, o agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- e) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- f) os interessados que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- g) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- h) pessoas jurídicas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- i) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;





j) agente público do órgão ou entidade licitante;

k) organiza es da sociedade civil de interesse público - OSCIP, atuando nessa condi o;

2.2.1. O impedimento de que trata a alínea "e" será também aplicado ao licitante que atue em substitui o a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da san o a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utiliza o fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.2.2. Em licita es e contrata es realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de coopera o estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei não 14.133/2021.

2.2.3. A veda o de que trata a alínea "j" estende-se a terceiro que auxilie a condu o da contrata o na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.3. O Pregoeiro verificar  se o licitante atende às condi es de participa o no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei não 14.133/2021 e no subitem 2.2 do edital, especialmente quanto   existência de san o que impeça a participa o no certame ou a futura contrata o, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

2.3.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da veda o de que trata o artigo 12 da Lei não 8.429, de 1992.

2.3.2. Caso conste na Consulta de Situa o do Licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

a) A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

2.3.3. O licitante será convocado para manifesta o previamente a uma eventual desclassifica o.

2.3.4. Constatada a existência de san o, o licitante ficará impedido de participar da presente licita o, por falta de condi o de participa o.

2.4. Não será permitida a participa o de pessoas jurídicas organizadas em consórcio.

2.5. Para participa o na presente licita o todo interessado deverá proceder a prévio credenciamento junto   Plataforma BLL Compras (<https://bllcompras.com/Home/PublicAccess>).

2.6. Para acessar o sistema eletrônico, os interessados deverão estar credenciados junto   Plataforma BLL Compras e o envio dos documentos exigidos neste edital se dará diretamente pela empresa licitante através de pessoa devidamente habilitada exclusivamente através do sistema.





2.7. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à Prefeitura de Iracema-CE a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do seu uso indevido, ainda que por terceiros.

2.7.1. Incumbirá ainda à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus da perda de direitos ou negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas por meio do sistema ou de sua desconexão.

2.7.2. O licitante será responsável formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha.

2.7.3. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal no sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao PREGÃO ELETRÔNICO.

2.7.4. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

3. DAS FASES DO PROCESSO LICITATÓRIO.

3.1. O presente procedimento de licitação seguirá o seguinte trâmite em fases distintas:

3.1.1. Credenciamento dos licitantes junto à plataforma eletrônica;

3.1.2. Recebimento das Propostas de Preços via sistema;

3.1.3. Abertura das Propostas de Preços, apresentação de lances, negociação e julgamento das propostas;

3.1.4. Habilitação do licitante melhor classificado;

3.1.5. Recursos;

3.1.6. Adjudicação e Homologação.

4. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS NO SISTEMA ELETRÔNICO.

4.1. Os licitantes encaminharão, por meio do sistema eletrônico, as propostas de preços, conforme exigências definidas neste edital, até a data e o horário estabelecidos para o cadastramento das propostas, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

4.1.1. Os documentos a serem enviados via internet, através do sistema eletrônico, deverão ser apresentados preferencialmente no formato *.pdf, a fim de evitar possíveis alterações no documento por falha humana.

4.1.2. Os documentos a serem enviados via internet também poderão ser reunidos em um conjunto de arquivos comprimidos (*.zip ou *.rar), recomendada a manutenção das extensões dos arquivos dispostas no subitem anterior.

4.1. Por ocasião do cadastramento das propostas de preços, o licitante declarará que:

a) está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

b) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

c) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos ,

d) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.





4.2. O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.3. O licitante enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte, para que estas possam gozar dos benefícios previstos na Lei Complementar Nº 123/2006 e na Lei Nacional Nº 14.133/2021 se faz necessária, ainda, a declaração de que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não celebraram contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. O licitante enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte que não apresentar as declarações previstas no subitem 4.3 e 4.4 deste edital poderá participar normalmente do certame, porém, em igualdade de condições com as empresas não enquadradas neste regime.

4.6. O licitante organizado em cooperativa que não apresentar as declarações previstas no subitem 4.2. e 4.5. deste edital poderá participar normalmente do certame, porém, em igualdade de condições com as empresas não enquadradas neste regime.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os subitens 4.2, 4.3, 4.4 ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir os documentos anteriormente inscritos no sistema, até o final do prazo de cadastramento das propostas.

5. DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1. Os preços da PROPOSTA deverão ser inseridos exclusivamente no sistema eletrônico (www.bllcompras.org.br), até a data estabelecida no edital.

5.1.1. Em seguida, deverá ser anexado no sistema no campo "ANEXAR PROPOSTA", a proposta inicial. A **PROPOSTA NÃO DEVE CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA LICITANTE PROPONENTE** (tais como: nome, CNPJ, papel timbrado da empresa, telefone, e-mail, etc.), sob pena de DESCLASSIFICAÇÃO;

5.2. A PROPOSTA DE PREÇOS, deverá ser enviada exclusivamente por meio do sistema eletrônico, contendo a caracterização do objeto proposto, contemplando os itens em conformidade com o **TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I** deste Edital. A proposta de preços deverá ser preenchida no sistema eletrônico com as informações a seguir:

a) Os preços unitários e totais de cada item cotado, bem como o valor global da proposta por quanto a licitante se compromete a executar o objeto desta licitação, em algarismo; e

5.3. Os preços constantes da proposta da licitante deverão conter apenas duas casas decimais após a vírgula, cabendo ao licitante proceder ao arredondamento ou desprezar os números após as duas casas decimais dos centavos.

5.4. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro argumento não previsto em lei.

5.5. Os valores contidos nos orçamentos serão considerados em moeda corrente nacional (REAL) mesmo que não contenham o símbolo da moeda (R\$).

5.6. Na análise das Propostas de Preços o Pregoeiro observará o **Menor Valor por Lote**, expresso em reais. Assim, as Propostas deverão ser apresentadas observando-se o valor global.

5.7. Não serão adjudicadas propostas com valor superior ao estimado para a contratação.

5.8. O encaminhamento de Proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação





previstas no Edital. O proponente será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas.

5.9. Os quantitativos licitados e cotados deverão ser rigorosamente conferidos pelos licitantes. O licitante não poderá oferecer proposta com quantitativo inferior ao previsto para cada item da contratação.

5.10. O prazo de validade da Proposta não pode ser inferior a 60 (sessenta) dias consecutivos da sessão de abertura desta licitação. Caso a licitante não informe em sua Proposta o prazo de validade, será considerado aquele definido neste Edital.

5.11. A apresentação da Proposta de preços implica na ciência clara de todos os termos do edital e seus anexos, em especial quanto à especificação dos itens e as condições de participação, competição, julgamento e formalização do contrato, bem como a aceitação e sujeição integral às suas disposições e à legislação aplicável, notadamente à Lei nº 14.133/2021.

5.12. Somente serão aceitas Propostas enviadas através do sistema, inclusive quanto aos seus anexos, não sendo admitido o recebimento pelo Pregoeiro de qualquer outro documento, nem permitido ao licitante fazer qualquer adendo aos entregues ao Pregoeiro por meio do sistema, exceto a título de diligência.

5.13. **DA GARANTIA DA PROPOSTA:** O Licitante deverá anexar **Garantia de proposta**, como requisito de pré-habilitação, no montante de **RS 11.802,26 (onze mil, oitocentos e dois reais e vinte e seis centavos)**, equivalente a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação, nos termos do artigo 58, *caput* e §1º, da Lei nº 14.133/2021, **sob pena de desclassificação** e impedimento de prosseguir nas demais etapas do certame.

5.13.1. **Ultrapassada a fase de lances, o(a) Pregoeiro(a) solicitará ao participante vencedor, em ordem de precedência a garantia da proposta, que deverá ser apresentada juntamente com a proposta adequada, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de desclassificação. O Licitante vencedor, deverá anexar Garantia de Proposta, no campo "DOCUMENTOS COMPLEMENTARES".**

5.14. A licitante poderá optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

b) seguro-garantia;

c) fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

d) título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

5.15. Optando por caução em dinheiro, o licitante deverá realizar transferência eletrônica ou depósito identificado indicando o número de seu CNPJ para a seguinte conta bancária em nome da Prefeitura Municipal de Iracema, juntando o respectivo comprovante: Banco do Brasil (001), Agência 0481-2, Conta Corrente 12.388-9.

5.16. Caso a modalidade de garantia recaia em títulos da dívida pública, o título acompanhado dos documentos descritos no subitem abaixo, devem ser apresentados via sistema.

5.16.1. Os títulos da dívida pública devem estar acompanhados, obrigatoriamente, de documento emitido pela SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL que atestará a sua validade, exequibilidade e avaliação de resgate atual, e das seguintes comprovações:



- a) Origem/aquisição mediante documento respectivo e lançamento contábil por meio de registro no balanço patrimonial da licitante;
- b) Apresentar documento, emitido por entidade ou organismo oficial, dotado de fé pública, demonstrando a correção atualizada monetariamente do título (realizada até seis meses anteriores a data marcada para apresentação da dita garantia), conforme parâmetros definidos pelo Ministério da Fazenda;
- c) Serão aceitos apenas e tão somente títulos com vencimentos passíveis de resgate incontestável sob nenhum aspecto, até a data correspondente ao prazo de validade da proposta de preços.
- d) Presumem-se como autênticos os títulos oferecidos pela licitante, reservando-se a Prefeitura Municipal de Iracema o direito de averiguar a sua autenticidade. Em se constatando indícios de fraude, se obriga a oferecer denúncia ao Ministério Público.

5.16.2. Caso a modalidade de garantia escolhida seja a fiança bancária, o licitante entregará o documento fornecido pela instituição bancária que a concede, do qual deverá obrigatoriamente, constar:

5.16.3 Beneficiário: Prefeitura Municipal de Iracema.

5.16.4. Objeto: Garantia da participação no **PREGÃO ELETRÔNICO N° 020/2024**.

5.16.5. Valor: 1% (um por cento) do valor estimado da licitação.

5.16.6. Prazo de validade: mínimo de 120 (cento e vinte) dias.

5.17. Caso a modalidade de garantia seja seguro-garantia, o licitante deverá fazer a comprovação da apólice ou de documento hábil expedido pela seguradora, cuja vigência será de, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data de abertura das propostas.

5.18. A garantia de manutenção de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

5.19. A garantia da proposta poderá ser executada integralmente:

- a) se o licitante retirar sua proposta comercial durante o prazo de validade da mesma;
- b) se o licitante declarado vencedor, tendo sido convocado, não firmar o contrato.

6. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Os interessados habilitar-se-ão para a presente licitação, mediante a apresentação dos seguintes Documentos, os quais serão enviados via sistema quando solicitados pelo Pregoeiro, no prazo previsto neste edital, analisados quanto à sua autenticidade e ao seu prazo de validade e consistirão de:

6.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA

6.2.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, acompanhados de todos os aditivos ou alterações, quando não consolidado, devidamente registrado no órgão competente, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, civis ou cooperativas, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores;

6.2.2. Registro comercial, no caso de empresário individual;

6.2.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis;

6.2.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

6.3. HABILITAÇÕES FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA





- 6.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- 6.3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, conforme o caso, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 6.3.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, quanto aos Tributos Federais, Dívida Ativa da União (PGFN) e Seguridade Social, com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN Nº 1.751 de 02/10/2014;
- 6.3.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 6.3.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 6.3.6. Prova de regularidade relativa ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- 6.3.7. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou positiva com efeitos de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 6.3.8. Declaração de que, em cumprimento ao estabelecido na Lei nº 9.854, de 27/10/1999, publicada no DOU de 28/10/1999, e ao inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de 16 (dezesseis) anos em trabalho algum, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos, em conformidade com o inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 6.3.9. Na forma do que dispõe o art. 42 da Lei Complementar nº 123 de 14.12.2006, a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.
- 6.3.10. Para efeito do disposto no subitem acima, as microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste procedimento licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- 6.3.11. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contado a partir do momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito.
- 6.3.12. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na lei e neste edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, nos termos deste edital.

6.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

6.4.1. Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução ou liquidação, expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

6.4.1.1. No caso de o licitante se encontrar em recuperação judicial deverá comprovar a sua viabilidade econômica, mediante documento (certidão ou assemelhado) emitido pela instância judicial competente; ou concessão judicial da recuperação nos termos do art. 58 da Lei nº 11.101/2005. No caso de recuperação





extrajudicial, a licitante deverá apresentar homologação do plano de recuperação extrajudicial, nos termos do art. 164, § 5º, da Lei nº 11.101/2005;

6.4.1.2. A empresa em recuperação judicial/extrajudicial com recuperação judicial/plano de recuperação extrajudicial homologado deverá demonstrar os demais requisitos para habilitação econômico-financeira.

6.4.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais exigíveis, devidamente registrado na Junta Comercial ou outro órgão competente, na forma da lei.

6.4.2.1. Caso a empresa licitante utilize o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), deverá apresentar o balanço patrimonial dos 2 (dois) últimos exercícios sociais exigíveis, considerando-se as disposições das Instruções Normativas da Receita Federal do Brasil.

6.4.3. Comprovação da boa situação financeira atestada por declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, legalmente reconhecido junto ao Conselho Regional de Contabilidade da sede ou filial do licitante, que ateste o atendimento pelo licitante do índice econômico de liquidez geral (LG) maior ou igual a 1,00 (um vírgula zero), para os 02 (dois) últimos exercícios financeiros, calculada conforme a fórmula abaixo:

$$LG = \frac{AC + ARLP}{PC + PELP} \geq 1,0$$

Onde:

LG – Liquidez Geral;

AC – Ativo Circulante;

ARLP – Ativo Realizável a Longo Prazo;

PC – Passivo Circulante;

PELP – Passivo Exigível a Longo Prazo.

6.4.4. As pessoas jurídicas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura devidamente registrado na Junta Comercial ou outro órgão competente, na forma da lei, devendo ser assinado pelo titular ou representante legal da empresa e por contador habilitado.

6.4.5. No caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, o Balanço patrimonial, a demonstração de resultado de exercício e as demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício social exigível.

6.4.6. Tratando-se de Sociedade Anônima, deverão ser apresentadas as Demonstrações Contábeis por meio de uma das seguintes formas: publicação em Diário Oficial, publicação em jornal de grande circulação, ou ainda através de cópia das mesmas. Os demais tipos societários e o empresário individual deverão apresentar cópia do Balanço Patrimonial, registrado na Junta Comercial da sede da licitante ou em outro órgão equivalente.

6.4.7. Capital social ou patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

6.4.7.1. Caso o licitante seja vencedor de mais de um lote, o montante do capital social mínimo ou patrimônio líquido deverá ser equivalente a 10 % (dez por cento) do somatório do valor estimado da contratação de todos os lotes arrematados.

6.5. RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA





6.5.1. Apresentar Atestado em papel timbrado do órgão (ou empresa) emissor, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando aptidão pelo concorrente para desempenho de atividade compatível com o objeto da licitação em características, com firma reconhecida do emitente, com averbação junto ao Conselho Regional de Administração – CRA, seção da empresa, acompanhado do respectivo contrato de prestação dos serviços, e, devendo conter no mínimo, as seguintes informações:

- a) razão Social, CNPJ e dados de contato do órgão (ou empresa) emissor;
- b) descrição do objeto contratado;
- c) prazo de execução dos serviços (**SÓ SERÃO ACEITOS ATESTADOS E CONTRATOS PARA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR**);
- d) assinatura e nome legível do responsável pela gestão do contrato. Esses dados poderão ser utilizados para comprovação das informações.

6.5.1.1. A Prefeitura Municipal de IRACEMA, se resguarda no direito de diligenciar junto à pessoa jurídica emitente do Atestado/Declaração de capacidade Técnica, amparados pela Lei n.º 14.133/21, visando a obter informações sobre o fornecimento prestado e cópias das respectivas notas fiscais de execução dos serviços e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado.

6.5.2. Prova de Inscrição da empresa e do(s) responsável(is) técnicos, junto ao Conselho Regional de Administração – CRA, seção da sede da empresa, de acordo na Lei Federal n.º 4.769/65, Decreto Regulamentador n.º 61.934/67.

6.5.2.1. A comprovação de vinculação do(s) responsável(is) técnico(s) ao quadro permanente, será comprovado da seguinte forma:

- a) **EMPREGADO**: Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, expedida pelo Ministério do Trabalho - DRT; Ficha de Registro de Empregado (FRE) que demonstre a identificação do profissional, bem como da informação da (GFIP) dos últimos 03 (três) meses imediatamente anteriores a presente licitação;
- b) **SÓCIO**: contrato social ou estatuto social, devidamente registrado no órgão competente, comprovando que participa da sociedade, pelo menos, desde o mês anterior ao da publicação deste edital;
- c) **DIRETOR**: cópia autenticada do contrato social registrado legalmente comprovando a função, pelo menos, desde o mês anterior ao da publicação deste Edital, em se tratando de firma individual ou limitada, ou ainda da ata assembleia de sua investidura no cargo, devidamente publicada na imprensa oficial, em se tratando de sociedade anônima; ou;
- d) **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**: contrato de prestação de serviços, dentro do prazo de validade, comprovando vínculo profissional da empresa para com o prestador de serviço, com firma reconhecida do contratado e do contratante.

6.5.3. Certificado de registro da proponente junto a Agência Reguladora do Estado do Licitante.

6.6. OUTROS DOCUMENTOS

6.6.1. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.6.2. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados





na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

6.6.3. Comprovar propriedade de no mínimo **30% (trinta por cento)** dos veículos necessários para a execução do objeto, **no ato da assinatura do contrato**, facultada à Administração a realização de diligências para sua comprovação, antes da contratação.

6.6.4. Apresentar, também **no ato da assinatura do contrato**, relação de todos os veículos para a prestação dos serviços em suas respectivas rotas. Na relação dos veículos deverão constar suas características, tais como o tipo de veículo, placa, ano de fabricação, modelo, estado de conservação, etc.

6.6.5. Para comprovar que os motoristas acima referidos pertencem ao quadro permanente da licitante e que estão devidamente habilitados, deverá ser apresentada cópia autenticada da sua Carteira de Trabalho e Previdência Social-CTPS, acompanhada da cópia autenticada do Livro de Registro de Funcionários, bem como cópia autenticada da Carteira Nacional de Habilitação –CNH e/ou prestação de serviços entre o dono do veículo e o condutor caso o mesmo não seja o proprietário do veículo com cópia autenticada da Carteira Nacional de Habilitação –CNH.

6.6.6. Declaração de que o(s) motorista(s) que ira(m) realizar os serviços possui(em) o curso com Certificado de Formação de Condutores de Transporte Escolar fornecido pelo SEST/SENAT ou órgão similar;

7. DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

7.1. Será adotado para o envio de lances o modo de disputa “aberto e fechado”, em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.1.1. O sistema eletrônico da BLL Compras é certificado digitalmente por autoridade certificadora no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP Brasil.

7.1.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.1.3. Encerrado o prazo previsto no item 7.6.1., o sistema abrirá oportunidade para que a licitante da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores, àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.1.4. Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no item 7.6.2., poderão as licitantes dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de 03 (três), oferecer um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.1.5. Após o término dos prazos estabelecidos, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.1.6. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida, haverá o reinício da etapa fechada, para que as demais licitantes, até o máximo de 03 (três), na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.1.7. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhuma licitante classificada na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

7.1.8. Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) Pregoeiro(a), mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo da BLL Compras constante da página eletrônica: <https://bll.org.br//>.





7.2. A participação na PREGÃO ELETRÔNICO dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante direto ou do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento das Propostas de Preços e seus anexos, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico observadas as condições e limites de data e horário estabelecidos.

7.3. **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** A partir do horário estabelecido no preâmbulo deste Edital terá início a sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO, com a abertura e divulgação dos preços das Propostas cadastradas no sistema eletrônico.

7.3.1. Na hipótese de não haver expediente na data designada para a realização do ato, este será realizado no primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, podendo, no entanto, o Pregoeiro definir outra data e horário, através do “chat” de mensagem da Plataforma de Licitações Eletrônicas BLL Compras.

7.3.2. Até a abertura da sessão os PROPONENTES poderão retirar ou substituir as Propostas apresentadas.

7.3.3. Depois de encerrado o prazo para cadastramento das Propostas, não mais será permitido o Cadastramento de Proposta e /ou o envio de qualquer adendo ou complementação.

7.3.4. O sistema fará, automaticamente, a ordenação das Propostas, em ordem crescente de valor.

7.4. **LANCES SUCESSIVOS:** Aberta a etapa competitiva, os representantes dos PROPONENTES deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. É de inteira responsabilidade do licitante se manter conectado ao sistema e acompanhar a fase competitiva.

7.4.1. Iniciada a etapa competitiva, os PROPONENTES poderão encaminhar lances decrescentes, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico.

7.4.2. A cada lance ofertado, o PROPONENTE será imediatamente informado de seu recebimento e do respectivo horário de registro e valor.

7.4.3. Os lances serão ofertados considerando o valor global.

7.4.4. O PROPONENTE somente poderá oferecer lance inferior ao seu último lance anteriormente registrado pelo sistema.

7.4.4.1. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de no mínimo **R\$ 0,01 (um centavo)**.

7.4.5. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro pelo sistema.

7.4.6. Durante a sessão pública, os PROPONENTES serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado.

7.4.7. Encerrados os prazos estabelecidos no subitem anterior, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de valor.

7.4.8. Encerrada a sessão pública com ou sem prorrogação automática pelo sistema, o Pregoeiro poderá admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

7.5. **NEGOCIAÇÃO:** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública e havendo apresentação de garantia de proposta na forma deste edital, o Pregoeiro deverá promover tentativa de negociação com o





licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.5.1. O sistema informará a Proposta de menor valor imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

7.5.2. Depois de concluída a negociação, o seu resultado será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.5.3. Os preços ofertados, global ou qualquer dos unitários, não poderão estar superiores aos orçados pelo Município de Iracema, sob pena de desclassificação.

7.6. PROPOSTA CONSOLIDADA: Encerrada a fase de lances e/ou negociação, depois de declarado aceito o preço proposto, o licitante vencedor deverá encaminhar a proposta de preços final planilha com os respectivos valores readequados ao menor lance obedecendo a todos os dados solicitados nesta cláusula, **dentro do prazo máximo de 02 (duas) horas**, após convocação do pregoeiro através do chat do sistema de pregão eletrônico, para que o pregoeiro proceda a uma breve análise.

7.6.1. No caso de indisponibilidade do sistema para anexar a proposta de preços consolidada, o licitante poderá **encaminhá-la através de e-mail, (licitacaoiracema2017@gmail.com)**, no mesmo prazo estipulado no item anterior, desde que seja comunicada a referida indisponibilidade através de chat e mediante prévia autorização do Pregoeiro, que, na oportunidade, indicará o e-mail para fins de envio da proposta.

7.6.2. A **Proposta final consolidada** deverá ser apresentada em língua portuguesa, com a identificação da licitante, sem emendas ou rasuras, datada, contendo os seguintes dados:

a) Nome do proponente, endereço, telefone, e-mail, identificação (nome pessoa física ou jurídica) em papel timbrado da licitante, contendo o nº do CNPJ ou CPF;

b) Relação dos dados da pessoa indicada para assinatura do Contrato, constando o nome, CPF, RG, nacionalidade, naturalidade, estado civil, profissão, endereço completo, incluindo Cidade e UF, cargo e função na empresa, bem como cópia do documento que dá poderes para assinar contrato em nome da empresa. Obrigatório para a licitante vencedora da licitação. Neste caso, os dados poderão ser apresentados após o julgamento da licitação.

7.6.3. A **Proposta final consolidada** deverá retratar os preços unitários e totais de cada item/lote ao novo valor proposto, apresentada em consonância com o preço obtido após a fase de lance/negociação e deverá conter os seguintes requisitos:

- O detalhamento dos itens, iguais ao objeto desta licitação conforme disposto no Termo de Referência;
- Os itens/lotes cotados, nos quantitativos licitados, segundo a unidade de medida consignada no edital;
- Os valores unitários e totais de cada item/lote cotado, bem como o valor global da proposta, expresso em reais em algarismo e, opcionalmente, por extenso;
- Prazo de validade da proposta, que será de, no mínimo, **60 (sessenta) dias**;
- Prazo de execução dos serviços segundo o prazo consignado no edital, contados a partir da emissão da ordem de serviços.



7.6.4. A proposta consolidada deve ser apresentada contendo todos os elementos do subitem 7.6.3 e sem erros, de forma que:

- a) o preço total da proposta esteja compatível com o valor ofertado na fase de negociação;
- b) não haja discrepância entre as operações aritméticas, notadamente o resultado das multiplicações das quantidades com os preços unitários, bem como dos somatórios dos valores totais.
- c) Os quantitativos e a especificação dos itens licitados e cotados deverão ser rigorosamente conferidos pelos licitantes.
- d) A proposta deve contemplar o quantitativo de todos os itens em sua totalidade conforme apresentado no edital, não podendo conter omissão, acréscimo ou decréscimo quantitativo;
- e) A proposta deve contemplar as unidades de medida conforme descrito no Termo de Referência apresentado pela administração, não podendo haver omissão ou divergência.

7.6.5. Constatado algum erro ou omissão na **proposta final consolidada** o Pregoeiro assinalará o prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por mais 02 (duas) horas a pedido do interessado, para que o licitante corrija exclusivamente as peças desconformes ou omissas, sob pena de desclassificação.

7.6.6. O atendimento à diligência não poderá acarretar, em nenhum caso, aumento do valor da Proposta final consolidada obtida após a fase de lance/negociação.

7.6.7. Não procedida a correção ou saneamento da proposta final consolidada pelo licitante no prazo assinalado, ou ainda remanescendo erro ou omissão, o licitante será desclassificado, sobretudo por se tratar de empreitada por preço unitário, cuja contratação se dá por preço certo de unidades e quantidades determinadas e considerando as disposições do art. 59, incisos II e V da Lei Nº 14.133/21.

7.7. **JULGAMENTO:** Encerrada a etapa de que trata o subitem anterior, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade dos preços unitários e totais em relação ao máximo estipulado para contratação, observados critérios objetivos para definição do melhor preço, considerados os prazos para a execução do contrato, as especificações técnicas, os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e as diretrizes e demais condições estabelecidas neste edital.

7.8. Tratando-se de preço inexequível o Pregoeiro poderá determinar ao licitante que comprove a exequibilidade de sua Proposta, em prazo a ser fixado, sob pena de desclassificação.

7.9. Ocorrendo a hipótese tratada no subitem anterior, o Pregoeiro poderá solicitar o envio dos documentos de habilitação do licitante primeiro classificado "sob condição", considerando o disposto no subitem anterior.

7.10. O lance ofertado depois de proferido será irretroatável, não podendo haver desistência, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades constantes deste edital.

7.11. Os licitantes que apresentarem preços unitários e/ou totais excessivos ou manifestamente inexequíveis serão considerados desclassificados.

7.12. Não serão adjudicadas Propostas com preços unitários e/ou total superiores aos estimados para a contratação constante do Termo de Referência.

7.13. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços que forem iguais ou inferiores aos consignados no Termo de Referência da Prefeitura Municipal de Iracema/CE.





7.14. Na hipótese de desclassifica o do licitante que tiver apresentado a oferta com menor valor, o Pregoeiro deverá examinar a oferta subsequente, permitida negocia o, verificando a sua aceitabilidade.

7.15. Após a etapa de envio de lances ou, **caso não haja envio de lances, após o início da fase competitiva**, haverá a aplica o dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar n  123, de 14 de dezembro de 2006.

7.16. Fica assegurado, como critério de desempate, o exercício do direito de preferência para as microempresas ou empresas de pequeno porte ao final da disputa de lances. Entende-se por empate aquelas situa es em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores   proposta mais bem classificada, sendo facultada   microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada a possibilidade de apresentar proposta de preço inferior.

7.17. Para efeito do disposto no subitem anterior, ocorrendo empate, o Pregoeiro procederá da seguinte forma:

- a) a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame.
- b) não ocorrendo a contrata o da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 7.16, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.18. No caso de equivalência de preços pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 7.16, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar nova proposta de preços, que deverá ser registrada em ata.

7.19. Na hipótese de não contrata o nos termos previstos no subitem 7.17, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.20. Havendo eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n  14.133, de 2021, nesta ordem:

- a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta de preço em ato contínuo   classifica o;
- b) avalia o do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obriga es previstos nesta Lei;
- c) desenvolvimento pelo licitante de a es de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orienta es dos órgãos de controle.

7.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administra o Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licita o realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- b) empresas brasileiras;
- c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) empresas que comprovem a prática de mitiga o, nos termos da Lei n  12.187, de 29 de dezembro de 2009.





7.22. O Pregoeiro poderá, para analisar as Propostas de Preços, solicitar pareceres técnicos e suspender a sessão para realizar diligências a fim de obter melhores subsídios para as suas decisões.

7.23. O Pregoeiro não considerará qualquer oferta de vantagens não prevista neste Edital, nem preço ou vantagem baseada nas propostas das demais licitantes.

7.24. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares solicitados pelo Pregoeiro, os licitantes deverão apresentá-los em formato digital, via sistema, no prazo definido pelo Pregoeiro, observado o **prazo mínimo de 02 (duas) horas**. Na hipótese de inviabilidade técnica do envio através do sistema, o Pregoeiro poderá definir outra forma de envio.

7.25. A desclassificação de qualquer Proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema para acompanhamento, em tempo real, de todos os PROPONENTES.

7.26. Será desclassificada a Proposta de Preços que:

- a) contiver vícios insanáveis, for omissa ou apresentar irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;
- b) estiver em desacordo com quaisquer das exigências do presente Edital, desde que insanável ou não sanada no prazo diligência;
- c) contiver oferta de vantagem não prevista no Edital;
- d) apresentar valor unitário e/ou global acima do valor orçado pelo Município;
- e) apresentar preços inexequíveis;
- f) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.

7.27. Considera-se indicio de inexequibilidade a proposta cujo valor global proposto seja inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração;

7.27.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o subitem 7.27., só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.28. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.29. A classificação dos licitantes será realizada pela ordem crescente de valor.

7.30. Após a fase de julgamento, o Pregoeiro:

a) indagará aos licitantes sobre a intenção de recorrer dos atos praticados nessa fase, a qual deverá ser manifestada imediatamente pelos interessados, no prazo de 10 (dez) minutos, sob pena de preclusão, cujo recurso processar-se-á na forma do item 10 deste Edital. Encerrada a fase de julgamento e não manifestada a imediata intenção de recurso, fica precluso o direito recursal quanto aos fatos e matérias ocorridas nessa fase já finalizada.

b) iniciará a fase de habilitação.



8. DA HABILITAÇÃO DO LICITANTE CLASSIFICADO

8.1. Havendo Proposta classificada aceitável, o Pregoeiro solicitará do licitante que apresentou a melhor Proposta os documentos de habilitação, para confirmação das suas condições habilitatórias, determinadas no item 6 deste Edital, que serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **02 (DUAS) HORAS**, prorrogável por igual período, mediante solicitação da licitante devidamente justificada e aceita pelo Pregoeiro, sob pena de inabilitação.

8.2. Os licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos no item 6 (Documentos de Habilitação), ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste edital, com irregularidades ou inválidos, serão considerados inabilitados.

8.3. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.4. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado **HABILITADO** e a ele adjudicado o objeto do certame.

8.5. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, sendo o licitante declarado vencedor do certame e a ele adjudicado o objeto do certame.

8.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os subitens 4.3. e 4.4. deste edital.

8.7. Após a fase de habilitação, o Pregoeiro:

- a) indagará aos licitantes sobre a intenção de recorrer dos atos praticados nessa fase, a qual deverá ser manifestada imediatamente pelos interessados, no prazo de 10 (dez) minutos, sob pena de preclusão, cujo recurso processar-se-á na forma do item 10 deste Edital. Encerrada a fase de habilitação e não manifestada a imediata intenção de recurso, fica precluso o direito recursal quanto aos fatos e matérias ocorridas nessa fase já finalizada.

9. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

9.1. Todos os documentos necessários à participação na presente licitação poderão ser apresentados em original, por cópia cuja autenticidade possa ser confirmada por Oficial de Registro Público, por declaração de advogado na forma da lei, por certificação via rede mundial de computadores ou por publicação em órgão da imprensa oficial.

9.1.1. Não serão admitidos documentos emitidos eletronicamente cuja verificação da autenticidade não possa ser confirmada através do sítio eletrônico que os emitiu.

9.1.2. É permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

9.1.3. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.



9.1.4. A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante o Pregoeiro, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

9.1.5. Quando a prova da autenticidade de documento se der através de declaração de autenticidade por advogado, o referido documento deve conter a identificação e assinatura digital do profissional responsável pela declaração em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), a qual deverá encontrar-se válida e passível de confirmação eletrônica.

9.1.6. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, de documentos apresentados pelos licitantes, constitui meio legal de prova, para fins de julgamento e habilitação.

9.1.7. Os documentos apresentados deverão ter seu conteúdo completamente legível e inteligível, sem emendas ou rasuras. Serão desconsiderados pelo Pregoeiro os documentos apresentados em desacordo com este subitem.

9.1.8. Os documentos necessários à participação na presente licitação deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil.

9.1.9. Os documentos apresentados em outra língua deverá ser traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.1.10. As certidões de comprovação de regularidade fiscal social e trabalhista, bem como as de falência e recuperação judicial exigidas neste edital, que não apresentarem expressamente o seu período de validade, deverão ter sido emitidas nos 60 (sessenta) dias anteriores à data marcada para a sessão pública, ou então apresentar declaração ou regulamentação do órgão emissor que disponha sobre a validade do documento em questão.

9.1.11. Na análise dos documentos das propostas de preços e de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.1.12. O licitante que deixar de apresentar documento exigido ou apresentar documento em desacordo com o disposto neste item será eliminado e não participará da fase subsequente do processo licitatório.

9.1.13. Todos os documentos anexados neste processo deverão ser apresentados de forma eletrônica, devidamente autenticados, cuja verificação da autenticidade possa ser realizada, preferencialmente, mediante consulta direta em sítios oficiais na internet, ficando dispensada a autenticação das declarações constantes do item 6 deste edital.

9.1.14. Os documentos cuja verificação da autenticidade não possa ser realizada mediante consulta direta em sítios oficiais na internet enviados através do sistema eletrônico, poderão ter seus originais requisitados pelo Pregoeiro, hipótese na qual deverão ser protocolados pelo licitante na sede da Central de Licitação e Pregões, localizada na Rua Delta Holanda, nº 19, centro, Iracema, Ceará, das 07h00min às 13h00min, no prazo de até 02 (dois) dias, contado a partir do 1º dia útil subsequente à solicitação do Pregoeiro, sob pena de inabilitação ou desclassificação.





9.1.15. Compete exclusivamente ao licitante a responsabilidade pela efetiva entrega da documentação tratada neste subitem no prazo editalício no endereço da Central de Licitação e Pregões, não competindo qualquer alegação de atraso, nem mesmo provocado por terceiros prestadores de serviços de entregas postais (correios ou empresas de entregas).

9.1.16. Cada face de documento reproduzida deverá corresponder a uma autenticação, ainda que diversas reproduções sejam feitas na mesma folha, salvo disposição normativa em contrário, devidamente comprovada pelo licitante no ato da apresentação do documento.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento da proposta de preço, da habilitação ou inabilitação de licitantes, da anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021 e da Regulamentação Municipal.

10.2. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

- a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente ao final de cada fase, sob pena de preclusão. Encerrada a fase licitatória correspondente e não manifestada a imediata intenção de recurso, fica precluso o direito recursal quanto aos fatos e matérias ocorridas nas fases já finalizadas;
- b) o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de **10 (dez) minutos** ao final da divulgação dos resultados de cada fase, cujas matérias ficarão adstritas à respectiva fase;

10.2.1. O recorrente terá o prazo 03 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais, iniciando-se o prazo a partir da data de intimação da decisão que julgar a fase de habilitação.

10.2.2. A administração somente conhecerá das matérias cuja intenção de recurso tenha sido manifestada no tempo oportuno.

10.3. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação via sistema da apresentação das razões pelo recorrente, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.9. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://bll.org.br/>

10.10. Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não manifestada a intenção de interpor o recurso pela Licitante no momento oportuno.





10.11. Os memoriais (razões de recurso) e contrarrazões deverão ser apresentados via sistema da Plataforma BLL Compras: <https://bll.org.br/> até às 23:59h do dia final do prazo de apresentação.

10.12. Decidido(s) o(s) recurso(s), observar-se-á o disposto no subitem 11.1. deste edital.

11. DA DECLARAÇÃO DO VENCEDOR

11.1. Será declarado vencedor do certame o Licitante que apresentar o Menor Valor por Lote Global, conforme critério de julgamento adotado neste certame e, tenha atendido a todas as exigências deste edital, cujo objeto a ele será adjudicado.

12. DO ENCERRAMENTO DA SESSÃO

12.1. Da sessão de Licitação será lavrada ata circunstanciada, que mencionará os licitantes, as propostas, na ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e eventuais recursos interpostos, devendo ser a mesma obrigatoriamente assinada, ao final, pelo Pregoeiro.

12.2. Ao final da sessão, decididos os recursos eventualmente interpostos e declarado o vencedor, o processo, devidamente instruído, será encaminhado à Assessoria Jurídica do Município, para fins de análise e parecer e, depois, à Secretaria competente que poderá:

- a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.

13. DA SUSPENSÃO DA SESSÃO

13.1. Ao Pregoeiro é facultado, a qualquer momento, suspender a sessão mediante motivo devidamente justificado e marcar seu prosseguimento para outra ocasião, fazendo constar esta decisão no sistema eletrônico.

13.2. O Pregoeiro, a qualquer tempo, poderá analisar as propostas e seus anexos, solicitar amostras, pareceres técnicos, e suspender a sessão para realizar diligência a fim de obter melhores subsídios para as suas decisões.

13.3. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública poderá ser suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação, através de mensagem eletrônica (chat) divulgando data e hora da reabertura da sessão.

13.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata a alínea "a" do item 12.2 deste edital, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema. O aviso deverá ser divulgado com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas anterior à realização do prosseguimento da sessão, e a ocorrência será registrada em ata.

14. CONSULTAS, RESPOSTAS, ADITAMENTO

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o respectivo pedido em até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.





14.2. Somente serão aceitas solicitações de esclarecimentos, providências ou impugnações apresentadas via Plataforma BLL Compras: <https://bll.org.br/> até às 23:59h do dia final do prazo de apresentação, que preencham os seguintes requisitos:

14.2.1. O fato e o fundamento jurídico de seu pedido, indicando quais os itens ou subitens discutidos; e

14.2.2. O pedido, com suas especificações.

14.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.4. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

14.5. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no sistema via Plataforma BLL Compras: <https://bll.org.br/>, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e constituirá aditamento a estas Instruções.

14.6. O aditamento prevalecerá sempre em relação ao que for aditado.

14.7. Acolhida a petição de impugnação contra o ato convocatório que importe em modificação dos termos do edital será designada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

14.8. DILIGÊNCIA: Em qualquer fase do procedimento licitatório, o Pregoeiro ou a autoridade superior poderá promover diligências no sentido de obter esclarecimentos, confirmar informações ou permitir que sejam sanadas falhas meramente formais de documentação que complementem a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da Proposta, fixando prazo para a resposta de 2 (dois) dias.

14.8.1. O(s) licitante(s) notificado(s) para prestar(em) quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

15. REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

15.1. O Município de Iracema-CE, em qualquer etapa do processo, poderá revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade ou anulá-la de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável.

16. DO CONTRATO

16.1. A contratação com o licitante será formalizada pela Secretaria Gestora por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de execução ou outro instrumento hábil, conforme o disposto no art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

16.2. O licitante vencedor terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir da convocação, para assinar o contrato. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante vencedor durante o seu transcurso e desde que ocorra justo motivo aceito pelo Município de Iracema/CE.

16.2.1. A recusa injustificada ou a carência de justo motivo da vencedora para deixar de assinar o contrato no prazo estabelecido, sujeitará a licitante à perda do direito a contratação e à aplicação das penalidades previstas neste edital e na legislação pertinente e implicará na imediata perda da garantia da proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

16.3. Incumbirá à Administração providenciar a publicação do extrato do contrato nos meios legais.





16.4. O(s) contrato(s) oriundo(s) desta licita o produzirá( o) seus jurídicos e legais efeitos a partir da data de assinatura do Instrumento Contratual e viger ( o) por 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que as condi es e os preços permaneçam vantajosos para a Administra o, permitida a negocia o com o contratado ou a extin o contratual sem ônus para qualquer das partes, nos termos do art. 107 da Lei Nacional n  14.133/2021.

16.4.1. Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administra o deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

16.5. Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:

- a) o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas san es administrativas;
- b) a Administra o poderá optar pela extin o do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execu o contratual.

16.6. O contrato poderá ser alterado em conformidade com o disposto no Capítulo VII do Título III da Lei n  14.133/2021.

16.7. Constituem motivos para a extin o do contrato, independentemente de interpela o judicial ou extrajudicial e sem que caiba ao Contratado direito   indeniza o de qualquer natureza, ocorrendo qualquer dos seguintes casos:

- a) não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especifica es, de projetos ou de prazos;
- b) desatendimento das determina es regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execu o ou por autoridade superior;
- c) altera o social ou modifica o da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- d) decreta o de falência ou de insolvência civil, dissolu o da sociedade ou falcimento do contratado;
- e) caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execu o do contrato;
- f) razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
- g) não cumprimento das obriga es relativas   reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

16.8. O Contratado terá direito   extin o do contrato nas seguintes hipóteses:

- a) supressão, por parte da Administra o, de serviços ou compras que acarrete modifica o do valor inicial do contrato além do limite permitido no Art. 125 da Lei n  14.133/2024;
- b) suspensão de execu o do contrato, por ordem escrita da Administra o, por prazo superior a 3 (três) meses;
- c) repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indeniza o pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobiliza es e mobiliza es e outras previstas;





d) atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de serviços ou fornecimentos;

e) não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução do serviço.

16.9. As hipóteses de extinção a que se referem as alíneas “b”, “c” e “d” do subitem 17.8. deste edital, observarão as seguintes disposições:

a) não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;

b) assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea “d” do inciso II do *caput* do Art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

16.10. Os emitentes das garantias previstas no art. 96 da Lei nº 14.133/2021 deverão ser notificados pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

16.11 Quando a extinção do contrato decorrer de culpa exclusiva da Administração, a Contratada será ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

a) devolução da garantia;

b) pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

c) pagamento do custo da desmobilização.

17. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. As despesas decorrentes dos futuros contratos correrão à conta de dotações orçamentárias consignadas no respectivo orçamento municipal vigente, em favor do ÓRGÃO CONTRATANTE.

UNIDADE GESTORA	PROGRAMA	ELEMENTO DE DESPESA	SUBELEMENTO
0301 - Secretaria de Educação.	12.361.0602.2.021 - Gestão do Transporte Escolar na Educação.	3.3.90.39.00 - Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica.	3.3.90.39.98 - Transporte Escolar PJ

18. DAS CONDIÇÕES GERAIS DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

18.1. Os serviços deverão ser executados, observando rigorosamente as condições contidas no termo de referência, nos anexos desse instrumento e disposições constantes de sua proposta de preços, bem ainda às normas vigentes, assumindo o fornecedor a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução contratual que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, sendo que a não observância destas condições implicará na não aceitação dos itens, sem que caiba qualquer tipo de reclamação ou indenização por parte da contratada.





18.2. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste edital e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir:

- a) A reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- b) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- c) Indicar preposto, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do contrato. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante do fornecedor deverão ser comunicadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;
- d) Os serviços deverão ser executados de forma a não comprometer o funcionamento dos serviços dos órgãos solicitantes.
- e) Facilitar a ação da FISCALIZAÇÃO, prestando, prontamente, os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE.
- f) Responder perante a Prefeitura Municipal de Iracema, mesmo no caso de ausência ou omissão da FISCALIZAÇÃO, indenizando-a devidamente por quaisquer atos ou fatos lesivos aos seus interesses, que possam interferir na execução do Contrato, quer sejam eles praticados por empregados, prepostos ou mandatários seus. A responsabilidade se estenderá a danos causados a terceiros, devendo a CONTRATADA adotar medidas preventivas contra esses danos, com fiel observância das normas emanadas das autoridades competentes e das disposições legais vigentes.
- g) Responder, perante as leis vigentes, pelo sigilo dos documentos manuseados, sendo que a CONTRATADA não deverá, mesmo após o término do contrato, sem consentimento prévio por escrito da CONTRATANTE, fazer uso de quaisquer documentos ou informações a que tenha acesso, a não ser para fins de execução do contrato.
- h) Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- i) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nos serviços ou nas compras.
- j) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato. A inadimplência do contratado não transfere à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato.
- k) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- l) Comprovar, sempre que solicitado pela Administração, a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

18.3. A CONTRATADA estará obrigada, ainda, a satisfazer aos requisitos e atender a todas as exigências e condições a seguir estabelecidas:





- a) Executar o contrato de acordo com o Termo de Referência e demais anexos deste edital.
- b) Atender às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e demais normas pertinentes ao objeto contratado.
- c) Responsabilizar-se pela conformidade, adequação, desempenho e qualidade dos bens, bem como de cada material, matéria-prima ou componente individualmente considerado, mesmo que não sejam de sua fabricação, garantindo seu perfeito desempenho.
- d) Dispor dos recursos administrativos, financeiros, de transporte, de compras, etc. que julgar conveniente para assegurar o bom andamento dos trabalhos, evitar interrupções e descontinuidades e garantir o fiel cumprimento dos prazos estabelecidos.

18.4. A contratada deverá, ainda, atender ao seguinte:

- a) Observar as determinações emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- b) Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique por ocasião da execução do contrato;
- c) Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante;
- d) Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

18.5. A CONTRATANTE obriga-se a:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o edital e seus anexos, proposta adjudicada e contrato;
- b) Indicar o local e horário em que deverão ser executados os serviços;
- c) Permitir ao pessoal da CONTRATADA o acesso ao local da prestação dos serviços desde que observadas as normas de segurança;
- d) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste instrumento;
- e) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações assumidas pelo Contratado;
- f) Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- g) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- h) Rejeitar os serviços que não atendam aos requisitos e especificações constantes neste Termo de Referência.
- i) Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao serviços prestado, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente instrumento;
- j) Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste instrumento;





k) Responder todas as solicitações do Contratado relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

l) Disponibilizar as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

18.6. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

18.1. Os serviços deverão ser iniciados no prazo de 05 (dias) dias, a contar da Ordem de Serviço, no local e horário indicados pela contratante.

18.2. Para os serviços prestados deverá ser emitida fatura e nota fiscal em nome do Município de Iracema/CE.

18.3. As informações necessárias para emissão da fatura e nota fiscal deverão ser requeridas junta ao órgão solicitante.

18.4. No caso de constatação da inadequação dos serviços executados às normas e exigências especificadas neste edital e na proposta de preços vencedora a Administração os recusará, devendo ser de imediato ou no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas adequados às supracitadas condições, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, na forma da lei e deste instrumento.

18.5. Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, desde que devidamente justificada por escrito e previamente autorizada pela Secretaria.

18.6. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

18.7. As prorrogações de prazo serão concedidas somente mediante justificativa, permissivo legal e conveniência, atestados pelo Município de Iracema/CE.

18.8 DO RECEBIMENTO DO OBJETO:

18.8.1. A fiscalização e o recebimento do objeto serão feitos por servidor designado pela Secretaria para este fim.

18.8.2. A aceitabilidade do objeto deverá ser avaliada pela fiscalização e estará condicionada à correta execução e ao acompanhamento e atestação das exigências contratuais pela fiscalização e à proposta adjudicada.

18.8.3. O objeto deste Contrato será recebido:

a) **Provisoriamente**, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do serviço com as exigências contratuais.

b) **Definitivamente**, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento provisório.

19.8.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil nem a responsabilidade ético-profissional da contratada pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

19. DA FISCALIZAÇÃO:





19.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor devidamente designado para este fim, o qual deverá exercer em toda a sua plenitude a ação de que trata o art. 117 da Lei Nacional nº 14.133/2021.

19.2. A fiscalização será exercida pela Secretaria Contratante. Todos os problemas advindos da execução do contrato serão tratados inicialmente com a Fiscalização e, posteriormente, se não houver solução compatível, com o (a) Secretário(a).

19.3. A Contratada deverá se limitar a execução especificada no Contrato e nas ordens de serviços, sob pena de executar e não receber.

19.4. O representante da PMI anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

19.5. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

19.6. A aceitação dos itens fornecidos pela fiscalização não exime o contratado de suas responsabilidades técnicas e civis.

20. DOS PREÇOS, DA LIQUIDAÇÃO E DOS PAGAMENTOS

20.1. **PREÇOS:** Os preços ofertados devem ser apresentados com a incidência de todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, custos e demais despesas previsíveis que possam incidir sobre a execução dos serviços licitados, inclusive a margem de lucro.

20.2. **LIQUIDAÇÃO:** A Administração fará a liquidação da despesa, no prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar da efetiva prestação dos serviços e encaminhamento das respectivas notas fiscais/faturas devidamente atestadas pelo gestor da despesa.

20.3. **PAGAMENTO:** O pagamento será feito no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da liquidação, na proporção da execução dos serviços solicitados, segundo as ordens de serviços expedidas pela Administração, de conformidade com as notas fiscais/faturas devidamente atestadas pelo gestor da despesa, e encaminhamento das certidões federais, estaduais e municipais, CRF FGTS e CND trabalhista do licitante vencedor, todas atualizadas, observadas as condições da proposta, através de crédito na conta bancária do fornecedor.

20.3.1. Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das suas responsabilidades contratuais, nem implicará na aprovação definitiva dos serviços entregues, total ou parcialmente.

20.3.2. Ocorrendo erro na fatura ou outra circunstância que desaconselhe o pagamento, a CONTRATADA será cientificada, a fim de que tome providências.

20.3.3. Poderá a CONTRATANTE sustar o pagamento da CONTRATADA nos seguintes casos:


- a) quando a CONTRATADA deixar de recolher multas a que estiver sujeita, dentro do prazo fixado;
- b) quando a CONTRATADA assumir obrigações em geral para com terceiros, que possam de qualquer forma prejudicar a CONTRATANTE;
- c) inadimplência da CONTRATADA na execução do contrato.

21. DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO





- 21.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.
- 21.2. Após o interregno de um ano, os preços contratados serão reajustados, independentemente de solicitação do contratado, com base na variação do índice IGP-M – Índice Geral de Preços do Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da atualidade.
- 21.3. A aplicação do reajuste se fará a partir do 13º mês a contar da data do contrato, sendo que o seu valor percentual (calculado com a aplicação da fórmula abaixo) se manterá fixo por 12 meses, e assim sucessivamente a cada 12 meses.
- 21.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 21.4.1. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 21.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 21.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor e, na ausência de previsão legal quanto ao índice a ser adotado em substituição ao índice extinto, as partes elegerão novo índice oficial para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 21.7. O reajuste será realizado por apostilamento.
- 21.8. No cálculo dos reajustes se utilizará a seguinte fórmula:

, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I_o = Índice inicial – correspondente ao mês do orçamento;

I = Índice final – correspondente ao mês de aniversário anual do contrato.

21.9. Poderá ser restabelecido o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato, nos termos do Art. 124, Inciso II, alínea “d” da Lei 14.133/2021, devendo ser formalizado através de ato administrativo.

21.9.1. A Administração deverá se manifestar sobre o pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, no prazo de até 15 (quinze) dias, a contar da data do pedido.







21.9.2. O reequilíbrio econômico-financeiro será realizado por Termo Aditivo.

22. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E DAS PENALIDADES.

22.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

22.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

22.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

22.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

22.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregociro durante o certame;

22.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta;

22.1.6. não celebrar a ata de registro de preços ou o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

22.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

22.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

22.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

22.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

22.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

22.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013;

22.2. A Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

a) advertência;

b) multa;

c) impedimento de licitar e contratar; e

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

22.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida.

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.





22.4. Para as infrações previstas nos itens 22.1.4., 22.1.5 e 22.1.6 a multa será de 10% (dez por cento) do valor do contrato.

22.5. Para as infrações previstas nos itens 22.1.8, 22.1.9, 22.1.10, 22.11.1 e 22.1.12 a multa será de 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

22.6. Para as infrações previstas nos itens 22.1.1, 22.1.2, 22.1.3 e 22.1.7. a multa será aplicada da seguinte forma:

a) 1% (um por cento) sobre o valor global do Contrato, por dia que exceder ao prazo contratual sem que os serviços sejam executados;

b) 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, se a Contratada deixar de atender às recomendações de ordem técnica emitidas pela ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

c) 10% (dez por cento) do valor global do Contrato, se a Contratada transferir a execução do contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem prévia autorização escrita da Secretaria;

d) 20% (vinte por cento) do valor total do Contrato, na hipótese de extinção do contrato por culpa da Contratada, sem prejuízo de outras penalidades previstas em lei;

22.7. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

22.8. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

22.9. A advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no item 22.1.1., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

22.10. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 22.1.2, 22.1.3, 22.1.4., 22.1.5, 22.1.6 e 22.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

22.11. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 22.1.8, 22.1.9, 22.1.10, 22.11.1 e 22.1.12, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 22.1.2., 22.1.3, 22.1.4, 22.1.5., 22.1.6 e 22.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

22.12. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

22.13. A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores públicos estatutários ou pertencentes aos quadros permanentes da Administração, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.





22.14. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

22.15. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

22.16. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

22.17. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

23. DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, atendidos o interesse público, sem comprometimento da segurança e do regular funcionamento da administração.

23.2. Os casos omissos poderão ser resolvidos pelo Pregoeiro durante a sessão e pela Autoridade Superior mediante aplicação da Lei nº 14.133/2021.

23.3. O não atendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualidade e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública deste PREGÃO ELETRÔNICO.

23.4. A adjudicação e a homologação do resultado desta licitação não implicarão direito à contratação.

23.5. A Homologação do presente procedimento será de competência do Secretário Gestor.

23.6. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente edital, nem em relação às expectativas de contratações dela decorrentes.

23.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, exclui-se o dia de início de contagem e inclui-se o dia do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal no Município, exceto quando for expressamente estabelecido em contrário.

23.8. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente edital será competente o Foro da Comarca de Iracema – CE.

23.9. Quaisquer informações e cópias do edital e anexos poderão ser obtidas na Central de Licitação e Pregões, localizado na Rua Delta Holanda, nº 19, Centro, Iracema, Ceará, das 07h00min às 13h00min ou pelo sítio eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE/CE): <https://municipios-licitacoes.tce.ce.gov.br/> ou pelo sítio eletrônico da BLL Compras: <https://bll.org.br/>.

23.10. O edital e seus anexos poderão ser examinados por qualquer interessado na sede da Central de Licitação e Pregões.

23.11. Todas as normas inerentes às contratações do objeto deste certame, discriminadas neste Instrumento Convocatório e seus anexos deverão ser minuciosamente observadas pelos licitantes quando da elaboração de suas propostas.





23.12. No interesse da Administração Municipal e sem que caiba às licitantes qualquer tipo de indenização, fica assegurado à autoridade competente:

- a) alterar as condições, a qualquer tempo, no todo ou em parte, da presente licitação, dando ciência aos interessados na forma da legislação vigente.
- b) anular ou revogar, no todo ou em parte, a presente licitação, a qualquer tempo, disto dando ciência aos interessados mediante publicação na forma da legislação vigente.

23.13. A intimação dos atos proferidos pela administração - Pregoeiro ou Secretário — no curso do processo, os avisos de prosseguimento das sessões, a decisão sobre os recursos interpostos, a anulação ou revogação serão feitos aos interessados mediante publicação no sistema da Plataforma BLL Compras: <https://bll.org.br//>

Iracema/CE, 18 de dezembro de 2024.

Jakson Barbosa Gama
Secretário da Educação



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. ÓRGÃO INTERESSADO

Secretaria da Educação.

2. DO OBJETO

2.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE PÚBLICA DO ENSINO BÁSICO, JUNTO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IRACEMA/CE.

3. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO E ESTIMATIVA DE QUANTIDADES

LOTE ÚNICO					
ITEM	ESPECIFICAÇÕES DOS VEÍCULOS	UND	QTE. ANUAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	<p>LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO (VAN, MICRO-ÔNIBUS OU SIMILAR), COM CAPACIDADE MÍNIMA DE TRANSPORTE <u>ENTRE 13 A 20 ALUNOS SENTADOS</u> (CONFORME ROTAS SUPRACITADAS), os veículos ofertados para a prestação do serviço deverão estar em perfeito estado de conservação, exigindo-se que:</p> <p>a) veículos com capacidade mínima de acordo com as rotas constantes neste termo;</p> <p>b) sejam dotados de assentos estofados com acabamento em material impermeável e de fácil limpeza, cortina nas janelas para proteção solar, borrachas de vedação nas portas para amenizar a entrada de poeira;</p> <p>c) Os veículos destinados ao transporte de escolares e de professores deverão estar em perfeitas condições de uso em diante;</p> <p>d) No prazo de 05 (cinco) dias para assinatura do contrato do processo, o proponente vencedor deverá obrigatoriamente apresentar LAUDO DE INSPEÇÃO VEICULAR emitido por empresa credenciada junto ao DETRAN e INMETRO, enviar os veículos para serem submetidos a vistoria junto à Prefeitura Municipal de IRACEMA/CE, a critério da administração municipal;</p> <p>e) Não havendo empresa credenciada junto ao DETRAN e INMETRO, será permitido apenas o laudo de vistoria da Prefeitura Municipal de IRACEMA;</p> <p>f) Não haverá remarcação de data de vistoria e nem retorno para correção de vícios ou defeitos no veículo;</p> <p>g) O proponente vencedor submeterá os veículos à vistorias periódicas (semestrais) na forma do Código de Trânsito Brasileiro e Resoluções Normativas e atenderá as convocações periódicas para vistoria, sempre que se fizerem necessárias, a critério da Administração;</p> <p>h) O Município de IRACEMA poderá fiscalizar os veículos e a documentação do proponente vencedor em qualquer local e hora onde os mesmos se encontrem;</p> <p>i) O Proponente deverá afixar nos veículos que prestarão os serviços, autorização para circulação emitida por Órgão ou Entidade Executiva de Trânsito do Estado, na parte interior do veículo, em local visível, com inscrição da lotação permitida, observando-se a capacidade máxima estabelecida pelo fabricante, na forma do disposto no Código de Trânsito Brasileiro, Lei 9.503 de 23/09/1997;</p> <p>j) O proponente deverá instalar nos veículos todos os equipamentos necessários ao bom desempenho das funções, de acordo com o disposto no Código de Trânsito Brasileiro e resoluções pertinentes;</p> <p>k) O proponente se obrigará a substituir, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após ser contatado, qualquer veículo que venha a ser danificado ou apresentar defeitos que impeça circulação ou coloque em risco a integridade física dos usuários;</p> <p>l) O licitante vencedor de cada lote deverá no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após a emissão da ordem de serviço, providenciar que a documentação do veículo esteja em seu nome, sob pena de rescisão do contrato;</p> <p>Os veículos deste lote deverão possuir cortinas ou vidros escuros com "insulfilm" para proteção das crianças contra a exposição da luz solar.</p>	KM RODADO	61.309,52	R\$ 9,83	R\$ 632.162,58
02	<p>LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO (KOMBY, TOPIC, VAN OU SIMILAR), COM CAPACIDADE MÍNIMA DE TRANSPORTE ENTRE 06 A 09 ALUNOS</p>	KM	60.896	R\$ 9,00	R\$ 548.064,00





<p>SENTADOS (CONFORME ROTAS SUPRACTADAS), os veículos ofertados para a prestação do serviço deverão estar em perfeito estado de conservação, exigindo-se que:</p> <ol style="list-style-type: none"> veículos com capacidade mínima de acordo com as rotas constantes neste termo; sejam dotados de assentos estofados com acabamento em material impermeável e de fácil limpeza, cortina nas janelas para proteção solar, borrachas de vedação nas portas para amenizar a entrada de poeira; Os veículos destinados ao transporte de escolares e de professores deverão estar em perfeitas condições de uso em diante; No prazo de 05 (cinco) dias para assinatura do contrato do processo, o proponente vencedor deverá obrigatoriamente apresentar LAUDO DE INSPEÇÃO VEICULAR emitido por empresa credenciada junto ao DETRAN e INMETRO, enviar os veículos para serem submetidos a vistoria junto à Prefeitura Municipal de IRACEMA/CE, a critério da administração municipal; Não havendo empresa credenciada junto ao DETRAN e INMETRO, será permitido apenas o laudo de vistoria da Prefeitura Municipal de IRACEMA; Não haverá remarcação de data de vistoria e nem retorno para correção de vícios ou defeitos no veículo; O proponente vencedor submeterá os veículos à vistorias periódicas (semestrais) na forma do Código de Trânsito Brasileiro e Resoluções Normativas e atenderá as convocações periódicas para vistoria, sempre que se fizerem necessárias, a critério da Administração; O Município de IRACEMA poderá fiscalizar os veículos e a documentação do proponente vencedor em qualquer local e hora onde os mesmos se encontrem; O Proponente deverá afixar nos veículos que prestarão os serviços, autorização para circulação emitida por Órgão ou Entidade Executiva de Trânsito do Estado, na parte interior do veículo, em local visível, com inscrição da lotação permitida, observando-se a capacidade máxima estabelecida pelo fabricante, na forma do disposto no Código de Trânsito Brasileiro, Lei 9.503 de 23/09/1997; O proponente deverá instalar nos veículos todos os equipamentos necessários ao bom desempenho das funções, de acordo com o disposto no Código de Trânsito Brasileiro e resoluções pertinentes; O proponente se obrigará a substituir, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após ser contactado, qualquer veículo que venha a ser danificado ou apresente defeitos que impeça circulação ou coloque em risco a integridade física dos usuários; O licitante vencedor de cada lote deverá no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após a emissão da ordem de serviço, providenciar que a documentação do veículo esteja em seu nome, sob pena de rescisão do contrato; <p>Os veículos deste lote deverão possuir cortinas ou vidros escuros com "insulfilm" para proteção das crianças contra a exposição da luz solar.</p>	<p>RODADO</p>
--	----------------------

VALOR GLOBAL ESTIMADO PARA A LICITAÇÃO R\$ 1.180.226,58

3.1. O valor estimado para a presente contratação é de **R\$ 1.180.226,58 (um milhão, cento e oitenta mil, duzentos e vinte e seis reais e cinquenta e oito centavos)**, conforme pesquisa de preços anexada ao processo licitatório.

4. DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

O Município de Iracema enfrenta um problema crítico relacionado à insuficiência de transporte escolar para atender os alunos da rede pública de ensino. Em 2024, o aumento no número de matrículas, que atingiu o total de 2.189 alunos conforme o Censo 2024, e a projeção de crescimento para o ano letivo de 2025 demandam a ampliação das rotas de transporte escolar. Essa situação gerou uma sobrecarga no sistema existente, evidenciando a incapacidade da frota atual de atender à totalidade dos estudantes de forma eficiente.

A ausência de transporte escolar adequado impacta diretamente o acesso à educação básica, prejudicando principalmente alunos residentes em áreas rurais e periféricas, que enfrentam dificuldades logísticas e geográficas para se deslocar até as escolas. Essa limitação compromete a frequência às aulas,





aumenta o risco de evasão escolar e gera desigualdades no acesso à educação, contrariando o princípio da universalização do ensino público garantido pela Constituição Federal.

Adicionalmente, a frota disponível encontra-se desgastada, aumentando os custos com manutenção e diminuindo a confiabilidade do serviço prestado. Sem uma solução para este problema, o município enfrentará dificuldades crescentes para atender à demanda educacional, comprometendo o desenvolvimento social e educacional dos estudantes e prejudicando o cumprimento das metas de acesso e qualidade do ensino previstas nas políticas públicas.

5. DA JUSTIFICATIVA DA UTILIZAÇÃO DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO PREGÃO E O PARCELAMENTO

Justificativa para a Utilização do Pregão Eletrônico como Modalidade de Licitação

A escolha do Pregão Eletrônico fundamenta-se no artigo 6º, inciso XLI, combinado com o artigo 28, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, que dispõe que essa modalidade deve ser utilizada para a contratação de bens e serviços comuns, preferencialmente por meio eletrônico.

De acordo com o artigo 6º, inciso XIII, são considerados bens e serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

Os serviços de transporte escolar enquadram-se nessa definição, pois suas características e requisitos podem ser descritos com clareza e objetividade no edital, garantindo critérios técnicos e objetivos para o julgamento das propostas.

O Pregão Eletrônico apresenta as seguintes vantagens:

Ampla competitividade: essa modalidade é preferencial para os órgãos da administração pública, uma vez que amplia o acesso de fornecedores, independentemente de sua localização geográfica, otimizando o processo de seleção e garantindo a proposta mais vantajosa para a administração pública (art. 14, § 1º).

Transparência e eficiência: Por ser realizado de forma eletrônica, assegura maior controle do processo licitatório, além de promover celeridade e redução de custos.

Atendimento aos princípios da administração pública: Eficiência, economicidade e isonomia, conforme disposto no artigo 5º da Lei nº 14.133/2021.

Justificativa para a Não Fragmentação do Objeto da Contratação

A contratação dos serviços de transporte escolar será realizada de forma global, sem parcelamento, com fundamento no artigo 18, § 1º, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, que permite a não divisão do objeto quando o parcelamento for tecnicamente inviável ou comprometer a economia ou eficiência da contratação.

Natureza Técnica e Operacional do Serviço

Natureza Indivisível do Serviço

O transporte escolar, por sua própria natureza, exige uma coordenação integrada e homogênea, abrangendo:

A padronização dos veículos e condutores, assegurando conformidade com as normas de segurança e regulamentações vigentes;

O transporte escolar é um serviço que exige:





Coordenação integrada: Fragmentar a contratação, dividindo rotas ou regiões, resultaria em dificuldades operacionais, comprometendo a continuidade e a eficiência do serviço.

Uniformidade nos padrões de qualidade: Diferentes fornecedores podem apresentar variações nos veículos, condutores e procedimentos, colocando em risco a segurança e a padronização do transporte.

Viabilidade Econômica e Administrativa: O parcelamento do objeto aumentaria os custos administrativos, com a necessidade de gerir e fiscalizar múltiplos contratos, o que é contrário aos princípios da eficiência e economicidade previstos no artigo 5º da Lei nº 14.133/2021.

Além disso, concentrar a execução do contrato em um único prestador facilita a responsabilização por falhas ou descumprimentos contratuais, assegurando maior controle e eficiência na aplicação de medidas corretivas.

Segurança e Continuidade do Serviço: A contratação global possibilita maior controle sobre os veículos e condutores, garantindo conformidade com as normas de segurança e regulamentações específicas do transporte escolar. A padronização operacional reduz riscos e assegura a continuidade do serviço, essencial para atender aos alunos da rede pública.

A utilização do Pregão Eletrônico e a realização da contratação de forma global, sem parcelamento do objeto, estão plenamente fundamentadas na Lei Federal nº 14.133/2021 e atendem aos princípios que regem a administração pública.

Além disso, a centralização da responsabilidade em um único contratado proporciona maior clareza na prestação do serviço e reforça a accountability (responsabilização) em casos de descumprimento contratual.

Essa abordagem assegura maior competitividade, transparência e eficiência no processo licitatório, além de garantir um serviço seguro, contínuo e padronizado para atender às necessidades dos alunos da rede pública de ensino básico do Município de Iracema/CE.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS:

Os preços da PROPOSTA deverão ser inseridos exclusivamente no sistema eletrônico (www.bllcompras.org.br), até a data estabelecida no edital.

6.1.1. Em seguida, deverá ser anexado no sistema no campo "ANEXAR PROPOSTA", a proposta inicial. A **PROPOSTA NÃO DEVE CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA LICITANTE PROPONENTE** (tais como: nome, CNPJ, papel timbrado da empresa, telefone, e-mail, etc.), sob pena de **DESCLASSIFICAÇÃO**; A proposta de preços deverá conter as informações a seguir:

a) Os preços unitários e totais de cada item cotado, bem como o valor global da proposta por quanto a licitante se compromete a executar o objeto desta licitação, em algarismo;

6.2. Os preços constantes da proposta da licitante deverão conter apenas duas casas decimais após a vírgula, cabendo ao licitante proceder ao arredondamento ou desprezar os números após as duas casas decimais dos centavos.

6.3. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro argumento não previsto em lei.

6.4. Os valores contidos nos orçamentos serão considerados em moeda corrente nacional (REAL) mesmo que não contenham o símbolo da moeda (R\$).

6.5. Na análise das Propostas de Preços o Pregoeiro observará o **Menor Preço global**, expresso em reais. Assim, as Propostas deverão ser apresentadas observando-se o valor global.

6.6. Não serão adjudicadas propostas com valor superior ao estimado para a contratação.

6.7. O encaminhamento de Proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O proponente será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas.





- 6.8. Os quantitativos licitados e cotados deverão ser rigorosamente conferidos pelos licitantes. O licitante não poderá oferecer proposta com quantitativo inferior ao previsto para cada item da contratação.
- 6.9. O prazo de validade da Proposta não pode ser inferior a 60 (sessenta) dias consecutivos da sessão de abertura desta licitação. Caso a licitante não informe em sua Proposta o prazo de validade, será considerado aquele definido neste Edital.
- 6.10. A apresentação da Proposta de preços implica na ciência clara de todos os termos do edital e seus anexos, em especial quanto à especificação dos itens e as condições de participação, competição, julgamento e formalização do contrato, bem como a aceitação e sujeição integral às suas disposições e à legislação aplicável, notadamente à Lei nº 14.133/2021.
- 6.11. Somente serão aceitas Propostas enviadas através do sistema, inclusive quanto aos seus anexos, não sendo admitido o recebimento pelo Pregoeiro de qualquer outro documento, nem permitido ao licitante fazer qualquer adendo aos entregues ao Pregoeiro por meio do sistema, exceto a título de diligência.

6.12. DA GARANTIA DE PARTICIPAÇÃO

- 6.12.1. Juntamente com a proposta de preços, no campo "ANEXAR PROPOSTA", o Licitante deverá anexar Garantia de Proposta, como requisito de pré-habilitação, equivalente a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação, nos termos do artigo 58, caput e §1º, da Lei nº 14.133/2021, sob pena de desclassificação e impedimento de participar do certame.
- 6.12.2. A licitante poderá optar por uma das seguintes modalidades de garantia:
- caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
 - seguro-garantia;
 - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;
 - título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

7. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO EXIGIDA

7.1. RELATIVA À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- 7.1.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, acompanhados de todos os aditivos ou alterações, quando não consolidado, devidamente registrado no órgão competente, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações ou civis, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores;
- 7.1.2. Registro comercial, no caso de empresário individual;
- 7.1.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis;
- 7.1.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.2. RELATIVA ÀS HABILITAÇÕES FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- 7.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- 7.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 7.2.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, quanto aos Tributos Federais, Dívida Ativa da União (PGFN) e seguridade social, com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN Nº 1.751 de 02/10/2014;
- 7.2.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual (Certidão Negativa de tributo estadual) do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 7.2.5. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal (Certidão Negativa de Débitos Municipais) do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 7.2.6. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) mediante a apresentação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF);





7.2.7. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.

7.2.8. Declaração de que, em cumprimento ao estabelecido na Lei n.º 9.854, de 27/10/1999, publicada no DOU de 28/10/1999, e ao inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de 16 (dezessexis) anos em trabalho algum, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos, em conformidade com o inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021, a ser declarada em campo próprio do sistema eletrônico.

7.3. RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.3.1. Apresentar Atestado em papel timbrado do órgão (ou empresa) emissor, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando aptidão pelo concorrente para desempenho de atividade compatível com o objeto da licitação em características, com firma reconhecida do emitente, com averbação junto ao Conselho Regional de Administração – CRA, seção da empresa, acompanhado do respectivo contrato de prestação dos serviços, e, devendo conter no mínimo, as seguintes informações:

- razão Social, CNPJ e dados de contato do órgão (ou empresa) emissor;
- descrição do objeto contratado;
- prazo de execução dos serviços (**SÓ SERÃO ACEITOS ATESTADOS E CONTRATOS PARA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR**);
- assinatura e nome legível do responsável pela gestão do contrato. Esses dados poderão ser utilizados para comprovação das informações.

7.3.1.1. A Prefeitura Municipal de IRACEMA, se resguarda no direito de diligenciar junto à pessoa jurídica emitente do Atestado/Declaração de capacidade Técnica, amparados pela Lei n.º 14.133/21, visando a obter informações sobre o fornecimento prestado e cópias das respectivas notas fiscais de execução dos serviços e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado.

7.3.2. Prova de Inscrição da empresa e do(s) responsável(is) técnicos, junto ao Conselho Regional de Administração – CRA, seção da sede da empresa, de acordo na Lei Federal n.º. 4.769/65, Decreto Regulamentador n.º. 61.934/67.

7.3.2. 1. A comprovação de vinculação do(s) responsável(is) técnico(s) ao quadro permanente, será comprovado da seguinte forma:

- EMPREGADO:** Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, expedida pelo Ministério do Trabalho - DRT; Ficha de Registro de Empregado (FRE) que demonstre a identificação do profissional, bem como da informação da (GFIP) dos últimos 03 (três) meses imediatamente anteriores a presente licitação;
- SÓCIO:** contrato social ou estatuto social, devidamente registrado no órgão competente, comprovando que participa da sociedade, pelo menos, desde o mês anterior ao da publicação deste edital;
- DIRETOR:** cópia autenticada do contrato social registrado legalmente comprovando a função, pelo menos, desde o mês anterior ao da publicação deste Edital, em se tratando de firma individual ou limitada, ou ainda da ata assembleia de sua investidura no cargo, devidamente publicada na imprensa oficial, em se tratando de sociedade anônima; ou;
- CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:** contrato de prestação de serviços, dentro do prazo de validade, comprovando vínculo profissional da empresa para com o prestador de serviço, com firma reconhecida do contratado e do contratante.

7.3.3. Certificado de registro da proponente junto a Agência Reguladora do Estado do Licitante.

7.4. RELATIVA À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

7.4.1. Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução ou liquidação, expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

7.4.1.1. No caso de o licitante se encontrar em recuperação judicial deverá comprovar a sua viabilidade econômica, mediante documento (certidão ou assemelhado) emitido pela instância judicial competente; ou concessão judicial da recuperação nos termos do art. 58 da Lei nº 11.101/2005. No caso de recuperação





extrajudicial, a licitante deverá apresentar homologação do plano de recuperação extrajudicial, nos termos do art. 164, § 5º, da Lei nº 11.101/2005;

7.4.1.2. A empresa em recuperação judicial/extrajudicial com recuperação judicial/plano de recuperação extrajudicial homologado deverá demonstrar os demais requisitos para habilitação econômico-financeira.

7.4.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais exigíveis, devidamente registrado na Junta Comercial ou outro órgão competente, na forma da lei.

7.4.2.1. Caso a empresa licitante utilize o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), deverá apresentar o balanço patrimonial dos 2 (dois) últimos exercícios sociais exigíveis, considerando-se as disposições das Instruções Normativas da Receita Federal do Brasil.

7.4.3. Comprovação da boa situação financeira atestada por declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, legalmente reconhecido junto ao Conselho Regional de Contabilidade da sede ou filial do licitante, que ateste o atendimento pelo licitante do índice econômico de liquidez geral (LG) maior ou igual a 1,00 (um vírgula zero), para os 02 (dois) últimos exercícios financeiros, calculada conforme a fórmula abaixo:

$$LG = \frac{AC + ARLP}{PC + PELP} \geq 1,0$$

PC + PELP

Onde:

LG – Liquidez Geral;

AC – Ativo Circulante;

ARLP – Ativo Realizável a Longo Prazo;

PC – Passivo Circulante;

PELP – Passivo Exigível a Longo Prazo.

7.4.4. As pessoas jurídicas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura devidamente registrado na Junta Comercial ou outro órgão competente, na forma da lei, devendo ser assinado pelo titular ou representante legal da empresa e por contador habilitado.

7.4.5. No caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, o Balanço patrimonial, a demonstração de resultado de exercício e as demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício social exigível.

7.4.6. Tratando-se de Sociedade Anônima, deverão ser apresentadas as Demonstrações Contábeis por meio de uma das seguintes formas: publicação em Diário Oficial, publicação em jornal de grande circulação, ou ainda através de cópia das mesmas. Os demais tipos societários e o empresário individual deverão apresentar cópia do Balanço Patrimonial, registrado na Junta Comercial da sede da licitante ou em outro órgão equivalente.

7.4.7. Capital social ou patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

6.4.7.1. Caso o licitante seja vencedor de mais de um lote, o montante do capital social mínimo ou patrimônio líquido deverá ser equivalente a 10% (dez por cento) do somatório do valor estimado da prestação de serviços de todos os lotes arrematados.

7.5. OUTROS DOCUMENTOS PREVISTOS EM LEI:

7.5.1. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, sob pena de inabilitação.

7.5.2. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.





7.5.3. Comprovar propriedade de no mínimo 30% (trinta por cento) dos veículos necessários para a execução do objeto, no ato da assinatura do contrato, facultada à Administração a realização de diligências para sua comprovação, antes da contratação.

7.5.4. Apresentar, também no ato da assinatura do contrato, relação de todos os veículos para a prestação dos serviços em suas respectivas rotas. Na relação dos veículos deverão constar suas características, tais como o tipo de veículo, placa, ano de fabricação, modelo, estado de conservação, etc.

7.5.5. Para comprovar que os motoristas acima referidos pertencem ao quadro permanente da licitante e que estão devidamente habilitados, deverá ser apresentada cópia autenticada da sua Carteira de Trabalho e Previdência Social-CTPS, acompanhada da cópia autenticada do Livro de Registro de Funcionários, bem como cópia autenticada da Carteira Nacional de Habilitação -CNH e/ou prestação de serviços entre o dono do veículo e o condutor caso o mesmo não seja o proprietário do veículo com cópia autenticada da Carteira Nacional de Habilitação -CNH.

7.5.6. Declaração de que o(s) motorista(s) que ira(m) realizar os serviços possui(em) o curso com Certificado de Formação de Condutores de Transporte Escolar fornecido pelo SEST/SENAT ou órgão similar;

8. DO CONTRATO

8.1. Homologada a licitação pela Autoridade Competente, o Município de Iracema/CE convocará o(s) licitante(s) vencedor(es) para assinatura do contrato, que firmará o compromisso entre as partes, pelo prazo previsto, nos termos do modelo que integra este Edital.

8.2. O licitante sagrado vencedor terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir da convocação, para assinar o contrato. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo interessado durante o seu transcurso e desde que ocorra justo motivo aceito pelo Município de Iracema/CE.

8.2.1. A recusa injustificada ou a carência de justo motivo do fornecedor para deixar de assinar o contrato no prazo estabelecido, sujeitará a licitante à perda do direito a contratação e à aplicação das penalidades previstas neste instrumento e implicará na imediata perda da garantia da proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

8.3. O(s) contrato(s) produzirá(ão) seus jurídicos e legais efeitos a partir da data de assinatura do Instrumento Contratual e vigorará(ão) por 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, por igual período na forma da lei., desde que comprovada a vantajosidade do preço.

8.4. O contrato poderá ser alterado em conformidade com o disposto no Capítulo VII do Título III da Lei nº 14.133/2021.

9. DO PRAZOS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1. Os serviços deverão ser iniciados no prazo máximo de 05 (dias) dia a contar da ordem de serviço inicial, expedida ao contratado.

9.2. Para os serviços prestados deverá ser emitida fatura e nota fiscal em nome do Município de Iracema/CE.

9.3. As informações necessárias para emissão da fatura e nota fiscal deverão ser requeridas junta ao órgão solicitante.

9.4. No caso de constatação da inadequação dos serviços prestados às normas e exigências especificadas neste instrumento e na proposta de preços vencedora, a Administração os recusará, devendo ser de imediato ou no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas adequados às supracitadas condições, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, na forma da lei e deste instrumento.

9.5. Os prazos de início de etapas de execução e de conclusão admitem prorrogação, desde que devidamente justificada por escrito e previamente autorizada pela Secretaria.

9.6. As prorrogações de prazo serão concedidas somente mediante justificativa, permissivo legal e conveniência, atestados pelo Município de Iracema/CE.



10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. São obrigações da Contratada, além das demais previstas em lei, no edital e neste instrumento:

- a) Executar os serviços dentro dos padrões estabelecidos pela Administração, de acordo com o especificado neste Termo de Referência observando, ainda, todas as normas técnicas que eventualmente regulem a execução, responsabilizando-se, ainda, por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;
- b) Assumir a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, em decorrência da execução;
- c) Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- d) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente a Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do serviço, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- e) Indicar preposto, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do contrato. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante do contratado deverão ser comunicadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;
- f) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Administração, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência ao mesmo, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;
- g) Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Administração, no tocante a realização do serviço, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste Termo;
- h) Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do serviço, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- i) Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
- j) Manter, sob as penas da lei, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais dos materiais da Administração, de que venha a tomar conhecimento ou ter acesso, ou que venham a ser confiados, sejam relacionados ou não com o serviço, objeto deste Termo;
- k) Manter, durante a vigência do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato convocatório da qual decorreu o presente ajuste, nos termos do Art. 92, Inciso XVI, da Lei nº 14.133/21, que será observado, quando dos pagamentos à CONTRATADA.

10.2. A presença da fiscalização do Município não exime de responsabilidade da Contratada.

11. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

11.1. A CONTRATANTE obriga-se a:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o edital e seus anexos, proposta adjudicada e contrato;
- b) Indicar o local e horário em que deverão ser executados os serviços;
- c) Permitir ao pessoal da CONTRATADA o acesso ao local da prestação dos serviços desde que observadas as normas de segurança;
- d) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste instrumento;
- e) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações assumidas pelo Contratado;
- f) Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;





13.4.1. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

13.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor e, na ausência de previsão legal quanto ao índice a ser adotado em substituição ao índice extinto, as partes elegerão novo índice oficial para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

13.8. No cálculo dos reajustes se utilizará a seguinte fórmula:



, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

Io = Índice inicial – correspondente ao mês do orçamento;

I = Índice final – correspondente ao mês de aniversário anual do contrato.

13.9. Poderá ser restabelecido o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato, nos termos do Art. 124, Inciso II, alínea “d” da Lei 14.133/2021, devendo ser formalizado através de ato administrativo.

13.9.1. A Administração deverá se manifestar sobre o pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, no prazo de até 15 (quinze) dias, a contar da data do pedido.

13.9.2. O reequilíbrio econômico-financeiro será realizado por Termo Aditivo.

14. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

14.1. A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por servidor devidamente designado para este fim, o qual deverá exercer em toda a sua plenitude a ação de que trata o art. 117 da Lei Nacional nº 14.133/2021.

14.2. A fiscalização será exercida pela Secretaria Contratante. Todos os problemas advindos da execução do contrato serão tratados inicialmente com a Fiscalização e, posteriormente, se não houver solução compatível, com o (a) Secretário(a).

14.3. A Contratada deverá se limitar a execução especificado no Contrato e nas ordens de serviços, sob pena de executar e não receber.

14.4. O representante da PMI anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

14.5. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

14.6. A aceitação dos itens fornecidos pela fiscalização não exime o contratado de suas responsabilidades técnicas e civis.

15. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

15.1. O objeto do Contrato será recebido:

a) **Provisoriamente**, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, assinado pelas partes, em até 05 (cinco) dias da comunicação escrita da CONTRATADA, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.



b) **Definitivamente**, por servidor designado pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, em até 15 (quinze) dias a contar da data do recebimento provisório, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados.

15.2. O objeto do contrato poderá ser rejeitado quando estiver em desacordo com o contrato.

15.3. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

16. DAS MULTAS, DAS PENALIDADES E DAS SANÇÕES

16.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, aquele que, com dolo ou culpa:

16.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

16.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

16.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

16.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente durante o certame;

16.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta;

16.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

16.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

16.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

16.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

16.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

16.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

16.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013;

16.2. A Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

a) advertência;

b) multa;

c) impedimento de licitar e contratar; e

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

16.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida.

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.4. Para as infrações previstas nos itens 16.1.4., 16.1.5 e 16.1.6 a multa será de 10% (dez por cento) do valor do contrato.

16.5. Para as infrações previstas nos itens 16.1.8, 16.1.9, 16.1.10, 16.1.11 e 16.1.12 a multa será de 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

16.6. Para as infrações previstas nos itens 16.1.1, 16.1.2, 16.1.3 e 16.1.7. a multa será aplicada da seguinte forma:

a) 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor do contrato, por dia que esta exceder o prazo de execução previsto no cronograma físico, salvo quanto ao último prazo parcial, cuja multa será compreendida na penalidade por inobservância do prazo global;





- b) 1% (um por cento) sobre o valor global do Contrato, por dia que exceder ao prazo contratual sem que os serviços sejam concluídos;
- c) 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, se a Contratada deixar de atender às recomendações de ordem técnica emitidas pela ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.
- d) 10% (dez por cento) do valor global do Contrato, se a Contratada transferir a execução dos serviços a terceiros, no todo ou em parte, sem prévia autorização escrita da Secretaria;
- e) 20% (vinte por cento) do valor total do Contrato, na hipótese de extinção do contrato por culpa da Contratada, sem prejuízo de outras penalidades previstas em lei;
- 16.7. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 16.8. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 16.9. A advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no item 16.1.1., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- 16.10. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 16.1.2, 16.1.3, 16.1.4., 16.1.5, 16.1.6 e 16.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 16.11. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 16.1.8, 16.1.9, 16.1.10, 16.11.1 e 16.1.12, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 16.1.2., 16.1.3, 16.1.4, 16.1.5., 16.1.6 e 16.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021](#).
- 16.12. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
- 16.13. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores públicos estatutários ou pertencentes aos quadros permanentes da Administração, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 16.14. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 16.15. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 16.16. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 16.17. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

Iracema/CE, 11 dezembro de 2024.





GOVERNO MUNICIPAL
IRACEMA
Trabalhando no Caminho Certo

SECRETARIA
DA EDUCAÇÃO



Antônio Borges de Araújo Júnior
Antônio Borges de Araújo Júnior
Matrícula: 032920-1

James Fernandes de Lima
James Fernandes de Lima
Matrícula: 177518-9

Maria Ivani Alves de Sena
Maria Ivani Alves de Sena
Matrícula: 032239-9





ANEXO I
TERMO DE REFERENCIA

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Conforme Item 3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO do Estudo Técnico Preliminar – ETP, para atender à necessidade identificada, os requisitos da contratação devem ser objetivos, claros e essenciais, observando o equilíbrio entre a adequação ao problema enfrentado e o incentivo à competitividade entre os licitantes. Os requisitos necessários são:

1 - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, VISTORIA E DO PRAZO DE INICIO DOS SERVIÇOS

- 1.1. Os serviços deverão ser iniciados no prazo de 05 (cinco) dias úteis após a emissão da ordem de serviços.
- 1.2. A empresa deverá seguir rigorosamente os horários abaixo mencionados, para que não haja prejuízo aos alunos e nem para o calendário escolar:
 - a) No turno matutino a entrada deverá ser às 07h00min, com saída às 11h30min;
 - b) No turno vespertino a entrada deverá ser às 13h00min, com saída às 17h00min;
- 1.3. Os roteiros especificados neste Termo de Referência poderão sofrer alteração nas suas linhas, acrescentando ou suprimindo quilometragem, sendo que estas alterações serão objeto de acordo entre as partes, conforme o caso, tendo em consequência, o aumento ou diminuição do valor de cada linha, inclusive, com modificação de veículo ou criação de novo roteiro;
- 1.4. Os serviços serão executados através de veículos com capacidades de passageiros, conforme especificações apresentadas no detalhamento neste Termo de Referência;
- 1.5. Fica proibido à Contratada a executar percurso que ainda não foi realizado as alterações legais, através de Termos Aditivos caso necessário. Sendo assim, só poderá executar após a assinatura do Termo Aditivo;
- 1.6. Para confecção dos preços a serem ofertados, deverá o licitante levar em consideração, que o transporte de estudantes abrangerá todas as localidades descritas neste Termo de Referência, independente da distância ou da qualidade das estradas, vedada, após a celebração do termo contratual qualquer reclamação incidente destes fatores, que objetivem solicitação de revisão dos mesmos;
- 1.7. As despesas com combustíveis, motorista e manutenção dos veículos (pneus, lubrificantes, limpeza, câmaras, serviço de freio, alinhamento, balanceamento, rolamento, câmbio, motor, elétrica e funilaria, recuperação de assentos e outros itens necessários a manutenção), emplacamento, licenças especiais serão de responsabilidade da(s) empresa(s) vencedora(s) do certame;
 - 1.7.1. O(s) veículo(s), objeto deste Termo de Referência, deverá(ão) estar disponível(is) e em perfeito estado de conservação, principalmente no que no que refere a lanternagem, motor, mecânica e pneu;
- 1.8. Os motoristas que irão dirigir os veículos a serem locados deverão estar com suas Carteiras de Habilitação, devidamente, dentro da validade e adequadas para a categoria dos veículos que irão dirigir;





1.9. A empresa vencedora do certame, obrigatoriamente, deverá realizar a apresentação das Carteiras de Habilitação de todos os seus motoristas, como também, realizar a apresentação do CRLV de cada veículo a ser locado, no ato da assinatura do termo contratual, sob pena de não celebrar o referido instrumento;

1.10. Os veículos que serão utilizados para a prestação dos serviços licitados, devem atender obrigatoriamente todas as especificações constantes deste Termo de Referência, estar em conformidade com as normas expedidas pelo CONTRAN/DENATRAN/DETRAN-CE, além de serem registrados como veículos de passageiros e serão inspecionados pelo Município, vedada qualquer justificativa em contrário, visando à verificação das conformidades dos equipamentos obrigatórios de segurança, mediante o que estabelece a legislação, além da verificação da parte mecânica, elétrica, chaparia, pintura, GPS, tacógrafo, etc., de cada veículo;

1.11. Responsabilizar-se pelo pagamento de multas relativas às infrações de trânsito, ocorridas no período em que o veículo estiver a serviço desta Prefeitura;

1.12. A inspeção será realizada em 100% dos veículos a serem locados. Os veículos serão fiscalizados pelo Município no ato de assinatura do contrato;

1.13. Os veículos somente poderão trafegar na velocidade máxima permitida para a rodovia ou estrada (asfaltada ou não), conforme estabelece a legislação vigente;

1.14. Em caso de acidentes, tomar todas as medidas legais cabíveis inclusive providenciando socorro imediato ao(s) acidentado(s) e desobstrução da pista de rolamento. Se necessário, se obriga a acionar a Polícia Militar ou Federal e Corpo de Bombeiros, bem como comunicar ao Setor de Transporte Escolar da Secretaria Municipal de Educação e a unidade escolar de destino ou origem dos alunos;

1.15. A empresa prestadora do serviço deverá estar conectada em tempo integral, pessoalmente ou via telefone fixo/celular, enquanto houver veículos circulando com alunos, disponibilizando-se a comparecer imediatamente no local, em caso de acidentes ou ocorrências graves. O preposto da Contratada deverá, obrigatoriamente, ter poderes para responder pelos serviços a serem contratados sendo responsável pela coordenação, administração e supervisão do seu pessoal e por qualquer comunicação junto ao Contratante, mantendo sempre alinhamento operacional, de maneira que os contratamentos não interfiram na realização final da prestação de serviço;

1.16. Em caso de quebra, avaria, incidente, acidente de algum dos veículos locados e/ou motorista, ou qualquer outro motivo que contribua para a sua ausência, visando realizar o transporte dos alunos em roteiro, previamente especificado, ficará o Licitante Vencedor, obrigado a substituir imediatamente, a tempo dos estudantes ainda chegarem à escola naquele turno, por veículo com as mesmas características do veículo original e avisar a Secretaria Municipal de Educação;

1.17. A Secretaria de Educação não se responsabilizará, por quaisquer danos materiais ou pessoais, para com os veículos e funcionários da empresa a ser contratada, bem como, a terceiros, em consequência de acidentes e incidentes de trânsito, assaltos, roubos, ou quaisquer outros fatos aqui não previstos que causem os referidos danos;

1.18. Em caso de substituição do veículo, qualquer que seja a motivação, a Contratada obriga-se informar e remeter a Secretaria Municipal de Educação, todos os documentos referentes ao novo veículo a ser utilizado no transporte de estudantes;

1.19. A empresa vencedora deverá atender a todas as despesas decorrentes de assistência médica do seu pessoal, seguro contra acidente no trabalho e demais exigências das Leis Trabalhistas e da Previdência Social, bem como, impostos, taxas, seguro dos veículos e quaisquer outros encargos fiscais, de ordem federal, estadual ou municipal, vigentes;



1.20. A licitante obriga-se a aceitar, quando solicitado pela Administração, nas mesmas condições e dentro do prazo contratual estabelecido, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do art. 125 da Lei 14.133/21;

1.21. A Contratada deverá disponibilizar veículos adaptados para o transporte de passageiros portadores de necessidades especiais, de acordo com a Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015 (e suas alterações), conforme a demanda da região/itinerário, de acordo com a(s) solicitação(ões) da SME, tantas quanto forem necessárias para atendimento aos alunos com necessidade de locomoção;

1.22. Todos os veículos deverão estar equipados com tacógrafos, GPS, cintos de segurança em todos os assentos, extintores de incêndios, dispositivos para visão indireta, dianteira e traseira, tipo retrovisores, conforme Resolução 439/2013 CONTRAN, ou outros dispositivos que mostrem o campo de visão indireta do condutor, bem como outros equipamentos exigidos legalmente;

1.23. O prazo para conserto no aparelho do disco tacógrafo, será de 04 dias úteis, sendo de responsabilidade do motorista do veículo informar ao Setor de Transporte Escolar no mesmo dia que for detectado o defeito;

1.24. As justificativas dos dias de manutenção ou conserto do aparelho de disco tacógrafo serão validadas mediante a apresentação da nota fiscal do conserto do aparelho;

1.25. Não fornecer veículo que seja utilizado simultaneamente no serviço de táxi, ou serviço de aluguel a terceiros;

1.26. Colocar o veículo locado à disposição exclusiva desta Secretaria, em função das necessidades por ela estabelecidas, em termos de dias e horários. Portanto, o atendimento deverá ser exclusivo para o transporte de alunos da Rede Pública, ficando terminantemente proibido carona;

1.28. Todos os veículos passarão por vistorias pelo Setor de Transporte da Secretaria Municipal de Educação, pelo menos 02 (duas) vezes no ano que emitirá Laudo/parecer sob as suas condições para tráfego, visando à correção de irregularidades ou substituição imediata do veículo, conforme o caso.

DA VISTORIA

2.1. A empresa declarada provisoriamente como vencedora, deverá comprovar propriedade de no mínimo 30% dos veículos, para realização de vistoria, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da notificação via sistema;

2.1.1. No ato da vistoria, a licitante provisoriamente declarada vencedora, deverá entregar os documentos abaixo elencados, para emissão de parecer de vistoria dos veículos:

- a) DUT dos veículos, no nome da empresa licitante;
- b) Cópia do Certificado de Registro e Licenciamento atualizado; e
- c) Comprovante de adimplência com o IPVA.

2.1.2. A vistoria ocorrerá em local indicado pelo Setor de Transporte da Secretaria de Educação, com dia e horário agendado, compreendendo os dias úteis entre segunda a sexta-feira de 08:00h às 13:00h;

2.1.3. Durante a vistoria os veículos e documentos apresentados serão analisados de acordo com as características dos veículos, elencadas neste Termo de Referência; e

2.1.4. **O não cumprimento da apresentação dos veículos e da entrega da documentação, dentro dos prazos estabelecidos, acarretará desclassificação/inabilitação, sendo convocado a licitante subsequente, e assim sucessivamente, observada a ordem de classificação.**





3 – DAS CARACTERÍSTICAS DOS VEÍCULOS

3.1. Os transportes dos alunos, de acordo com as rotas descritas neste instrumento, deverão estar em bom estado de conservação, obedecer às disposições do Código de Trânsito Brasileiro e normatizações dos órgãos de trânsito quanto aos equipamentos obrigatórios e documentos exigíveis ou que venham a ser exigidos e que poderão ser verificados pelo Setor de Transporte Escolar desta secretaria para a devida comprovação.

3.2. Os veículos de pequeno porte até 05 (cinco) passageiros para transporte deverão possuir ar condicionado, de acordo com a rota descrita deste instrumento, estar em bom estado de conservação, obedecer às disposições do Código de Trânsito Brasileiro e normatizações dos órgãos de trânsito quanto aos equipamentos obrigatórios e documentos exigíveis ou que venham a ser exigidos e que poderão ser verificados pelo Setor de Transporte Escolar desta secretaria para a devida comprovação.

3.3. Os veículos especialmente destinados à condução coletiva dos alunos somente poderão circular nas vias com autorização emitida pelo órgão ou entidade executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, exigindo-se, para tanto:

- a) Registro como veículo de passageiros;
- b) Inspeção para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança;
- c) Equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo;
- d) Lanternas de luz branca, fosca ou amarela dispostas nas extremidades da parte superior dianteira e lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior da parte traseira;
- e) Cintos de segurança em número igual à lotação;
- f) Outros requisitos e equipamentos obrigatórios estabelecidos pelo CONTRAN;

3.4. A referida autorização emitida pelo órgão ou entidade executivos de trânsito, deverá ser afixada na parte interna do veículo, em local visível, com inscrição da lotação permitida, sendo vedada a condução dos usuários em número superior à capacidade estabelecida pelo fabricante; e

3.5. O veículo deverá estar identificado com adesivo da Secretaria de Educação da Prefeitura de Iracema e a faixa "TRANSPORTE ESCOLAR" conforme orientações do FNDE. A arte será disponibilizada pela Contratante após a assinatura do Contrato para a visibilidade dos veículos durante a execução dos serviços. A despesa para a arte elencada ficará como responsabilidade da Contratada, sem qualquer ônus para a Contratante de acordo com o Termo de Referência.

3.6. Independentemente das vistorias previstas na legislação de trânsito, os veículos utilizados no transporte de escolares deverão ser mantidos em perfeito estado de conservação e limpeza, podendo ser submetidos, a qualquer tempo, à fiscalização do DETRAN-CE e de funcionários da Secretaria Municipal de Educação - Setor de Transporte Escolar.

4 – DO SEGURO

4.1. Os veículos deverão estar protegidos por seguro, conforme segue:

- a) a cobertura deverá ser estendida para danos pessoais a passageiros e a terceiros; e
- b) para os casos de morte ou invalidez dos ocupantes do veículo alugado.



4.2. A Contratada deverá assumir integral responsabilidade ao que exceder a cobertura de apólice seguro quanto aos danos acima enumerados.

4.3. Fica certo que, na hipótese de não ser efetuado qualquer seguro ou serem insuficientes os seguros contratados, o locador arcará com todos os ônus decorrentes de eventuais sinistros, como se segurada fosse;

5 - DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E SUBSTITUIÇÃO DOS VEÍCULOS LOCADOS

5.1. O veículo locado que apresentar defeito de qualquer ordem que venha colocar em risco a vida ou comprometer a execução do serviço deverá ser substituído por outro similar, pela Contratada, de forma imediata.

6 - DAS EXIGÊNCIAS PARA OS CONDUTORES

6.1. Os motoristas dos veículos afetos à execução do serviço deverão ser habilitados com qualificação para o transporte de passageiros nos termos da determinação do DENATRAN e nos termos de regulamentação do CONTRAN - CTB, art. 138, inciso V e art. 145, inciso IV e Resolução CONTRAN n.º 168/04 e 205/06 devendo satisfazer os seguintes requisitos:

- a) Estar em perfeitas condições de saúde;
- b) Ter idade superior a vinte e um anos;
- c) Ser habilitado na Categoria "B à E" - condutor de veículo motorizado utilizado no transporte de passageiros;
- d) Não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses e ser aprovado em curso especializado, nos termos da regulamentação do CONTRAN;
- e) A contratação dos motoristas feitas pela Contratada será regida pelas disposições de direito privado e pela legislação trabalhista, não se estabelecendo qualquer relação de vínculo entre estes e o Município de Iracema-CE;
- f) Possuir curso de condutores de veículos conforme RESOLUÇÃO CONTRAN; e
- g) Certidão Negativa Criminal (condutor): Certidão negativa do registro de distribuição criminal, renovável a cada cinco anos, junto ao órgão responsável pela respectiva concessão ou autorização (CTB, art. 329), que ocorrerá em face da contratação.

6.2. Durante a execução dos serviços o condutor deverá estar devidamente uniformizado com a identificação da empresa e identificação de Transportador Escolar, trajar-se adequadamente, usando camisas com mangas, calças compridas, saia, sapatos, tênis ou sandália presa ao calcanhar;

6.3. Confiar a direção dos veículos somente a motoristas com idade superior a 21 anos e devidamente habilitados na categoria "B" à "E" e que não tenham cometido nenhuma infração grave ou gravíssima ou ser reincidente em infrações médias nos últimos 12 meses;

6.4. Oferecer aos motoristas curso de capacitação técnica específico para o transporte escolar conforme determina a Lei nº 9503/97, Código de trânsito Brasileiro;

6.5. Conduzir estudantes até o destino final sem interrupção voluntária da viagem;





6.6. Orientar os estudantes, coibindo comportamentos inadequados durante a viagem, mantendo-os sentados e evitando atitudes que possam afetar a concentração do condutor do veículo e colocar terceiros em riscos;

6.7. Recolher, guardar e posteriormente entregar qualquer objeto esquecido no veículo;

6.8. É vedado aos condutores:

- Fumar, quando estiver conduzindo estudantes;
- Trabalhar após ter ingerido bebida alcoólica ou outra substância tóxica;
- O uso de short ou minissaias e calçados abertos que não se fixem aos pés;
- Ausentar-se do veículo, quando este estiver aguardando estudantes, exceto para garantir maior segurança aos mesmos;
- Abastecer o veículo quando estiver conduzindo estudantes;
- Dirigir em situações que ofereçam riscos à segurança dos estudantes ou de terceiros;
- Dirigir o veículo em desacordo com as normas da legislação de trânsito;
- Dirigir o veículo estando suspenso ou cassado o direito de dirigir na forma prevista pelo Código de Trânsito Brasileiro;
- Realizar a prestação de serviço de transporte de escolar sem estar devidamente autorizado e regular com seu credenciamento;
- Apresentar documento comprovadamente falso ou adulterado, ou que sabe ou deveria saber ser falsificado ou para cuja obtenção tenha concorrido;
- Exercer cargo ou função pública no âmbito das administrações diretas e indiretas, nas áreas municipal, estadual e federal, mesmo estando licenciado sem o recebimento de vencimentos.



MINUTA DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2024-PE

ANEXO II - PROPOSTA CONSOLIDADA

Local e data

À

Central de Licitação e Pregão

Iracema-Ceará.

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2024-PE

OBJETO: Contratação de empresa para locação de transporte de alunos da rede pública do Ensino Básico, junto a Secretaria de Educação do Município de Iracema/CE

ITEM	ESPECIFICAÇÕES DOS VEÍCULOS	LOTE ÚNICO	UND	QTE. ANUAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	<p>LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO (VAN, MICRO-ÔNIBUS OU SIMILAR), COM CAPACIDADE MÍNIMA DE TRANSPORTE ENTRE 13 A 20 ALUNOS SENTADOS (CONFORME ROTAS SUPRACITADAS), os veículos ofertados para a prestação do serviço deverão estar em perfeito estado de conservação, exigindo-se que:</p> <p>a) veículos com capacidade mínima de acordo com as rotas constantes neste termo;</p> <p>b) sejam dotados de assentos estofados com acabamento em material impermeável e de fácil limpeza, cortina nas janelas para proteção solar, borrachas de vedação nas portas para amenizar a entrada de poeira;</p> <p>c) Os veículos destinados ao transporte de escolares e de professores deverão estar em perfeitas condições de uso em diante;</p> <p>d) No prazo de 05 (cinco) dias para assinatura do contrato do processo, o proponente vencedor deverá obrigatoriamente apresentar LAUDO DE INSPEÇÃO VEICULAR emitido por empresa credenciada junto ao DETRAN e INMETRO, enviar os veículos para serem submetidos a vistoria junto à Prefeitura Municipal de IRACEMA/CE, a critério da administração municipal;</p> <p>e) Não havendo empresa credenciada junto ao DETRAN e INMETRO, será permitido apenas o laudo de vistoria da Prefeitura Municipal de IRACEMA;</p> <p>f) Não haverá remarcação de data de vistoria e nem retorno para correção de vícios ou defeitos no veículo;</p> <p>g) O proponente vencedor submeterá os veículos à vistorias periódicas (semestrais) na forma do Código de Trânsito Brasileiro e Resoluções Normativas e atenderá as convocações periódicas para vistoria, sempre que se fizerem necessárias, a critério da Administração;</p> <p>h) O Município de IRACEMA poderá fiscalizar os veículos e a documentação do proponente vencedor em qualquer local e hora onde os mesmos se encontrem;</p> <p>i) O Proponente deverá afixar nos veículos que prestarão os serviços,</p>		KM RODADO	64.309.52	R\$	R\$





autorização para circulação emitida por Órgão ou Entidade Executiva de Trânsito do Estado, na parte interior do veículo, em local visível, com inscrição da lotação permitida, observando-se a capacidade máxima estabelecida pelo fabricante, na forma do disposto no Código de Trânsito Brasileiro, Lei 9.503 de 23/09/1997;

- j) O proponente deverá instalar nos veículos todos os equipamentos necessários ao bom desempenho das funções, de acordo com o disposto no Código de Trânsito Brasileiro e resoluções pertinentes;
- k) O proponente se obrigará a substituir, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após ser contactado, qualquer veículo que venha a ser danificado ou apresente defeitos que impeça circulação ou coloque em risco a integridade física dos usuários;
- l) O licitante vencedor de cada lote deverá no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após a emissão da ordem de serviço, providenciar que a documentação do veículo esteja em seu nome, sob pena de rescisão do contrato;
- m) Os veículos deste lote deverão possuir cortinas ou vidros escuros com "insulfilm" para proteção das crianças contra a exposição da luz solar.

02	<p>LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO (KOMBY, TOPIC, VAN OU SIMILAR), COM CAPACIDADE MÍNIMA DE TRANSPORTE ENTRE 06 A 09 ALUNOS SENTADOS (CONFORME ROTAS SUPRACITADAS), os veículos ofertados para a prestação do serviço deverão estar em perfeito estado de conservação, exigindo-se que:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) veículos com capacidade mínima de acordo com as rotas constantes neste termo; b) sejam dotados de assentos estofados com acabamento em material impermeável e de fácil limpeza, cortina nas janelas para proteção solar, borrachas de vedação nas portas para amenizar a entrada de poeira; c) Os veículos destinados ao transporte de escolares e de professores deverão estar em perfeitas condições de uso em diante; d) No prazo de 05 (cinco) dias para assinatura do contrato do processo, o proponente vencedor deverá obrigatoriamente apresentar LAUDO DE INSPEÇÃO VEÍCULAR emitido por empresa credenciada junto ao DETRAN e INMETRO, enviar os veículos para serem submetidos a vistoria junto à Prefeitura Municipal de IRACEMA/CE, a critério da administração municipal; e) Não havendo empresa credenciada junto ao DETRAN e INMETRO, será permitido apenas o laudo de vistoria da Prefeitura Municipal de IRACEMA; f) Não haverá remarcação de data de vistoria e nem retorno para correção de vícios ou defeitos no veículo; g) O proponente vencedor submeterá os veículos à vistorias periódicas (semestrais) na forma do Código de Trânsito Brasileiro e Resoluções Normativas e atenderá as convocações periódicas para vistoria, sempre que se fizerem necessárias, a critério da Administração; h) O Município de IRACEMA poderá fiscalizar os veículos e a documentação do proponente vencedor em qualquer local e hora onde os mesmos se encontrem; i) O Proponente deverá afixar nos veículos que prestarão os serviços, autorização para circulação emitida por Órgão ou Entidade Executiva de Trânsito do Estado, na parte interior do veículo, em local visível, com inscrição da lotação permitida, observando-se a capacidade máxima estabelecida pelo fabricante, na forma do disposto no Código de Trânsito Brasileiro, Lei 9.503 de 23/09/1997; j) O proponente deverá instalar nos veículos todos os equipamentos necessários ao bom desempenho das funções, de acordo com o disposto no Código de Trânsito Brasileiro e resoluções pertinentes; k) O proponente se obrigará a substituir, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após ser contactado, qualquer veículo que venha a ser danificado ou apresente defeitos que impeça circulação ou coloque em risco a integridade física dos usuários; l) O licitante vencedor de cada lote deverá no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após a emissão da ordem de serviço, providenciar que a documentação do veículo esteja em seu nome, sob pena de rescisão do contrato; m) Os veículos deste lote deverão possuir cortinas ou vidros escuros com "insulfilm" para proteção das crianças contra a exposição da luz solar. 	KM RODADO	60.896	RS	RS
----	---	-----------	--------	----	----

VALOR GLOBAL ESTIMADO PARA A LICITAÇÃO

RS

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA: R\$ ____ (POR EXTENSO)

Prazo da execução: ____ (____) dias.





Validade da proposta: 60 (sessenta) dias

Declaro para os devidos fins que nos preços ofertados estão incluídas todas as despesas incidentes sobre o objeto referentes a tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, custos e demais despesas previsíveis que possam incidir sobre a execução dos serviços licitados, inclusive a margem de lucro.

Declaro para os devidos fins que a proposta econmica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

<<<DATA>>>
<<<ASSINATURA>>>





MINUTA DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2024-PE

ANEXO III

ANEXO IV - MINUTA DO TERMO CONTRATUAL

MUNICÍPIO DE IRACEMA, Estado do Ceará, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____ e CGF nº _____, com sede na _____, Iracema - Ceará, através da Secretaria de _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, neste ato representado(a) por seu(ua) Secretário(a), Sr.(a). _____, aqui denominado de **CONTRATANTE**, e de outro lado _____, estabelecida na _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, neste ato representada pelo(a) Sr.(a). _____, portador(a) do CPF nº _____, apenas denominada de **CONTRATADA**, firmam entre si o presente **TERMO DE CONTRATO** mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULAS CONTRATUAIS

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1. O presente **CONTRATO** tem como fundamento a Lei Nacional Nº 14.133/2021, o **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2024-PE** e seus Anexos, devidamente homologada, a proposta da **CONTRATADA**, tudo parte integrante deste contrato, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. Constitui objeto do presente instrumento a _____, em execução indireta, sob regime de _____, em conformidade com o Termo de Referência, e a proposta da contratada e seus anexos, partes integrantes deste instrumento independente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E DO PAGAMENTO.

3.1. O valor global da presente avença é de R\$ _____ (_____).

ITEM	ESPECIFICAÇÕES DOS VEÍCULOS	UNID	QTE. ANUAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	<p>LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO (VAN, MICRO-ÔNIBUS OU SIMILAR), COM CAPACIDADE MÍNIMA DE TRANSPORTE ENTRE 13 A 20 ALUNOS SENTADOS (CONFORME ROTAS SUPRACITADAS), os veículos ofertados para a prestação do serviço deverão estar em perfeito estado de conservação, exigindo-se que:</p> <p>a) veículos com capacidade mínima de acordo com as rotas constantes neste termo;</p> <p>b) sejam dotados de assentos estofados com acabamento em material impermeável e de fácil limpeza, cortina nas janelas para proteção solar, borrachas de vedação nas portas para amenizar a entrada de poeira;</p> <p>c) Os veículos destinados ao transporte de escolares e de professores deverão estar em perfeitas condições de uso em diante;</p> <p>d) No prazo de 05 (cinco) dias para assinatura do contrato do processo, o proponente vencedor deverá obrigatoriamente apresentar LAUDO DE INSPEÇÃO VEÍCULAR emitido por empresa credenciada junto ao DETRAN e INMETRO, enviar os veículos para serem submetidos a vistoria junto à Prefeitura Municipal de IRACEMA/CE, a critério da administração municipal;</p>	KM RODADO	64.309.52	R\$	R\$





	<p>e) Não havendo empresa credenciada junto ao DETRAN e INMETRO, será permitido apenas o laudo de vistoria da Prefeitura Municipal de IRACEMA;</p> <p>f) Não haverá remarcação de data de vistoria e nem retorno para correção de vícios ou defeitos no veículo;</p> <p>g) O proponente vencedor submeterá os veículos à vistorias periódicas (semestrais) na forma do Código de Trânsito Brasileiro e Resoluções Normativas e atenderá as convocações periódicas para vistoria, sempre que se fizerem necessárias, a critério da Administração;</p> <p>h) O Município de IRACEMA poderá fiscalizar os veículos e a documentação do proponente vencedor em qualquer local e hora onde os mesmos se encontrem;</p> <p>i) O Proponente deverá afixar nos veículos que prestarão os serviços, autorização para circulação emitida por Órgão ou Entidade Executiva de Trânsito do Estado, na parte interior do veículo, em local visível, com inscrição da lotação permitida, observando-se a capacidade máxima estabelecida pelo fabricante, na forma do disposto no Código de Trânsito Brasileiro, Lei 9.503 de 23/09/1997;</p> <p>j) O proponente deverá instalar nos veículos todos os equipamentos necessários ao bom desempenho das funções, de acordo com o disposto no Código de Trânsito Brasileiro e resoluções pertinentes;</p> <p>k) O proponente se obrigará a substituir, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após ser contatado, qualquer veículo que venha a ser danificado ou apresente defeitos que impeça circulação ou coloque em risco a integridade física dos usuários;</p> <p>l) O licitante vencedor de cada lote deverá no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após a emissão da ordem de serviço, providenciar que a documentação do veículo esteja em seu nome, sob pena de rescisão do contrato;</p> <p>m) Os veículos deste lote deverão possuir cortinas ou vidros escuros com "insulfilm" para proteção das crianças contra a exposição da luz solar.</p>				
02	<p>LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO (KOMBY, TOPIC, VAN OU SIMILAR), COM CAPACIDADE MÍNIMA DE TRANSPORTE ENTRE 06 A 09 ALUNOS SENTADOS (CONFORME ROTAS SUPRACITADAS), os veículos ofertados para a prestação do serviço deverão estar em perfeito estado de conservação, exigindo-se que:</p> <p>a) veículos com capacidade mínima de acordo com as rotas constantes neste termo;</p> <p>b) sejam dotados de assentos estofados com acabamento em material impermeável e de fácil limpeza, cortina nas janelas para proteção solar, borrachas de vedação nas portas para amenizar a entrada de poeira;</p> <p>c) Os veículos destinados ao transporte de escolares e de professores deverão estar em perfeitas condições de uso em diante;</p> <p>d) No prazo de 05 (cinco) dias para assinatura do contrato do processo, o proponente vencedor deverá obrigatoriamente apresentar LAUDO DE INSPEÇÃO VEICULAR emitido por empresa credenciada junto ao DETRAN e INMETRO, enviar os veículos para serem submetidos a vistoria junto à Prefeitura Municipal de IRACEMA/CE, a critério da administração municipal;</p> <p>e) Não havendo empresa credenciada junto ao DETRAN e INMETRO, será permitido apenas o laudo de vistoria da Prefeitura Municipal de IRACEMA;</p> <p>f) Não haverá remarcação de data de vistoria e nem retorno para correção de vícios ou defeitos no veículo;</p> <p>g) O proponente vencedor submeterá os veículos à vistorias periódicas (semestrais) na forma do Código de Trânsito Brasileiro e Resoluções Normativas e atenderá as convocações periódicas para vistoria, sempre que se fizerem necessárias, a critério da Administração;</p> <p>h) O Município de IRACEMA poderá fiscalizar os veículos e a documentação do proponente vencedor em qualquer local e hora onde os mesmos se encontrem;</p> <p>i) O Proponente deverá afixar nos veículos que prestarão os serviços, autorização para circulação emitida por Órgão ou Entidade Executiva de Trânsito do Estado, na parte interior do veículo, em local visível, com inscrição da lotação permitida, observando-se a capacidade máxima estabelecida pelo fabricante, na forma do disposto no Código de Trânsito Brasileiro, Lei 9.503 de 23/09/1997;</p> <p>j) O proponente deverá instalar nos veículos todos os equipamentos necessários ao bom desempenho das funções, de acordo com o disposto no Código de Trânsito Brasileiro e resoluções pertinentes;</p> <p>k) O proponente se obrigará a substituir, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após ser contatado, qualquer veículo que venha a ser danificado ou apresente defeitos que impeça circulação ou coloque em risco</p>	KM RODADO	60.896	R\$	R\$



[Handwritten signatures]



- a integridade física dos usuários;
- l) O licitante vencedor de cada lote deverá no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após a emissão da ordem de serviço, providenciar que a documentação do veículo esteja em seu nome, sob pena de rescisão do contrato;
 - m) Os veículos deste lote deverão possuir cortinas ou vidros escuros com “insulfilm” para proteção das crianças contra a exposição da luz solar.

VALOR GLOBAL ESTIMADO PARA A LICITAÇÃO

R\$

3.2. DOS PREÇOS, DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

3.2.1. PREÇOS: Os preços ofertados devem ser apresentados com a incidência de todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, custos e demais despesas previsíveis que possam incidir sobre a execução dos serviços, inclusive a margem de lucro.

3.2.2. LIQUIDAÇÃO: A Administração fará a liquidação da despesa, no prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar da prestação dos serviços e encaminhamento das respectivas notas fiscais/faturas devidamente atestadas pelo gestor da despesa.

3.2.3. PAGAMENTO: O pagamento será feito no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da liquidação, na proporção da prestação dos serviços solicitados, segundo as ordens de serviços expedidas pela Administração, de conformidade com as notas fiscais/faturas devidamente atestadas pelo gestor da despesa, e encaminhamento das certidões federais, estaduais e municipais, CRF FGTS e CND trabalhista do licitante vencedor, todas atualizadas, observadas as condições da proposta, através de crédito na conta bancária do fornecedor.

3.2.3.1. Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das suas responsabilidades contratuais, nem implicará na aprovação definitiva da prestação do serviço, total ou parcialmente.

3.2.3.2. Ocorrendo erro na fatura ou outra circunstância que desaconselhe o pagamento, a CONTRATADA será cientificada, a fim de que tome providências.

3.2.3.3 Poderá a CONTRATANTE sustar o pagamento da CONTRATADA nos seguintes casos:

- a) quando a CONTRATADA deixar de recolher multas a que estiver sujeita, dentro do prazo fixado;
- b) quando a CONTRATADA assumir obrigações em geral para com terceiros, que possam de qualquer forma prejudicar a CONTRATANTE; e
- c) inadimplência da CONTRATADA na execução do contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O(s) contrato(s) oriundo(s) desta licitação produzirá(ão) seus jurídicos e legais efeitos a partir da data de assinatura do Instrumento Contratual e vigorará(ão) por 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que as condições e os preços permaneçam vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes, nos termos do art. 107 da Lei Nacional nº 14.133/2021.

4.1.1. Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

CLÁUSULA QUINTA - DA ORIGEM DOS RECURSOS





5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta dos recursos respectivos, na dotação orçamentária:

UNIDADE GESTORA	PROGRAMA	ELEMENTO DE DESPESA	SUBELEMENTO
0301 – Secretaria de Educação.	12.361.0602.2.021 – Gestão do Transporte Escolar na Educação.	3.3.90.39.00 – Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica.	3.3.90.39.98 – Transporte Escolar PJ

CLÁUSULA SEXTA - DA OBRIGAÇÃO DAS PARTES

6.1. A contratada deverá executar o contrato nos locais e prazos estipulados pelo Município de Iracema e rigorosamente de acordo com as especificações estabelecidas neste edital e seus anexos e na proposta vencedora, sendo que a não observância destas condições implicará na não aceitação dos mesmos, sem que caiba qualquer tipo de reclamação ou indenização por parte da contratada.

6.2. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste edital e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir:

- Recrutar pessoas habilitadas e com experiência comprovada, fornecendo à CONTRATANTE relação nominal dos profissionais, contendo identidade e atribuição/especificação técnica.
- Executar o contrato através de pessoas idôneas, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou falta que venham a cometer no desempenho de suas funções, podendo solicitar a substituição daquela cuja conduta seja julgada inconveniente.
- Substituir os profissionais nos casos de impedimentos fortuitos, de maneira que não se prejudiquem o bom andamento e a boa execução do contrato.
- Facilitar a ação da FISCALIZAÇÃO, prestando, prontamente, os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE.
- Responder perante o Município de Iracema, mesmo no caso de ausência ou omissão da FISCALIZAÇÃO, indenizando-a devidamente por quaisquer atos ou fatos lesivos aos seus interesses, que possam interferir na execução do Contrato, quer sejam eles praticados por empregados, prepostos ou mandatários seus. A responsabilidade se estenderá a danos causados a terceiros, devendo a CONTRATADA adotar medidas preventivas contra esses danos, com fiel observância das normas emanadas das autoridades competentes e das disposições legais vigentes.
- Responder, perante as leis vigentes, pelo sigilo dos documentos manuseados, sendo que a CONTRATADA não deverá, mesmo após o término do contrato, sem consentimento prévio por escrito da CONTRATANTE, fazer uso de quaisquer documentos ou informações a que tenha acesso, a não ser para fins de execução do contrato.
- Pagar seus empregados no prazo previsto em lei, sendo também de sua responsabilidade o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre o contrato, inclusive as contribuições previdenciárias fiscais e parafiscais, FGTS, PIS, COFINS, IRPJ, CSLL, emolumentos, seguros de acidentes de trabalho etc., ficando excluída qualquer solidariedade do Município por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais uma vez que a inadimplência da CONTRATADA, com referência às suas obrigações, não se transfere ao Município.





- h) Disponibilizar, a qualquer tempo, toda documentação referente ao pagamento dos tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relacionados com o objeto do CONTRATO.
- i) Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- j) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nos serviços ou nas compras.
- k) Utilizar, na execução do contrato, funcionários contratados ou terceirizados, bem como equipamentos de sua propriedade ou locados, sendo vedada a utilização de funcionários (servidores ou terceirizados da PMI), e equipamentos de propriedade do Município;
- l) Responsabilizar-se pela conformidade, adequação, desempenho e qualidade dos bens, bem como de cada material, matéria-prima ou componente individualmente considerado, mesmo que não sejam de sua fabricação, garantindo seu perfeito desempenho;
- m) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados;
- n) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, decorrentes de sua culpa ou dolo, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante;
- o) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato. A inadimplência do contratado não transfere à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato;
- p) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- q) Comprovar, sempre que solicitado pela Administração, a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- r) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- s) Manter preposto, aceito pela Contratante, para representá-lo na execução do contrato;
- t) Respeitar as normas de segurança e medicina do trabalho, previstas na Consolidação das Leis do Trabalho e legislação pertinente.

6.3. A CONTRATADA estará obrigada, ainda, a satisfazer aos requisitos e atender a todas as exigências e condições a seguir estabelecidas:

- a) Prestar o contrato de acordo com o Termo de Referência e demais anexos deste edital.
- b) Atender às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e demais normas pertinentes ao objeto contratado.



c) Responsabilizar-se pela conformidade, adequação, desempenho e qualidade dos bens, bem como de cada material, matéria-prima ou componente individualmente considerado, mesmo que não sejam de sua fabricação, garantindo seu perfeito desempenho.

d) A Contratada deverá, ainda, dispor dos recursos administrativos, financeiros, de transporte, de compras, etc. que julgar conveniente para assegurar o bom andamento dos trabalhos, evitar interrupções e descontinuidades e garantir o fiel cumprimento dos prazos estabelecidos.

6.4. A contratada deverá, ainda, atender ao seguinte:

a) Observar as determinações emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

b) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique na execução do contrato.

c) Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante.

d) Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5. A CONTRATANTE obriga-se a:

a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o edital e seus anexos, proposta adjudicada e contrato;

b) Indicar o local e horário em que deverão ser executados os serviços;

a) Permitir ao pessoal da CONTRATADA o acesso ao local da execução, desde que observadas as normas de segurança;

b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste instrumento;

c) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações assumidas pelo Contratado;

d) Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução do contrato, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

e) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

f) Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao serviço prestado, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente instrumento;

g) Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste instrumento;

h) Responder todas as solicitações do Contratado relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

i) Disponibilizar as informações necessárias para o desenvolvimento do objeto do contrato;

CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. Os serviços deverão ser executados no prazo de 05 (dias) dias a contar da ordem de serviço inicial, no local e horário indicado pela contratante.

7.2. Para os serviços prestados deverá ser emitida fatura e nota fiscal em nome do Município de Iracema/CE.



7.3. As informações necessárias para emissão da fatura e nota fiscal deverão ser requeridas junta ao solicitante.

7.4. No caso de constatação da inadequação dos serviços fornecidos às normas e exigências especificadas neste edital e na proposta de preços vencedora a Administração os recusará, devendo ser de imediato ou no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas adequados às supracitadas condições, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, na forma da lei e deste instrumento.

7.5. Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, desde que devidamente justificada por escrito e previamente autorizada pela Secretaria.

7.6. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.7. As prorrogações de prazo serão concedidas somente mediante justificativa, permissivo legal e conveniência, atestados pelo Município de Iracema/CE.

CLÁUSULA OITAVA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. A fiscalização e o recebimento do objeto serão feitos por servidor designado pela Secretaria para este fim.

8.2. A aceitabilidade do objeto deverá ser avaliada pela fiscalização e estará condicionada à correta execução e ao acompanhamento e atestação das exigências contratuais pela fiscalização e à proposta adjudicada.

8.3. O objeto deste Contrato será recebido:

a) **Provisoriamente**, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do serviço com as exigências contratuais.

b) **Definitivamente**, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento provisório.

8.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil nem a responsabilidade ético-profissional da contratada pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

9.1 A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor devidamente designado para este fim, o qual deverá exercer em toda a sua plenitude a ação de que trata o art. 117 da Lei Nacional nº 14.133/2021, indicado no DFD que deu origem a este processo.

9.2. A fiscalização será exercida pela Secretaria Contratante. Todos os problemas advindos da execução do contrato serão tratados inicialmente com a Fiscalização e, posteriormente, se não houver solução compatível, com o (a) Secretário(a).

9.3. A Contratada deverá se limitar a execução dos serviços especificados no Contrato e na Ordem de Serviços, sob pena de executar e não receber.



- 9.4 O representante da PMI anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
- 9.5 As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.
- 9.6. A aceitação pela fiscalização não exime o contratado de suas responsabilidades técnicas e civis.

CLÁUSULA DEZ - DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

- 10.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.
- 10.2. Após o interregno de um ano, os preços contratados serão reajustados, independentemente de solicitação do contratado, com base na variação do índice IGP-M – Índice Geral de Preços do Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 10.3. A aplicação do reajuste se fará a partir do 13º mês a contar da data do contrato, sendo que o seu valor percentual (calculado com a aplicação da fórmula abaixo) se manterá fixo por 12 meses, e assim sucessivamente a cada 12 meses.
- 10.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 10.4.1. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 10.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 10.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor e, na ausência de previsão legal quanto ao índice a ser adotado em substituição ao índice extinto, as partes elegerão novo índice oficial para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 10.7. O reajuste será realizado por apostilamento.
- 10.8. No cálculo dos reajustes se utilizará a seguinte fórmula:



, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a serem reajustado;

I_0 = Índice inicial – correspondente ao mês do orçamento;

I = Índice final – correspondente ao mês de aniversário anual do contrato.





10.9. Poderá ser restabelecido o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato, nos termos do Art. 124, Inciso II, alínea "d" da Lei 14.133/2021, devendo ser formalizado através de ato administrativo.

10.9.1. A Administração deverá se manifestar sobre o pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, no prazo de até 15 (quinze) dias, a contar da data do pedido.

10.9.2. O reequilíbrio econômico-financeiro será realizado por Termo Aditivo.

CLÁUSULA ONZE – DAS SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

11.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

11.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta;

11.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

11.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

11.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013;

11.2. A Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

a) advertência;

b) multa;

c) impedimento de licitar e contratar; e

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.





11.3. Na aplica o das san es serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infra o cometida.
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administra o Pública;
- e) a implanta o ou o aperfei amento de programa de integridade, conforme normas e orienta es dos órgãos de controle.

11.4. Para as infra es previstas nos itens 11.1.4., 11.1.5 e 11.1.6 a multa será de 10% (dez por cento) do valor do contrato.

11.5. Para as infra es previstas nos itens 11.1.8, 11.1.9, 11.1.10, 11.11.1 e 11.1.12 a multa será de 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

11.6. Para as infra es previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.7. a multa será aplicada da seguinte forma:

- a) 1% (um por cento) sobre o valor global do Contrato, por dia que exceder ao prazo contratual sem que os serviços sejam executados;
- b) 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, se a Contratada deixar de atender às recomenda es de ordem técnica emitidas pela ADMINISTRA O MUNICIPAL.
- c) 10% (dez por cento) do valor global do Contrato, se a Contratada transferir a execu o do contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem prévia autoriza o escrita da Secretaria;
- d) 20% (vinte por cento) do valor total do Contrato, na hipótese de extin o do contrato por culpa da Contratada, sem prejuízo de outras penalidades previstas em lei;

11.7. As san es de advertência, impedimento de licitar e contratar e declara o de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não,   penalidade de multa.

11.8. Na aplica o da san o de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intima o.

11.9. A advertência será aplicada exclusivamente pela infra o administrativa prevista no item 11.1.1., quando não se justificar a imposi o de penalidade mais grave.

11.10. A san o de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infra es administrativas relacionadas nos itens 11.1.2, 11.1.3, 11.1.4., 11.1.5, 11.1.6 e 11.1.7, quando não se justificar a imposi o de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administra o Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.11. Poderá ser aplicada ao responsável a san o de declara o de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infra es dispostas nos itens 11.1.8, 11.1.9, 11.1.10, 11.11.1 e 11.1.12, bem como pelas infra es administrativas previstas nos itens 11.1.2., 11.1.3, 11.1.4, 11.1.5., 11.1.6 e 11.1.7 que justifiquem a imposi o de penalidade mais grave que a san o de impedimento de licitar e contratar, cuja dura o observará o prazo previsto no art. 156,  5 , da Lei n  14.133/2021.



11.12. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

11.13. A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores públicos estatutários ou pertencentes aos quadros permanentes da Administração, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.14. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.15. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.16. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.17. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.18. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso, por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM.

11.18.1. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que o licitante fizer jus.

11.18.2. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito do licitante, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

11.19. As partes se submeterão ainda às demais sanções impostas na Lei Federal nº 14.133/2021 e no instrumento convocatório.

11.20. Após o devido processo administrativo, conforme disposto no Edital, as multas pecuniárias previstas neste Instrumento serão descontadas de qualquer crédito existente no Município em favor da Contratada ou cobradas judicialmente, na inexistência deste.

11.21. A personalidade jurídica do contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado,





observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.22. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.23. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DOZE - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

12.1. Constituem motivos para a extinção do contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial e sem que caiba à Contratada direito a indenização de qualquer natureza, ocorrendo qualquer dos seguintes casos:

- a) não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- b) desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- c) alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- d) decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- e) caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- f) atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- g) atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- h) razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
- i) não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

12.2. O Contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

- a) supressão, por parte da Administração, de serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 desta Lei;
- b) suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;
- c) repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;



d) atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de serviços;

e) não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de serviço, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

12.3. As hipóteses de extinção a que se referem as alíneas “b”, “c” e “d” do subitem 12.2 deste edital, observarão as seguintes disposições:

a) não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;

b) assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea “d” do inciso II do *caput* do art. 124 desta Lei.

12.4. Além da aplicação das multas já previstas, o presente contrato ficará rescindido de pleno direito, independente de notificação judicial ou extrajudicial, sem que assista à Contratada o direito de reclamar indenizações relativas às despesas decorrentes de encargos provenientes da sua execução, ocorrendo quaisquer infrações às suas cláusulas e condições ou nas hipóteses previstas na Legislação, na forma dos artigos 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021.

12.5. O procedimento de extinção observará os ditames previstos nos artigos 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TREZE – PUBLICAÇÃO

13.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio eletrônico oficial, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA CATORZE - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. O CONTRATADO se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

14.2. O presente contrato tem seus termos e sua execução vinculada ao edital de licitação e à proposta licitatória.

14.3. O CONTRATANTE se reserva o direito de fazer uso de qualquer das prerrogativas dispostas no artigo 104 da Lei Nacional nº 14.133/2021.

14.4. O presente contrato poderá ser alterado unilateralmente pela Administração ou por acordo das partes, com as devidas justificativas, nos casos previstos na Lei Nacional nº 14.133/2021.

14.5. A inadimplência do contratado com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso dos bens pela Administração.

14.6. O contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, não poderá subcontratar partes do contrato sem a expressa autorização da Administração.



14.7. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, os itens fornecidos em desacordo com os termos do edital, da proposta e deste contrato.

14.8. Integram o presente contrato, independente de transcrição, todas as peças que formam o procedimento licitatório e a proposta adjudicada.

14.9. A Contratada, na vigência do Contrato, será a única responsável perante terceiros pelos atos praticados por seu pessoal, eximida a Contratante de quaisquer reclamações e indenizações.

14.10. Os casos omissos poderão ser resolvidos pelo Pregoeiro durante a sessão e pelo Secretário Ordenador de Despesa mediante aplicação da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUINZE – DO FORO

15.1. O foro da Comarca de Iracema é o competente para dirimir questões decorrentes da execução deste Contrato, em obediência ao disposto no § 1º do artigo 92 da Lei nº 14.133/2021.

Assim pactuadas, as partes firmam o presente Instrumento, perante testemunhas que também o assinam, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Iracema, ____ de ____ de ____.

MUNICÍPIO DE IRACEMA/CE
Secretaria de Infraestrutura
CONTRATANTE

RAZÃO SOCIAL
Nome do representante legal
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____ CPF: _____

2. _____ CPF: _____





CROQUI ROTA 01

ROTA 01

Escreva uma descrição para seu mapa.

Legenda

- Elemento 1
- Rota 01



[Handwritten Signature]
Téc. em Agrimensura
RNP-5661680300

GERREFERENCIAMENTO, DESCRITIVO, DISTÂNCIAS E TIPOS DE PAVIMENTOS

ROTA 01

Trecho	Início	Final	Distâncias em Quilômetros									
			QTD. Carrocável	QTD. P. Tosca.	QTD. Paraiel.	QTD. Asfalto	QTD. Ida	QTD. Volta	QTD. KM/DIA			
1	Casa de Valber Matias (Água Nova) Coordenadas: 577712.00, 9363358.00	Entrocamento (Dobrar a Esquerda) Coordenadas: 579242.00, 9364912.00	3,10					3,10			3,10	6,20
2	Entrocamento (Dobrar a Esquerda) Coordenadas: 579242.00, 9364912.00	Casa de Valdimira (Salgadinho) Retorna Coordenadas: 578591.00, 9361571.00	2,70					2,70			2,70	5,40
3	Casa de Valdimira (Salgadinho) Retorna Coordenadas: 578591.00, 9361571.00	Entrocamento (Dobrar a Esquerda) Coordenadas: 579242.00, 9364912.00	2,70					2,70			2,70	5,40
4	Entrocamento (Dobrar a Esquerda) Coordenadas: 579242.00, 9364912.00	Pista (Bom Sucesso) Dobra a esquerda Coordenadas: 574875.00, 9360781.00	4,90					4,90			4,90	9,80
5	Pista (Bom Sucesso) Dobra a esquerda Coordenadas: 574875.00, 9360781.00	Comércio Amilton Bezerra (Bairro Jatobá), virá a Esquerda Coordenadas: 576116.00, 9359058.00						2,10			2,10	4,20
6	Comércio Amilton Bezerra (Bairro Jatobá), virá a Esquerda Coordenadas: 576116.00, 9359058.00	J.H.C (Bairro Jatobá), Retornar Coordenadas: 576372.00, 9358776.00		0,50				0,50			0,50	1,00
7	J.H.C (Bairro Jatobá), Retornar Coordenadas: 576372.00, 9358776.00	Comércio Amilton Bezerra (Bairro Jatobá), virá a Esquerda Coordenadas: 576116.00, 9359058.00		0,50				0,50			0,50	1,00
8	Comércio Amilton Bezerra (Bairro Jatobá), virá a Esquerda Coordenadas: 576116.00, 9359058.00	Entrocamento da Rua Ulises de Holanda Campelo com Rua Gervásio Holanda (Dobrar a Esquerda) Coordenadas: 576871.00, 9357664.00						1,70			1,70	3,40



GERREFERENCIAMENTO, DESCRITIVO, DISTÂNCIAS E TIPOS DE PAVIMENTOS

ROTA 01

Trecho	Início	Final	Distâncias em Quilômetros									
			QTD. Carrotável	QTD. Tosta.	QTD. P. Paralel.	QTD. Asfalto	QTD. Ida	QTD. Volta	QTD. KM/DIA			
9	Entrocamento da Rua Ulises de Holanda Campelo com Rua Gervásio Holanda (Dobrar a Esquerda)	Entrocamento da Rua Gervásio Holanda Guerra com a Rua Delta Holanda (seguir em frente)			0,11			0,11		0,11		0,22
	Coordenadas: 576871.00,9357664.00	Coordenadas: 576877.00,9357777.00										
10	Entrocamento da Rua Gervásio Holanda Guerra com a Rua Delta Holanda (seguir em frente)	Cruzamento da Rua Cap. Manoel Rufino de Negreiros com Rua Antônio Tavares Magalhães (virá a esquerda)				0,15		0,15		0,15		0,30
	Coordenadas: 576877.00,9357777.00	Coordenadas: 576914.00,9357909.00										
11	Cruzamento da Rua Cap. Manoel Rufino de Negreiros com Rua Antônio Tavares Magalhães (virá a esquerda)	Cruzamento da Rua Antônio Tavares Magalhães com Rua Casimiro Costa Moraes, dobrar a esquerda			0,09			0,09		0,09		0,18
	Coordenadas: 576914.00,9357909.00	Coordenadas: 576933.00,9357990.00										
12	Cruzamento da Rua Antônio Tavares Magalhães com Rua Casimiro Costa Moraes, dobrar a esquerda	Escola Albatiza Tavares (parada e segue em frente)		0,48				0,48		0,48		0,96
	Coordenadas: 576933.00,9357990.00	Coordenadas: 576992.00,9358370.00										
13	Escola Albatiza Tavares (parada e segue em frente)	Cruzamento da Rua Francisco das Chagas de Q. Campelo com Rua Casimiro Costa Moraes, seguir em frente		0,44				0,44		0,44		0,88
	Coordenadas: 576992.00,9358370.00	Coordenadas: 577011.00,9357977.00										
14	Cruzamento da Rua Francisco das Chagas de Q. Campelo com Rua Casimiro Costa Moraes, seguir em frente	Escola Enéas Olímpio (Fazer parada e virá a esquerda)			0,09			0,09		0,09		0,18
	Coordenadas: 577011.00,9357977.00	Coordenadas: 576987.00,9357891.00										
15	Escola Enéas Olímpio (Fazer parada e virá a esquerda)	Escola Ábdon Xavier (Fazer parada e seguir em frente)				0,18		0,18		0,18		0,36
	Coordenadas: 576987.00,9357891.00	Coordenadas: 577068.00,9357783.00										



GERREFERENCIAMENTO, DESCRITIVO, DISTÂNCIAS E TIPOS DE PAVIMENTOS

ROTA 01

Trecho	Início	Final	Distâncias em Quilômetros									
			QTD. Carrocável	QTD. P. Tosca.	QTD. Paralel.	QTD. Asfalto	QTD. Ida	QTD. Volta	QTD. KM/DIA			
16	Escola Abdon Xavier (Fazer parada e seguir em frente) Coordenadas: 577068.00,9357783.00	Final da Rua João Batista de Almeida (seuir em frente) Coordenadas: 5577258.00,9357930.00				0,35	0,35		0,35		0,35	0,70
17	Final da Rua João Batista de Almeida (seuir em frente) Coordenadas: 5577258.00,9357930.00	Casa de Ledmar, Sítio Grossos (retornar) Coordenadas: 577452.00,9359279.00	1,40				1,40		1,40		1,40	2,80
18	Casa de Ledmar, Sítio Grossos (retornar) Coordenadas: 577452.00,9359279.00	Início da Rua João Batista de Almeida (seuir em frente) Coordenadas: 5577258.00,9357930.00	1,40				1,40		1,40		1,40	2,80
19	Início da Rua João Batista de Almeida (seuir em frente) Coordenadas: 5577258.00,9357930.00	Escola Figueiredo Correia (Fazer parada e retornar) Coordenadas: 577405.00,9357491.00				0,63	0,63		0,63		0,63	1,26
20	Escola Figueiredo Correia (Fazer parada e retornar) Coordenadas: 577405.00,9357491.00	Escola Aprender e Crescer (fazer parada e seguir em frente) Coordenadas: 577034.00,9357413.00				0,45	0,45		0,45		0,45	0,90
21	Escola Aprender e Crescer (fazer parada e seguir em frente) Coordenadas: 577034.00,9357413.00	Pátio do Posto Riachuelo (final de rota, estacionar) Coordenadas: 576742.00,9357734.00				0,60	0,60		0,60		0,60	1,20
TOTAIS			16,20	1,92	0,29	6,16	24,57	24,57	24,57	24,57	24,57	49,14


Cicero Fernandes de Almeida
 Tec. em Agrimensura
 RNP-55618830300





(Signature)
Cícero Fernandes de Almeida
Tec. em Agrimensura
RNP-55618800300

CROQUI ROTA 02

GERREFERENCIAMENTO, DESCRITIVO, DISTÂNCIAS E TIPOS DE PAVIMENTOS

ROTA 02

Trecho	Início	Final	Distâncias em Quilômetros									
			QTD. Carrocável	QTD. Tocaç.	QTD. P. Paralel.	QTD. Asfalto	QTD. Ida	QTD. Volta	QTD. KM/DIA			
1	Casa de Lero (Maceió)	Entrocamento (Dobrar a Direita)	4,90					4,900	4,90		9,80	
	Coordenadas: 562302.00, 9358419.00	Coordenadas: 566122.00, 9358144.00										
2	Entrocamento (Dobrar a Direita)	Casa de Edna Queiroz (Água Branca) Retorna	1,80					1,800	1,80		3,60	
	Coordenadas: 566122.00, 9358144.00	Coordenadas: 565440.00, 9356951.00										
3	Casa de Edna Queiroz (Água Branca) Retorna	Entrocamento (Dobrar a Esquerda)	1,80					1,800	1,80		3,60	
	Coordenadas: 565440.00, 9356951.00	Coordenadas: 566122.00, 9358144.00										
4	Entrocamento (Dobrar a Esquerda)	Início do Calçamento (Fazendinha I)	5,60					5,600	5,60		11,20	
	Coordenadas: 566122.00, 9358144.00	Coordenadas: 570277.00, 9360997.00										
5	Início do Calçamento (Fazendinha I)	Final do Calçamento (Fazendinha I)			0,40			0,400	0,40		0,80	
	Coordenadas: 570277.00, 9360997.00	Coordenadas: 570674.00, 9361004.00										
6	Final do Calçamento (Fazendinha I)	Início da parede do açude Ema	2,60					2,600	2,60		5,20	
	Coordenadas: 570674.00, 9361004.00	Coordenadas: 572255.00, 9360966.00										
7	Início da parede do açude Ema	Final da parede do açude Ema			0,40			0,400	0,40		0,80	
	Coordenadas: 572255.00, 9360966.00	Coordenadas: 572404.00, 9361310.00										
8	Final da parede do açude Ema	Comércio Amilton Bezerra (Bairro Jatobá), virá a Esquerda				4,80		4,800	4,80		9,60	
	Coordenadas: 572404.00, 9361310.00	Coordenadas: 576116.00, 9359058.00										
9	Comércio Amilton Bezerra (Bairro Jatobá), virá	J.H.C (Bairro Jatobá), Retornar					0,50	0,500	0,50		1,00	
	Coordenadas: 576116.00, 9359058.00	Coordenadas: 576372.00, 9358776.00										
10	J.H.C (Bairro Jatobá), Retornar	Comércio Amilton Bezerra (Bairro Jatobá), virá a Esquerda					0,50	0,500	0,50		1,00	
	Coordenadas: 576372.00, 9358776.00	Coordenadas: 576116.00, 9359058.00										



GERREFERENCIAMENTO, DESCRITIVO, DISTÂNCIAS E TIPOS DE PAVIMENTOS

ROTA 02

Trecho	Início	Final	Distâncias em Quilômetros							
			QTD. Carroçável	QTD. P. Tosca.	QTD. Paralel.	QTD. Asfalto	QTD. Ida	QTD. Volta	QTD. KM/DIA	
11	Comércio Amilton Bezerra (Bairro Jatobá), virá a Esquerda	Entrocamento da Rua Ulises de Holanda Campelo com Rua Gervásio Holanda (Dobrar a Esquerda)				1,70	1,700	1,70	3,40	
	Coordenadas: 576116.00,9359058.00	Coordenadas: 576871.00,9357664.00								
12	Entrocamento da Rua Ulises de Holanda Campelo com Rua Gervásio Holanda (Dobrar a Esquerda)	Entrocamento da Rua Gervásio Holanda Guerra com a Rua Delta Holanda (seguir em frente)			0,11	0,110	0,110	0,11	0,22	
	Coordenadas: 576871.00,9357777.00	Coordenadas: 576877.00,9357777.00								
13	Entrocamento da Rua Gervásio Holanda Guerra com a Rua Delta Holanda (seguir em frente)	Escola Enéas Olímpio (Fazer parada e virá a esquerda)				0,21	0,210	0,21	0,42	
	Coordenadas: 576877.00,9357777.00	Coordenadas: 576987.00,9357891.00								
14	Escola Enéas Olímpio (Fazer parada e virá a esquerda)	Cruzamento da Rua Francisco das Chagas de Q. Campelo com Rua Casimiro Costa Moaes, seguir em frente			0,09	0,090	0,090	0,09	0,18	
	Coordenadas: 576987.00,9357891.00	Coordenadas: 577011.00,9357977.00								
15	Cruzamento da Rua Francisco das Chagas de Q. Campelo com Rua Casimiro Costa Moaes, seguir em frente	Escola Albatiza Tavares (parada e segue em frente)		0,45		0,450	0,45	0,90		
	Coordenadas: 577011.00,9357977.00	Coordenadas: 576992.00,9358370.00								
16	Escola Albatiza Tavares (parada e segue em frente)	Cruzamento da Rua Antônio Tavares Magalhães com Rua Cassimiro Costa Moraes (Dobrar a Direita)		0,39		0,390	0,39	0,78		
	Coordenadas: 576992.00,9358370.00	Coordenadas: 576934.00,9357986.00								
17	Cruzamento da Rua Antônio Tavares Magalhães com Rua Cassimiro Costa Moraes (Dobrar a Direita)	Cruzamento da Rua Cap. Manoel Rufino de Negreiros com Rua Antônio Tavares Magalhães (virá a direita)		0,09		0,090	0,09	0,18		
	Coordenadas: 576934.00,9357986.00	Coordenadas: 576914.00,9357909.00								



GERREFERENCIAMENTO, DESCRITIVO, DISTÂNCIAS E TIPOS DE PAVIMENTOS

ROTA 02

Trecho	Início	Final	Distâncias em Quilômetros							QTD. KM/DIA
			QTD. Carrocável	QTD. Tosca.	QTD. Paralel.	QTD. Asfalto	QTD. Ida	QTD. Volta	QTD.	
18	Cruzamento da Rua Cap. Manoel Rufino de Negreiros com Rua Antônio Tavares Magalhães (virá a direita)	Entrocamento da Rua Gervásio Holanda Guerra com a Rua Delta Holanda (seguir em frente)				0,15		0,150	0,15	0,30
	Coordenadas: 576914.00,9357909.00	Coordenadas: 576877.00,9357777.00								
19	Entrocamento da Rua Gervásio Holanda Guerra com a Rua Delta Holanda (seguir em frente)	Entrocamento da Rua Ulises de Holanda Campelo com Rua Gervásio Holanda (Dobrar a Direita)			0,11			0,110	0,11	0,22
	Coordenadas: 576877.00,9357777.00	Coordenadas: 576871.00,9357664.00								
20	Entrocamento da Rua Ulises de Holanda Campelo com Rua Gervásio Holanda (Dobrar a esquerda)	Pátio do Posto Riachuelo (final de rota, estacionamento)				0,20		0,200	0,20	0,40
	Coordenadas: 576871.00,9357664.00	Coordenadas: 576742.00,9357734.00								
TOTAIS			16,70	1,84	1,20	7,06	26,80	26,80	26,80	53,60


Cicero Fernandes de Almeida
 Tec. em Agrimensura
 RNP-55616820300





Cícero Fernandes de Fátima
 Tec. em Agrimensura
 RNP-55618800300

CROQUI ROTA 03

GERREFERENCIAMENTO, DESCRITIVO, DISTÂNCIAS E TIPOS DE PAVIMENTOS

ROTA 03

Trecho	Início	Final	Distâncias em Quilômetros							
			QTD. Carrotável	QTD. Tosca.	QTD. Paralel.	QTD. Asfalto	QTD. ida	QTD. Volta	QTD. KM/DIA	
1	Casa de Elder (Maceió) Coordenadas: 562086.00, 9358205.00	Entrocamento (Dobrar a Direita) Coordenadas: 566122.00, 9358144.00	5,00					5,00	5,00	10,00
2	Entrocamento (Dobrar a Direita) Coordenadas: 566122.00, 9358144.00	Casa de Jucicleide (Água Branca) Retorna Coordenadas: 565453.00, 9356916.00	2,10					2,10	2,10	4,20
3	Casa de Jucicleide (Água Branca) Retorna Coordenadas: 565453.00, 9356916.00	Entrocamento (Dobrar a Esquerda) Coordenadas: 565581.00, 9356972.00	0,55					0,55	0,55	1,10
4	Entrocamento (Dobrar a Esquerda) Coordenadas: 565581.00, 9356972.00	Casa da Irmã de Góia (Água Branca) Retorna Coordenadas: 565434.00, 9356954.00	0,18					0,18	0,18	0,36
5	Casa da Irmã de Góia (Água Branca) Retorna Coordenadas: 565434.00, 9356954.00	Entrocamento (Dobrar a Esquerda) Coordenadas: 565581.00, 9356972.00	0,18					0,18	0,18	0,36
6	Entrocamento (Dobrar a Esquerda) Coordenadas: 565581.00, 9356972.00	Entrocamento (Dobrar a Direita) Coordenadas: 566122.00, 9358144.00	1,60					1,60	1,60	3,20
7	Entrocamento (Dobrar a Direita) Coordenadas: 566122.00, 9358144.00	Início do Calçamento (Fazendinha I) Coordenadas: 570277.00, 9360997.00	5,60					5,60	5,60	11,20
8	Início do Calçamento (Fazendinha I) Coordenadas: 570277.00, 9360997.00	Final do Calçamento (Fazendinha I) Coordenadas: 570674.00, 9361004.00			0,40			0,40	0,40	0,80
9	Final do Calçamento (Fazendinha I) Coordenadas: 570674.00, 9361004.00	Início da parede do açude Ema Coordenadas: 572255.00, 9360966.00	2,60					2,60	2,60	5,20
10	Início da parede do açude Ema Coordenadas: 572255.00, 9360966.00	Final da parede do açude Ema Coordenadas: 572404.00, 9361310.00			0,40			0,40	0,40	0,80



GERREFERENCIAMENTO, DESCRITIVO, DISTÂNCIAS E TIPOS DE PAVIMENTOS

ROTA 03

Trecho	Início	Final	Distâncias em Quilômetros									
			QTD. Carrotável	QTD. Tosca.	QTD. Paralel.	QTD. Asfalto	QTD. Ida	QTD. Volta	QTD. KM/DIA			
11	Final da parede do açude Ema Coordenadas: 572404.00,9361310.00	Comércio Amilton Bezerra (Bairro Jatobá), virá a Esquerda Coordenadas: 576116.00,9359058.00				4,80	4,80	4,80	4,80	4,80	4,80	9,60
12	Comércio Amilton Bezerra (Bairro Jatobá), virá a Esquerda Coordenadas: 576116.00,9359058.00	J.H.C (Bairro Jatobá), Retornar Coordenadas: 576372.00,9358776.00		0,50			0,50	0,50	0,50	0,50	0,50	1,00
13	J.H.C (Bairro Jatobá), Retornar Coordenadas: 576372.00,9358776.00	Comércio Amilton Bezerra (Bairro Jatobá), virá a Esquerda Coordenadas: 576116.00,9359058.00		0,50			0,50	0,50	0,50	0,50	0,50	1,00
14	Comércio Amilton Bezerra (Bairro Jatobá), virá a Esquerda Coordenadas: 576116.00,9359058.00	E.M.E.I Valdenir (Parada e segue em frente) Coordenadas: 576256.00,9358610.00				0,58	0,58	0,58	0,58	0,58	0,58	1,16
15	E.M.E.I Valdenir (Parada e segue em frente) Coordenadas: 576256.00,9358610.00	Entrocamento da Rua Ulises de Holanda Campelo com Rua Gervásio Holanda (Dobrar a Esquerda) Coordenadas: 576871.00,9357664.00				1,30	1,30	1,30	1,30	1,30	1,30	2,60
16	Entrocamento da Rua Ulises de Holanda Campelo com Rua Gervásio Holanda (Dobrar a Esquerda) Coordenadas: 576871.00,9357664.00	Entrocamento da Rua Gervásio Holanda Guerra com a Rua Delta Holanda (seguir em frente) Coordenadas: 576877.00,9357777.00			0,11		0,11	0,11	0,11	0,11	0,11	0,22
17	Entrocamento da Rua Gervásio Holanda Guerra com a Rua Delta Holanda (seguir em frente) Coordenadas: 576877.00,9357777.00	Escola Enéas Olímpio (Fazer parada e virá a esquerda) Coordenadas: 576987.00,9357891.00				0,21	0,21	0,21	0,21	0,21	0,21	0,42
18	Escola Enéas Olímpio (Fazer parada e virá a esquerda) Coordenadas: 576987.00,9357891.00	Cruzamento da Rua Francisco das Chagas de Q. Campelo com Rua Casimiro Costa Moaes, seguir em frente Coordenadas: 577011.00,9357977.00			0,09		0,09	0,09	0,09	0,09	0,09	0,18



GERREFERENCIAMENTO, DESCRITIVO, DISTÂNCIAS E TIPOS DE PAVIMENTOS

ROTA 03

Trecho	Início	Final	Distâncias em Quilômetros									
			QTD. Carrocável	QTD. Tosca.	QTD. Paralel.	QTD. Asfalto	QTD. Ida	QTD. Volta	QTD. KM/DIA			
19	Cruzamento da Rua Francisco das Chagas de Q. Campelo com Rua Casimiro Costa Moaes, seguir em frente	Escola Albatiza Tavares (parada e retorna)										
	Coordenadas: 577011.00,9357977.00	Coordenadas: 576992.00,9358370.00		0,45				0,45		0,45		0,90
20	Escola Albatiza Tavares (parada e retorna)	Cruzamento da Rua Francisco das Chagas de Q. Campelo com Rua Casimiro Costa Moaes, seguir em frente										
	Coordenadas: 576992.00,9358370.00	Coordenadas: 577011.00,9357977.00		0,45				0,45		0,45		0,90
21	Cruzamento da Rua Francisco das Chagas de Q. Campelo com Rua Casimiro Costa Moaes, seguir em frente	Escola Enéas Olímpio (virá a esquerda)										
	Coordenadas: 577011.00,9357977.00	Coordenadas: 576987.00,9357891.00					0,09		0,09	0,09		0,18


Cicero Fernandes de Almeida
 Tec. em Agrimensura
 RNP-55815630300





ROTA 04

Legenda
 ● Elemento 1
 ✦ Rota 04

Google Earth



CROQUI ROTA 04

Cicero...
 Cicero...
 Tec. em Agrimensura
 RNP-55618800390

GERREFERENCIAMENTO, DESCRITIVO, DISTÂNCIAS E TIPOS DE PAVIMENTOS

ROTA 04

Trecho	Início	Final	Distâncias em Quilômetros							
			QTD. Carrocável	QTD. Tosca.	QTD. P. Paralel.	QTD. Asfalto	QTD. Ida	QTD. Volta	QTD. KM/DIA	
1	Jurema dos Queiroz Coordenadas: 571363.00, 9353643.00	Caetano (casa de Totonho) - retorna Coordenadas: 571192.00, 9356797.00	9,30					9,30	9,30	18,60
2	Caetano (casa de Totonho) - retorna Coordenadas: 571192.00, 9356797.00	CE 276. dobra a esquerda Coordenadas: 573442.00, 9357087.00	3,20					3,20	3,20	6,40
3	CE 276. dobra a esquerda Coordenadas: 573442.00, 9357087.00	Cruzamento da CE 276 com a Rua Francisco Roque de Oliveira (dobra a direita) Coordenadas: 575878.00, 9357844.00				3,00		3,00	3,00	6,00
4	Cruzamento da CE 276 com a Rua Francisco Roque de Oliveira (dobra a direita) Coordenadas: 575878.00, 9357844.00	Cruzamento da Rua Francisco Roque de Oliveira com a Avenida Raimundo Leandro (dobra a esquerda) Coordenadas: 576610.00, 9357968.00					0,75	0,75	0,75	1,50
5	Cruzamento da Rua Francisco Roque de Oliveira com a Avenida Raimundo Leandro (dobra a esquerda) Coordenadas: 576610.00, 9357968.00	Cruzamento da Rua Sinésio Enésio Magalhães com a Rua Honorato José de Queiroz (dobra a direita) Coordenadas: 576295.00, 9358829.00				1,00		1,00	1,00	2,00
6	Cruzamento da Rua Sinésio Enésio Magalhães com a Rua Honorato José de Queiroz (dobra a direita) Coordenadas: 576295.00, 9358829.00	J.H.C (Bairro Jatobá), Retomar Coordenadas: 576372.00, 9358776.00		0,10				0,10	0,10	0,20
7	J.H.C (Bairro Jatobá), Retomar Coordenadas: 576372.00, 9358776.00	Comércio Amilton Bezerra (Bairro Jatobá), virá a Esquerda Coordenadas: 576116.00, 9359058.00		0,50				0,50	0,50	1,00
8	Comércio Amilton Bezerra (Bairro Jatobá), virá a Esquerda Coordenadas: 576116.00, 9359058.00	E.M.E.I Valdenir (Parada e segue em frente) Coordenadas: 576256.00, 9358610.00				0,58		0,58	0,58	1,16



GERREFERENCIAMENTO, DESCRITIVO, DISTÂNCIAS E TIPOS DE PAVIMENTOS

ROTA 04

Trecho	Início	Final	Distâncias em Quilômetros										
			QTD. Carrodável	QTD. Toca.	QTD. P. Paralel.	QTD. Asfalto	QTD. ida	QTD. Volta	QTD. KM/DIA				
9	E.M.E.I Valdenir (Parada e segue em frente) Coordenadas: 576256.00,9358610.00	Entrocamento da Rua Ulises de Holanda Campelo com Rua Gervásio Holanda (Dobrar a Esquerda) Coordenadas: 576871.00,9357664.00				1,30	1,30				1,30	1,30	2,60
10	Entrocamento da Rua Ulises de Holanda Campelo com Rua Gervásio Holanda (Dobrar a Esquerda) Coordenadas: 576871.00,9357664.00	Entrocamento da Rua Gervásio Holanda Guerra com a Rua Delta Holanda (dobrar a direita) Coordenadas: 576877.00,9357777.00						0,11			0,11	0,11	0,22
11	Entrocamento da Rua Gervásio Holanda Guerra com a Rua Delta Holanda (dobrar a direita) Coordenadas: 576877.00,9357777.00	Escola Ábdon Xavier (Fazer parada e dobrar a esquerda) Coordenadas: 577068.00,9357783.00							0,19		0,19	0,19	0,38
12	Escola Ábdon Xavier (Fazer parada e dobrar a esquerda) Coordenadas: 577068.00,9357783.00	Escola Enéas Olímpio (Fazer parada e virá a direita) Coordenadas: 576987.00,9357891.00									0,17	0,17	0,34
13	Escola Enéas Olímpio (Fazer parada e virá a direita) Coordenadas: 576987.00,9357891.00	Cruzamento da Rua Cap. Manoel Rufino de Negreiros com Rua Antônio Tavares Magalhães (virá a direita) Coordenadas: 576914.00,9357909.00							0,09		0,09	0,09	0,18
14	Cruzamento da Rua Cap. Manoel Rufino de Negreiros com Rua Antônio Tavares Magalhães (virá a direita) Coordenadas: 576914.00,9357909.00	Cruzamento da Rua Antônio Tavares Magalhães com Rua Casimiro Costa Moraes, dobrar a esquerda Coordenadas: 576933.00,9357990.00						0,09			0,09	0,09	0,18
15	Cruzamento da Rua Antônio Tavares Magalhães com Rua Casimiro Costa Moraes, dobrar a esquerda Coordenadas: 576933.00,9357990.00	Escola Albatiza Tavares (parada e segue em frente) Coordenadas: 576992.00,9358370.00						0,48			0,48	0,48	0,96



GERREFERENCIAMENTO, DESCRITIVO, DISTÂNCIAS E TIPOS DE PAVIMENTOS

ROTA 04

Trecho	Início	Final	Distâncias em Quilômetros														
			QTD. Carrotável	QTD. Toca.	QTD. Paralel.	QTD. Asfalto	QTD. Ida	QTD. Volta	QTD. KM/DIA								
16	Escola Albatiza Tavares (parada e segue em frente)	Cruzamento da Rua Francisco das Chagas de Q. Campelo com Rua Casimiro Costa Moaes, dobrar a esquerda		0,44													
	Coordenadas: 576992.00,9358370.00	Coordenadas: 577011.00,9357977.00						0,44							0,44		0,88
17	Cruzamento da Rua Francisco das Chagas de Q. Campelo com Rua Casimiro Costa Moaes, esquerda	Cruzamento da Rua Casimiro Costa Moaes com a Rua José Hamilton Costa, dobrar a esquerda							0,16								
	Coordenadas: 577011.00,9357977.00	Coordenadas: 577011.00,9357977.00							0,16						0,16		0,32
18	Cruzamento da Rua Casimiro Costa Moaes com a Rua José Hamilton Costa, dobrar a esquerda	APAE (Parada e seguir em frente)															
	Coordenadas: 577011.00,9357977.00	Coordenadas: 576992.00,9358370.00								0,08					0,08		0,16
19	APAE (Parada e seguir em frente)	Pátio do Posto Riachuelo (final de rota, estacionar)															
	Coordenadas: 576992.00,9358370.00	Coordenadas: 576742.00,9357734.00								0,74					0,74		1,48
TOTAIS			12,50	1,52	0,36	7,90	22,28	22,28									44,56


Cicero Fernandes de Almeida
 Tec. em Agrimensura
 RNP-55618860300







Cicero Fernandes de Almeida
Tec. em Agrimensura
RNP-55618850300

CROQUI ROTA 05

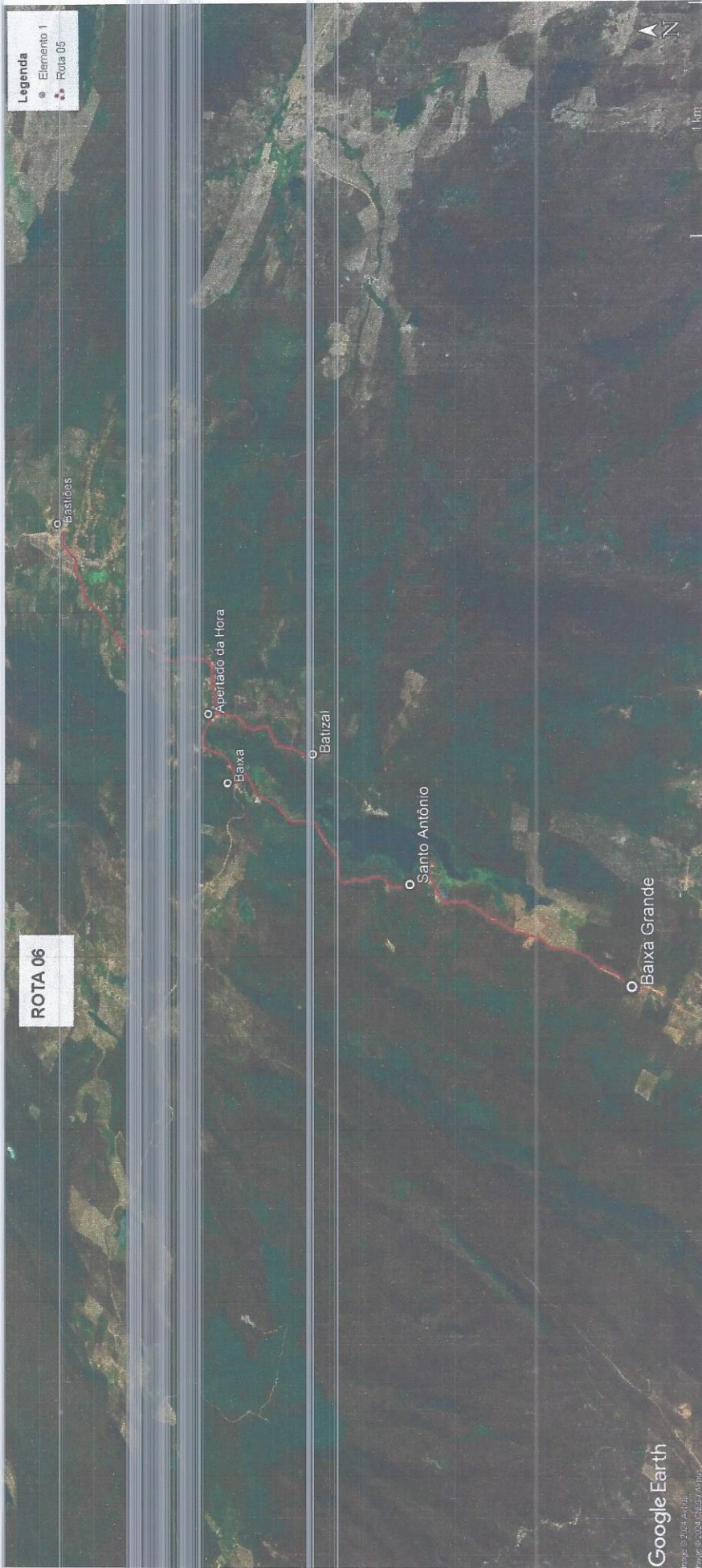
GERREFERENCIAMENTO, DESCRITIVO, DISTÂNCIAS E TIPOS DE PAVIMENTOS

ROTA 05

Trecho	Início	Final	Distâncias em Quilômetros							
			QTD. Carroçável	QTD. P. Tosca.	QTD. Paralel.	QTD. Asfalto	QTD. ida	QTD. Volta	QTD. KM/DIA	
1	Sítio Pedro de Souza Coordenadas: 564866.00, 9347186.00	Sítio Baixa Grande - Dobrar a direita Coordenadas: 564440.00, 9347399.00	0,79					0,79	0,79	1,58
2	Sítio Baixa Grande - Dobrar a direita Coordenadas: 564440.00, 9347399.00	Sítio Baixa - Dobrar a direita Coordenadas: 565266.00, 9349916.00	2,90					2,90	2,90	5,80
3	Sítio Baixa - Dobrar a direita Coordenadas: 565266.00, 9349916.00	Início da Rua Luciano Pereira da Silva - Seguir em frente e dobrar a direita Coordenadas: 566473.00, 9351244.00		2,40				2,40	2,40	4,80
4	Início da Rua Luciano Pereira da Silva - Seguir em frente e dobrar a direita Coordenadas: 566473.00, 9351244.00	E.E.F FRANCISCO DE ASSIS FILHO - Finalizar e estacionar Coordenadas: 566783.00, 9351412.00				0,40		0,40	0,40	0,80
TOTAIS			3,69	2,40	0,00	0,40	6,49	6,49	6,49	12,98


 Cicero Fernandes de Almeida
 Tec. em Agrimensura
 RNP-55818650300





Cícero Fernandes de Antunes
 Cícero Fernandes de Antunes
 Tec. em Agrimensura
 RNP-5561880300



CROQUI ROTA 06

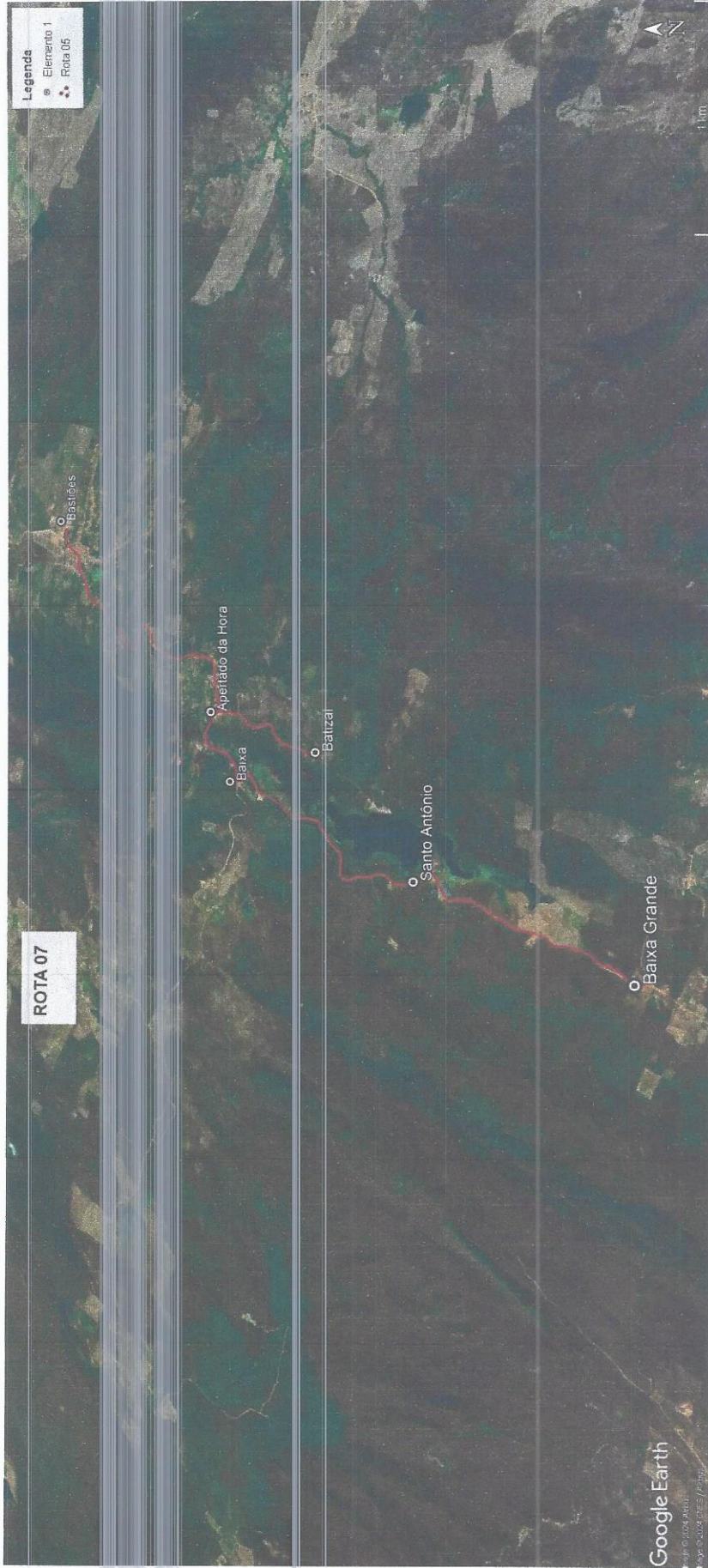
GERREFERENCIAMENTO, DESCRITIVO, DISTÂNCIAS E TIPOS DE PAVIMENTOS

ROTA 06

Trecho	Início	Final	Distâncias em Quilômetros									
			QTD. Carrotável	QTD. P. Tosa.	QTD. Paralel.	QTD. Asfalto	QTD. Ida	QTD. Volta	QTD. KM/DIA			
1	Sítio Baixa Grande Coordenadas: 564440.00, 9347399.00	Sítio Baixa - Dobrar a direita Coordenadas: 565266.00, 9349916.00	2,90					2,90	2,90		2,90	5,80
2	Sítio Baixa - Dobrar a direita Coordenadas: 565266.00, 9349916.00	Sítio Apertado da Hora - Dobrar a direita Coordenadas: 565642.00, 9350036.00		0,55				0,55	0,55		0,55	1,10
3	Sítio Apertado da Hora - Dobrar a direita Coordenadas: 565642.00, 9350036.00	Sítio Batizal - Dobrar a direita Coordenadas: 565409.00, 9349235.00	0,90					0,90	0,90		0,90	1,80
4	Sítio Batizal - Dobrar a direita Coordenadas: 565409.00, 9349235.00	Sítio Apertado da Hora - Dobrar a direita Coordenadas: 565642.00, 9350036.00	0,90					0,90	0,90		0,90	1,80
5	Sítio Apertado da Hora - Dobrar a direita Coordenadas: 565642.00, 9350036.00	Início da Rua Luciano Pereira da Silva - Seguir em frente e dobrar a direita Coordenadas: 566473.00, 9351244.00		1,90				1,90	1,90		1,90	3,80
6	Início da Rua Luciano Pereira da Silva - Seguir em frente e dobrar a direita Coordenadas: 566473.00, 9351244.00	E.E.F FRANCISCO DE ASSIS FILHO - Finalizar e estacionar Coordenadas: 566783.00, 9351412.00				0,40		0,40	0,40		0,40	0,80
TOTALS			4,70	2,45	0,00	0,40	0,40	7,55	7,55		7,55	15,10


 Cicero Fernandes de Almeida
 Tec. em Agrimensura
 RNP-55618830300





ROTA 07

Legenda
 ● Elemento 1
 ● Rota 05

[Handwritten Signature]
 Cicero Mendes de Alcântara
 Tec. em Agrimensura
 RNP-55616800300



CROQUI ROTA 07

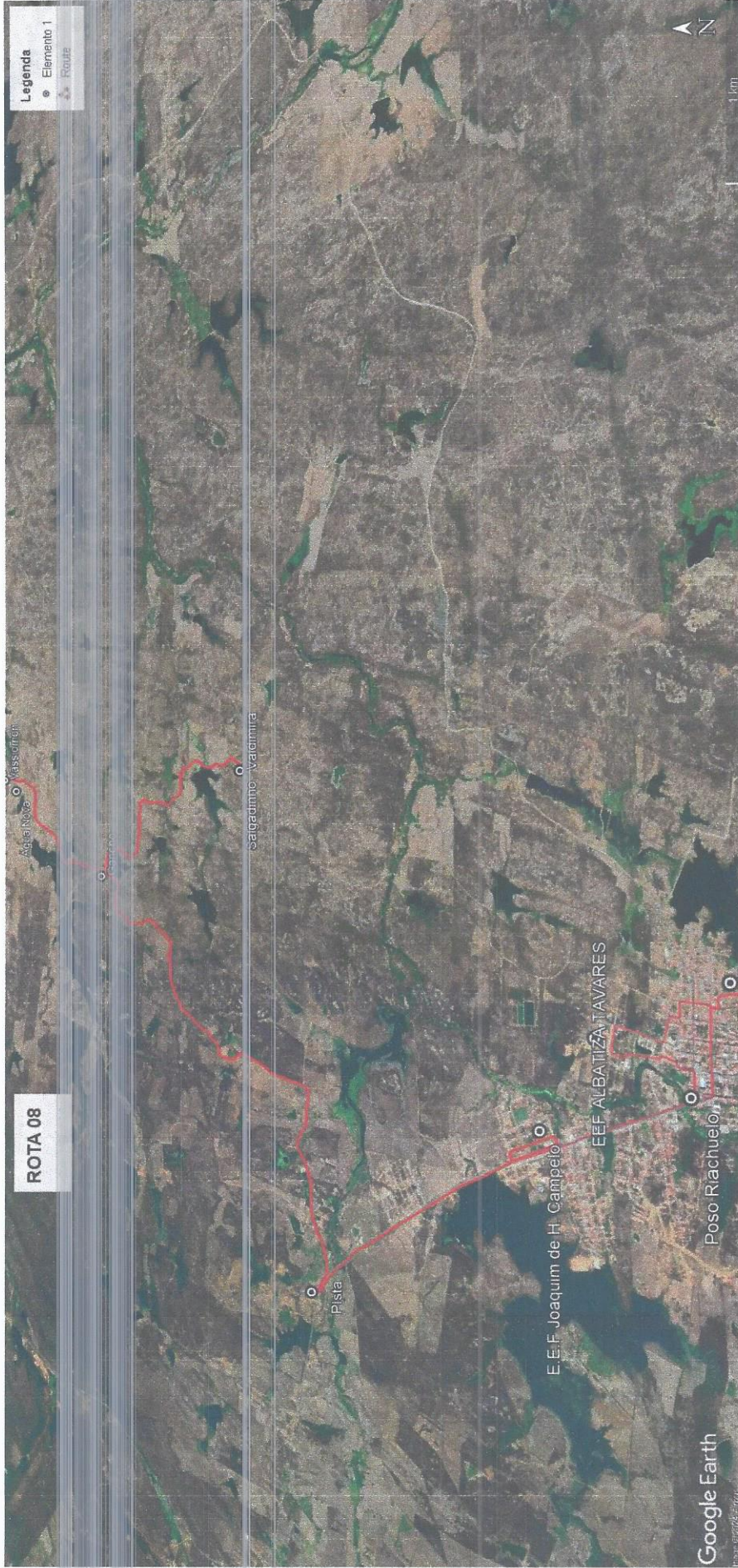
GERREFERENCIAMENTO, DESCRITIVO, DISTÂNCIAS E TIPOS DE PAVIMENTOS

ROTA 07

Trecho	Início	Final	Distâncias em Quilômetros									
			QTD. Carroçável	QTD. P. Tosca.	QTD. Paralel.	QTD. Asfalto	QTD. Ida	QTD. Volta	QTD. KM/DIA			
1	Sítio Baixa Grande Coordenadas: 564440.00, 9347399.00	Sítio Baixa - Dobrar a direita Coordenadas: 565266.00, 9349916.00	2,90					2,90	2,90			5,80
2	Sítio Baixa - Dobrar a direita Coordenadas: 565266.00, 9349916.00	Sítio Apertado da Hora - Dobrar a direita Coordenadas: 565642.00, 9350036.00		0,55				0,55	0,55			1,10
3	Sítio Apertado da Hora - Dobrar a direita Coordenadas: 565642.00, 9350036.00	Sítio Batizal - Dobrar a direita Coordenadas: 565409.00, 9349235.00	0,90					0,90	0,90			1,80
4	Sítio Batizal - Dobrar a direita Coordenadas: 565409.00, 9349235.00	Sítio Apertado da Hora - Dobrar a direita Coordenadas: 565642.00, 9350036.00	0,90					0,90	0,90			1,80
5	Sítio Apertado da Hora - Dobrar a direita Coordenadas: 565642.00, 9350036.00	Início da Rua Luciano Pereira da Silva - Seguir em frente e dobrar a direita Coordenadas: 566473.00, 9351244.00		1,90				1,90	1,90			3,80
6	Início da Rua Luciano Pereira da Silva - Seguir em frente e dobrar a direita Coordenadas: 566473.00, 9351244.00	E.E.F FRANCISCO DE ASSIS FILHO - Finalizar e estacionar Coordenadas: 566783.00, 9351412.00					0,40	0,40	0,40			0,80
TOTALS			4,70	2,45	0,00	0,40	0,40	7,55	7,55			15,10


 Cicero Fernandes de Almeida
 Tec. em Agrimensura
 RNP-5561880300






 Cicero Soares de Almeida
 Tec. em Agrimensura
 RNP-55618800300



CROQUI ROTA 08

GERREFERENCIAMENTO, DESCRITIVO, DISTÂNCIAS E TIPOS DE PAVIMENTOS

ROTA 08

Trecho	Início	Final	Distâncias em Quilômetros									
			QTD.	QTD. P.	QTD.	QTD.	QTD.	QTD. Ida	QTD.	QTD.	QTD.	QTD.
			Carroçável	Tosca.	Paralel.	Asfalto				Voita		KM/DIA
1	Pátio do Posto Riachuelo - Dobrar a direita Coordenadas: 576742.00,9357734.00	Escola Figueiredo Correia (Fazer parada e retornar) Coordenadas: 577405.00,9357491.00				0,90				0,90		1,80
2	Escola Figueiredo Correia (Fazer parada e retornar) Coordenadas: 577405.00,9357491.00	Entrocamento da Rua José Hamilton Costa com Rua Casimiro Costa Moraes (Dobrar a esquerda) Coordenadas: 577161.00, 9357943.00				0,71				0,71		1,42
3	Entrocamento da Rua José Hamilton Costa com Rua Casimiro Costa Moraes (Dobrar a Esquerda) Coordenadas: 577161.00, 9357943.00	Cruzamento da Rua Francisco das Chagas de Q. Campelo com Rua Casimiro Costa Moraes, Dobrar a Direita Coordenadas: 577011.00,9357977.00			0,16					0,16		0,32
4	Cruzamento da Rua Francisco das Chagas de Q. Campelo com Rua Casimiro Costa Moraes, Dobrar a Direita Coordenadas: 577011.00,9357977.00	Escola Albatiza Tavares (parada e segue em frente) Coordenadas: 576992.00,9358370.00		0,40						0,40		0,80
5	Escola Albatiza Tavares (parada e segue em frente) Coordenadas: 576992.00,9358370.00	Cruzamento da Rua Antônio Tavares Magalhães com Rua Casimiro Costa Moraes, dobrar a direita Coordenadas: 576933.00,9357990.00		0,45						0,45		0,90
6	Cruzamento da Rua Antônio Tavares Magalhães com Rua Casimiro Costa Moraes, dobrar a direita Coordenadas: 576933.00,9357990.00	Cruzamento da Rua Cap. Manoel Rufino de Negreiros com Rua Antônio Tavares Magalhães (virá a direita) Coordenadas: 576914.00,9357909.00			0,09					0,09		0,18
7	Cruzamento da Rua Cap. Manoel Rufino de Negreiros com Rua Antônio Tavares Magalhães (virá a direita) Coordenadas: 576914.00,9357909.00	Comércio Amilton Bezerra (Bairro Jatobá), virá a direita Coordenadas: 576116.00,9359058.00				1,70				1,70		3,40



[Handwritten Signature]

GERREFERENCIAMENTO, DESCRITIVO, DISTÂNCIAS E TIPOS DE PAVIMENTOS

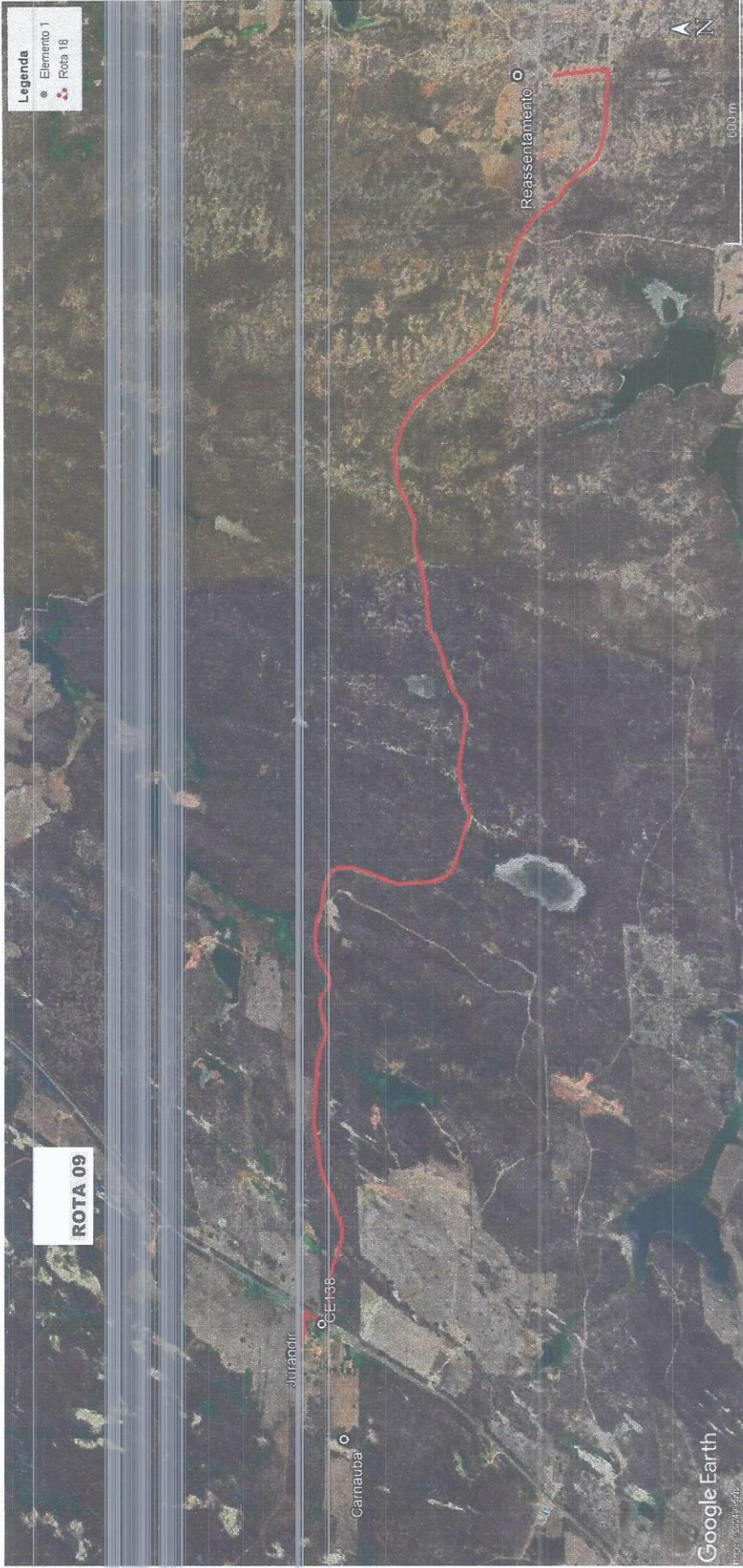
ROTA 08

Trecho	Início	Final	Distâncias em Quilômetros									
			QTD. Cartocável	QTD. P. Tosca	QTD. Paralel.	QTD. Asfalto	QTD. Ida	QTD. Volta	QTD. KM/DIA			
8	Comércio Amilton Bezerra (Bairro Jatobá), virá a direita Coordenadas: 576116.00,9359058.00	J.H.C (Bairro Jatobá), Retomar Coordenadas: 576372.00,9358776.00		0,50				0,50		0,50	1,00	
9	J.H.C (Bairro Jatobá), Retomar Coordenadas: 576372.00,9358776.00	Comércio Amilton Bezerra (Bairro Jatobá), virá a direita Coordenadas: 576116.00,9359058.00		0,50				0,50		0,50	1,00	
10	Comércio Amilton Bezerra (Bairro Jatobá), virá a direita Coordenadas: 576116.00,9359058.00	Pista (Bom Sucesso) - Dobra a Direita Coordenadas: 574875.00,9360781.00					2,10	2,10		2,10	4,20	
11	Pista (Bom Sucesso) - Dobra a Direita Coordenadas: 574875.00,9360781.00	Entrocamento (Dobrar a direita) Coordenadas: 579242.00, 9364912.00	4,90					4,90		4,90	9,80	
12	Entrocamento (Dobrar a direita) Coordenadas: 579242.00, 9364912.00	Casa de Valdimira (Salgadinho) Retorna Coordenadas: 578591.00,9361571.00	2,70					2,70		2,70	5,40	
13	Casa de Valdimira (Salgadinho) Retorna Coordenadas: 578591.00,9361571.00	Entrocamento (Dobrar a direita) Coordenadas: 579242.00, 9364912.00	2,70					2,70		2,70	5,40	
14	Casa de Valdimira (Salgadinho) Retorna Coordenadas: 578591.00,9361571.00	Casa de Vassimor (Água Nova) Coordenadas: 578531.00, 9364931.00	2,00					2,00		2,00	4,00	
TOTAIS			12,30	1,85	0,25	5,41	19,81	19,81	19,81	19,81	39,62	



Cicero Fernandes de Almeida
Tec. em Agrimensura
RUB-52612850300






 Cicero Fernandes de Almeida
 Tec. em Agrimensura
 RNP-55618800300



CROQUI ROTA 09

GERREFERENCIAMENTO, DESCRITIVO, DISTÂNCIAS E TIPOS DE PAVIMENTOS

ROTA 09

Trecho	Início	Final	Distâncias em Quilômetros								
			QTD. Carroçável	QTD. Tosta.	QTD. Paralel.	QTD. Asfalto	QTD. Ida	QTD. Volta	QTD. KM/DIA		
1	Casa de Alelúia (Reassentamento Boa Esperança)	CE 138 (Sítio Carnaúbas) - Dobrar a Direita	3,31					3,31		3,31	6,62
	Coordenadas: 578778.00, 9368315.00	Coordenadas: 575471.00, 9368960.00									
2	CE 138 (Sítio Carnaúbas) - Dobrar a Direita	Entrocamento (Dobrar a Esquerda)				0,07		0,07		0,07	0,14
	Coordenadas: 575471.00, 9368960.00	Coordenadas: 575491.00, 9369022.00									
3	Entrocamento (Dobrar a Esquerda)	Casa de Jurandir (Sítio Carnaúbas) - Finaliza e estacionar	0,95					0,95		0,95	1,90
	Coordenadas: 575491.00, 9369022.00	Coordenadas: 575379.00, 9369047.00									
TOTAIS			4,26	0,00	0,00	0,07	4,33	4,33	4,33	8,66	


 Cicero Fernandes de Almeida
 Tec. em Agrimensura
 RAB-5557199000000





ROTA 10

Legenda
 Damaio
 Elemento 1
 Elemento 2

Cícero Ferreira de Azevedo
 Tec. em Agrimensura
 RNP-55618800300



CROQUI ROTA 10

GERREFERENCIAMENTO, DESCRITIVO, DISTÂNCIAS E TIPOS DE PAVIMENTOS

ROTA 10

Trecho	Início	Final	Distâncias em Quilômetros							
			QTD. Carroçável	QTD. P. Tosca.	QTD. Paralel.	QTD. Asfalto	QTD. Ida	QTD. Volta	QTD. KM/DIA	
1	Santo Antonio(casa de Sara Fabrício) Coordenadas: 584574.00, 9349849.00	Bifurcação- segue em frente Coordenadas: 595168.00, 9350875.00	1,50					1,50	1,50	3,00
2	Bifurcação- segue em frente Coordenadas: 585168.00, 9350875.00	Bifurcação- dobrar a esquerda Coordenadas: 585347.00,9351635.00	0,82					0,82	0,82	1,64
3	Bifurcação- dobrar a esquerda Coordenadas: 585347.00,9351635.00	Bifurcação- dobrar a esquerda Coordenadas: 584396.00, 9352004.00	1,10					1,10	1,10	2,20
4	Bifurcação- dobrar a esquerda Coordenadas: 584396.00, 9352004.00	Sítio Itans, casa de Chico Moreirão, retornar Coordenadas: 583928.00,9351107.00	1,10					1,10	1,10	2,20
5	Sítio Itans, casa de Chico Moreirão, retornar Coordenadas: 583928.00,9351107.00	Bifurcação- dobrar a esquerda Coordenadas: 584396.00, 9352004.00	1,10					1,10	1,10	2,20
6	Bifurcação- dobrar a esquerda Coordenadas: 584396.00, 9352004.00	Casa de Oscar - dobrar a direita Coordenadas: 585126.00,9353886.00	2,30					2,30	2,30	4,60
7	Casa de Oscar - dobrar a direita Coordenadas: 585126.00,9353886.00	Bifurcação em Leônidas, dobrar a direita Coordenadas: 586261.00,9353578.00	1,40					1,40	1,40	2,80
8	Bifurcação em Leônidas, dobrar a direita Coordenadas: 586261.00,9353578.00	Sítio Exu, casa de Luciano, retornar Coordenadas: 586322.00,9353207.00	0,40					0,40	0,40	0,80
9	Sítio Exu, casa de Luciano, retornar Coordenadas: 586322.00,9353207.00	Bifurcação em Leônidas, dobrar a direita Coordenadas: 586261.00,9353578.00	0,40					0,40	0,40	0,80
10	Bifurcação em Leônidas, dobrar a direita Coordenadas: 586261.00,9353578.00	Bifurcação próximo a Adriana - Dobrar a direita Coordenadas: 586982.00,9354036.00	1,00					1,00	1,00	2,00
11	Bifurcação próximo a Adriana - Dobrar a direita Coordenadas: 586982.00,9354036.00	Escola Prudêncio Pessoa - Parar e seguir em frente Coordenadas: 586986.00,9352451.00	1,70					1,70	1,70	3,40



GERREFERENCIAMENTO, DESCRITIVO, DISTÂNCIAS E TIPOS DE PAVIMENTOS

ROTA 10

Trecho	Início	Final	Distâncias em Quilômetros									
			QTD. Carrocável	QTD. P. Tosca.	QTD. Paralel.	QTD. Asfalto	QTD. Ida	QTD. Volta	QTD. KM/DIA			
12	Escola Prudência Pessoa - Parar e seguir em frente Coordenadas: 586986.00,9352451.00	Bifurcação - dobrar a direita Coordenadas: 587116.00,9351745.00	0,75					0,75	0,75			1,50
13	Bifurcação - dobrar a direita Coordenadas: 587116.00,9351745.00	Bifurcação - seguir em frente Coordenadas: 586681.00,9351526.00	0,55					0,55	0,55			1,10
14	Bifurcação - seguir em frente Coordenadas: 586681.00,9351526.00	Bifurcação - dobrar a esquerda Coordenadas: 587268.00,9349290.00	2,80					2,80	2,80			5,60
15	Bifurcação - dobrar a esquerda Coordenadas: 587268.00,9349290.00	Sítio Açude (casa de Neto Cavalcante) - Retornar Coordenadas: 587829.00,9349525.00	0,75					0,75	0,75			1,50
16	Sítio Açude (casa de Neto Cavalcante) - Retornar Coordenadas: 587829.00,9349525.00	Bifurcação - dobrar a direita Coordenadas: 587268.00,9349290.00	0,75					0,75	0,75			1,50
17	Bifurcação - dobrar a direita Coordenadas: 587268.00,9349290.00	Bifurcação - dobrar a direita Coordenadas: 586681.00,9351526.00	2,80					2,80	2,80			5,60
18	Bifurcação - dobrar a direita Coordenadas: 586681.00,9351526.00	Bifurcação - dobrar a esquerda Coordenadas: 587116.00,9351745.00	0,55					0,55	0,55			1,10
19	Bifurcação - dobrar a esquerda Coordenadas: 587116.00,9351745.00	Escola Prudência Pessoa - Finalizar e estacionar Coordenadas: 586986.00,9352451.00	0,75					0,75	0,75			1,50
TOTAIS			22,52	0,00	0,00	0,00	0,00	22,52	22,52			45,04


 Cicero Fernandes de Almeida
 Tec. em Agrimensura
 RNP-55318899300





Legenda
 ● Elemento 1
 ● Elemento 2
 Route

ROTA 11

Google Earth

Cicely Fernandes de Almeida
 Tec. em Agrimensura
 RNP-55618850300



CROQUI ROTA 11

GERREFERENCIAMENTO, DESCRITIVO, DISTÂNCIAS E TIPOS DE PAVIMENTOS

ROTA 11

Trecho	Início	Final	Distâncias em Quilômetros									
			QTD. Carrocável	QTD. P. Tosca.	QTD. Paralel.	QTD. Asfalto	QTD. Ida	QTD. Volta	QTD. KM/DIA			
1	Santo Antonio(casa de Carlos Guerra) Coordenadas: 584881.00, 9350598.00	Bifurcação- segue em frente Coordenadas: 585168.00, 9350875.00	0,40					0,40	0,40			0,80
2	Bifurcação- segue em frente Coordenadas: 585168.00, 9350875.00	Bifurcação- dobrar a esquerda Coordenadas: 585347.00,9351635.00	0,82					0,82	0,82			1,64
3	Bifurcação- dobrar a esquerda Coordenadas: 585347.00,9351635.00	Bifurcação- dobrar a Direita Coordenadas: 584396.00, 9352004.00	1,10					1,10	1,10			2,20
4	Bifurcação- dobrar a Direita Coordenadas: 584396.00, 9352004.00	Casa de Oscar - dobrar a direita Coordenadas: 585126.00,9353886.00	2,30					2,30	2,30			4,60
5	Casa de Oscar - dobrar a direita Coordenadas: 585126.00,9353886.00	Casa de Francildo (Caraúbas) - seguir em frente Coordenadas: 585098.00, 585098.00	1,50					1,50	1,50			3,00
6	Casa de Francildo (Caraúbas) - seguir em frente Coordenadas: 585098.00, 585098.00	Bifurcação- dobrar a direita Coordenadas: 584190.00,9355347.00	1,20					1,20	1,20			2,40
7	Bifurcação- dobrar a direita Coordenadas: 584190.00,9355347.00	Casa de Bira (Fazenda Canaã) - Retornar Coordenadas: 585115.00,9356755.00	2,30					2,30	2,30			4,60
8	Casa de Bira (Fazenda Canaã) - Retornar Coordenadas: 585115.00,9356755.00	Bifurcação - seguir em frente Coordenadas: 584190.00,9355347.00	2,30					2,30	2,30			4,60
9	Bifurcação - seguir em frente Coordenadas: 584190.00,9355347.00	Bifurcação - seguir em frente Coordenadas: 584517.00,9354732.00	0,78					0,78	0,78			1,56
10	Bifurcação - seguir em frente Coordenadas: 584517.00,9354732.00	Bifurcação (placa vaquejada) - dobrar a esquerda Coordenadas: 585071.00,9354114.00	0,90					0,90	0,90			1,80
11	Bifurcação (placa vaquejada) - dobrar a esquerda Coordenadas: 585071.00,9354114.00	Casa de Damião de Afreu (Pau Branco) - Retornar Coordenadas: 587074.00,9354672.00	2,30					2,30	2,30			4,60



GERREFERENCIAMENTO, DESCRITIVO, DISTÂNCIAS E TIPOS DE PAVIMENTOS

ROTA 11


Trecho	Início	Final	Distâncias em Quilômetros							
			QTD. Carrocável	QTD. P. Tosca.	QTD. Paralel.	QTD. Asfalto	QTD. Ida	QTD. Volta	QTD. KM/DIA	
12	Casa de Damião de Afreu (Pau Branco) - Retornar Coordenadas: 587074.00,9354672.00	Bifurcação próximo a Adriana - Dobrar a direita Coordenadas: 586982.00,9354036.00	0,80					0,80	0,80	1,60
13	Bifurcação próximo a Adriana - Dobrar a direita Coordenadas: 586982.00,9354036.00	Bifurcação em Leônidas, dobrar a esquerda Coordenadas: 586261.00,9353578.00	1,00					1,00	1,00	2,00
14	Bifurcação em Leônidas, dobrar a esquerda Coordenadas: 586261.00,9353578.00	Sítio Exu, casa de Idaciécio, retornar Coordenadas: 586366.00,9352977.00	0,80					0,80	0,80	1,60
15	Sítio Exu, casa de Idaciécio, retornar Coordenadas: 586366.00,9352977.00	Bifurcação em Leônidas, dobrar a esquerda Coordenadas: 586261.00,9353578.00	0,80					0,80	0,80	1,60
16	Bifurcação em Leônidas, dobrar a esquerda Coordenadas: 586261.00,9353578.00	Bifurcação próximo a Adriana - Dobrar a direita Coordenadas: 586982.00,9354036.00	1,00					1,00	1,00	2,00
17	Bifurcação próximo a Adriana - Dobrar a direita Coordenadas: 586982.00,9354036.00	Escola Prudência Pessoa - Finalizar e estacionar Coordenadas: 586986.00,9352451.00	1,70					1,70	1,70	3,40
18	Escola Prudência Pessoa - Finalizar e estacionar Coordenadas: 586986.00,9352451.00	Bifurcação - dobrar a direita Coordenadas: 587116.00,9351745.00	0,75					0,75	0,75	1,50
19	Bifurcação - dobrar a direita Coordenadas: 587116.00,9351745.00	Bifurcação - seguir em frente Coordenadas: 586681.00,9351526.00	0,55					0,55	0,55	1,10
20	Bifurcação - seguir em frente Coordenadas: 586681.00,9351526.00	Bifurcação - dobrar a esquerda Coordenadas: 587268.00,9349290.00	2,80					2,80	2,80	5,60
21	Bifurcação - dobrar a esquerda Coordenadas: 587268.00,9349290.00	Sítio Açude (casa de Carlene) - Retornar Coordenadas: 587981.00,9349649.00	1,05					1,05	1,05	2,10



GERREFERENCIAMENTO, DESCRITIVO, DISTÂNCIAS E TIPOS DE PAVIMENTOS

ROTA 11

Trecho	Início	Final	Distâncias em Quilômetros							
			QTD. Carrocável	QTD. P. Tosca.	QTD. Paralel.	QTD. Asfalto	QTD. Ida	QTD. Volta	QTD. KM/DIA	
22	Sítio Açude (casa de Carlene) - Retomar Coordenadas: 587981.00,9349649.00	Bifurcação - dobrar a direita Coordenadas: 587268.00,9349290.00	1,05					1,05	1,05	2,10
23	Bifurcação - dobrar a direita Coordenadas: 587268.00,9349290.00	Bifurcação - dobrar a direita Coordenadas: 586681.00,9351526.00	2,80					2,80	2,80	5,60
24	Bifurcação - dobrar a direita Coordenadas: 586681.00,9351526.00	Bifurcação - dobrar a esquerda Coordenadas: 587116.00,9351745.00	0,55					0,55	0,55	1,10
25	Bifurcação - dobrar a esquerda Coordenadas: 587116.00,9351745.00	Escola Prudêncio Pessoa - Finalizar e estacionar Coordenadas: 586986.00,9352451.00	0,75					0,75	0,75	1,50
TOTAIS			32,30	0,00	0,00	0,00	0,00	32,30	32,30	64,60


Cicero Fernandes de Almeida
 Tec. em Agrimensura
 RNP-55618800000




GERREFERENCIAMENTO, DESCRITIVO, DISTÂNCIAS E TIPOS DE PAVIMENTOS

ROTA 12

Trecho	Início	Final	Distâncias em Quilômetros										
			QTD. Carrocável	QTD. Tosta.	QTD. Paralel.	QTD. Asfalto	QTD. Ida	QTD. Volta	QTD. KM/DIA				
1	Tombador Coordenadas: 592559.00, 9346858.00	Bifurcação - seguir em frente Coordenadas: 593366.00, 9349371.00	2,90				2,90				2,90	2,90	5,80
2	Bifurcação - seguir em frente Coordenadas: 593366.00, 9349371.00	Bifurcação - dobrar a direita Coordenadas: 593290.00, 9350048.00	0,75					0,75			0,75	0,75	1,50
3	Bifurcação - dobrar a direita Coordenadas: 593290.00, 9350048.00	Bifurcação ao Caiado (casa de Bacurau - dobra a esquerda) Coordenadas: 593600.00, 9350075.00	0,30					0,30			0,30	0,30	0,60
4	Bifurcação ao Caiado (casa de Bacurau - dobra a esquerda) Coordenadas: 593600.00, 9350075.00	Bifurcação - dobrar a direita Coordenadas: 593316.00, 9350214.00	0,30					0,30			0,30	0,30	0,60
5	Bifurcação - dobrar a direita Coordenadas: 593316.00, 9350214.00	Bifurcação - dobrar a esquerda Coordenadas: 593335.00, 9350253.00	0,05					0,05			0,05	0,05	0,10
6	Bifurcação - dobrar a esquerda Coordenadas: 593335.00, 9350253.00	Bifurcação - seguir em frente Coordenadas: 591703.00, 9350826.00	3,10								3,10	3,10	6,20
7	Bifurcação - seguir em frente Coordenadas: 591703.00, 9350826.00	Bifurcação - dobrar a esquerda Coordenadas: 591330.00, 9352112.00	1,70								1,70	1,70	3,40
8	Bifurcação - dobrar a esquerda Coordenadas: 591330.00, 9352112.00	Bifurcação - dobrar a esquerda Coordenadas: 590251.00, 9352570.00	1,30								1,30	1,30	2,60
9	Bifurcação - dobrar a esquerda Coordenadas: 590251.00, 9352570.00	Bifurcação - seguir em frente Coordenadas: 576871.00, 9357664.00	2,50								2,50	2,50	5,00
10	Bifurcação - seguir em frente Coordenadas: 576871.00, 9357664.00	Bifurcação - dobrar a direita Coordenadas: 587116.00, 9351745.00	1,00								1,00	1,00	2,00
11	Bifurcação - dobrar a direita Coordenadas: 587116.00, 9351745.00	Escola Prudência Pessoa - Finalizar e estacionar Coordenadas: 586986.00, 9352451.00	0,75								0,75	0,75	1,50
TOTAIS			14,65	0,00	0,00	0,00	0,00	14,65	0,00	14,65	14,65	14,65	29,30






 Cícero Gonçalves de Almeida
 Tec. em Agrimensura
 RNP-55618660300



CROQUI ROTA 13

GERREFERENCIAMENTO, DESCRITIVO, DISTÂNCIAS E TIPOS DE PAVIMENTOS

ROTA 13

Trecho	Início	Final	Distâncias em Quilômetros									
			QTD. Carrocável	QTD. P. Tosca.	QTD. Paralel.	QTD. Asfalto	QTD. Ida	QTD. Volta	QTD. KM/DIA			
1	Bifurcação ao Caiado (casa de Bacurau) Bifurcação - dobrar a direita Coordenadas: 593316.00,9350214.00	Bifurcação - dobrar a direita Coordenadas: 593316.00,9350214.00	0,30					0,30	0,30		0,60	
2	Bifurcação - dobrar a direita Coordenadas: 593316.00,9350214.00	Bifurcação - dobrar a esquerda Coordenadas: 593335.00, 9350253.00	0,05					0,05	0,05		0,10	
3	Bifurcação - dobrar a esquerda Coordenadas: 593335.00, 9350253.00	Bifurcação - seguir em frente Coordenadas: 591703.00,9350826.00	3,10					3,10	3,10		6,20	
4	Bifurcação - seguir em frente Coordenadas: 591703.00,9350826.00	Bifurcação - dobrar a esquerda Coordenadas: 591330.00,9352112.00	1,70					1,70	1,70		3,40	
5	Bifurcação - dobrar a esquerda Coordenadas: 591330.00,9352112.00	Bifurcação - dobrar a direita Coordenadas: 590251.00,9352570.00	1,30					1,30	1,30		2,60	
6	Bifurcação - dobrar a direita Coordenadas: 590251.00,9352570.00	Massapê - Retorna Coordenadas: 590169.00,9353989.00	1,70					1,70	1,70		3,40	
7	Massapê - Retorna Coordenadas: 590169.00,9353989.00	Bifurcação - dobrar a direita Coordenadas: 590165.00,9352513.00	1,70					1,70	1,70		3,40	
8	Bifurcação - dobrar a direita Coordenadas: 590251.00,9352570.00	Bifurcação - dobrar a direita Coordenadas: 587978.00,9351851.00	2,50					2,50	2,50		5,00	
9	Massapê - Retorna Coordenadas: 590169.00,9353989.00	Sítio Rudilho - Retornar Coordenadas: 587979.00,9352394.00	0,60					0,60	0,60		1,20	
10	Bifurcação - dobrar a direita Coordenadas: 590165.00,9352513.00	Bifurcação - dobrar a direita Coordenadas: 587810.00,9351923.00	0,60					0,60	0,60		1,20	
11	Bifurcação - dobrar a direita Coordenadas: 587978.00,9351851.00	Bifurcação - dobrar a direita Coordenadas: 587116.00,9351745.00	0,80					0,80	0,80		1,60	
12	Bifurcação - dobrar a direita Coordenadas: 587116.00,9351745.00	Escola Prudêncio Pessoa - Finalizar e estacionar Coordenadas: 586986.00,9352451.00	0,75					0,75	0,75		1,50	
TOTAIS			15,10	0,00	0,00	0,00	0,00	15,10	15,10	15,10	30,20	



Q



Cícero Mendes de Mattos
 Tec. em Agrimensura
 RNP-55618860300

CROQUI ROTA 14

GERREFERENCIAMENTO, DESCRITIVO, DISTÂNCIAS E TIPOS DE PAVIMENTOS

ROTA 14

Trecho	Início	Final	Distâncias em Quilômetros									
			QTD. Carrodável	QTD. Toca.	QTD. P. Paralel.	QTD. Asfalto	QTD. Ida	QTD. Volta	QTD.	QTD. KM/DIA		
1	Casa de Sival (José Lopes)	Entrocamento (Dobrar a Direita)	6,70					6,70	6,70			13,40
	Coordenadas: 563779.00, 9365805.00	Coordenadas: 565253.00, 9361646.00										
2	Entrocamento (Dobrar a Direita)	Casa de Lucas - Retorna	0,29					0,29	0,29			0,58
	Coordenadas: 565253.00, 9361646.00	Coordenadas: 565153.00, 9361398.00										
3	Casa de Lucas - Retorna	Entrocamento (Dobrar a direita)	0,29					0,29	0,29			0,58
	Coordenadas: 565153.00, 9361398.00	Coordenadas: 565253.00, 9361646.00										
4	Entrocamento (Dobrar a direita)	Entrocamento (Dobrar a direita)	0,80					0,80	0,80			1,60
	Coordenadas: 565253.00, 9361646.00	Coordenadas: 566008.00, 9361716.00										
5	Entrocamento (Dobrar a direita)	Casa de Luiano (Aroeira) - Retorna	2,52					2,52	2,52			5,04
	Coordenadas: 566008.00, 9361716.00	Coordenadas: 564844.00, 9359597.00										
6	Casa de Luiano (Aroeira) - Retorna	Entrocamento (segue em frente)	2,52					2,52	2,52			5,04
	Coordenadas: 564844.00, 9359597.00	Coordenadas: 566008.00, 9361716.00										
7	Entrocamento (segue em frente)	Entrocamento (Dobrar a esquerda)	1,80					1,80	1,80			3,60
	Coordenadas: 566008.00, 9361716.00	Coordenadas: 566450.00, 9363050.00										
8	Entrocamento (Dobrar a esquerda)	Casa de Hilton (Almoré de Baixo) - Retorna	0,95					0,95	0,95			1,90
	Coordenadas: 566450.00, 9363050.00	Coordenadas: 566424.00, 9363890.00										
9	Casa de Hilton (Almoré de Baixo) - Retorna	Entrocamento (Dobrar a esquerda)	0,95					0,95	0,95			1,90
	Coordenadas: 566424.00, 9363890.00	Coordenadas: 566450.00, 9363050.00										
10	Entrocamento (Dobrar a esquerda)	Entrocamento - Raimundo Chiquinho - (Dobrar a esquerda)	3,90					3,90	3,90			7,80
	Coordenadas: 566450.00, 9363050.00	Coordenadas: 569509.00, 9361671.00										



GERREFERENCIAMENTO, DESCRITIVO, DISTÂNCIAS E TIPOS DE PAVIMENTOS

ROTA 14

Trecho	Início	Final	Distâncias em Quilômetros										
			QTD. Carroçável	QTD. P. Tosca.	QTD. Paralel.	QTD. Asfalto	QTD. Ida	QTD. Volta	QTD. KM/DIA				
11	Entrocamento - Raimundo Chiquinho - (Dobrar a esquerda)	CE 138 - Dobrar a Direita	4,93					4,93				4,93	9,86
	Coordenadas: 569509.00,9361671.00	Coordenadas: 572569.00,9362192.00											
12	Entrocamento (Dobrar a esquerda)	Comércio Amilton Bezerra (Bairro Jatobá), virá a Esquerda				4,80		4,80				4,80	9,60
	Coordenadas: 566450.00,9363050.00	Coordenadas: 576116.00,9359058.00											
13	Comércio Amilton Bezerra (Bairro Jatobá), virá	J.H.C (Bairro Jatobá), Retornar		0,50				0,50				0,50	1,00
	Coordenadas: 576116.00,9359058.00	Coordenadas: 576372.00,9358776.00											
14	J.H.C (Bairro Jatobá), Retornar	Comércio Amilton Bezerra (Bairro Jatobá), virá a Esquerda		0,50				0,50				0,50	1,00
	Coordenadas: 576372.00,9358776.00	Coordenadas: 576116.00,9359058.00											
15	Comércio Amilton Bezerra (Bairro Jatobá), virá a Esquerda	Entrocamento da Rua Ulises de Holanda Campelo com Rua Gervásio Holanda (Dobrar a Esquerda)				1,70		1,70				1,70	3,40
	Coordenadas: 576116.00,9359058.00	Coordenadas: 576871.00,9357664.00											
16	Entrocamento da Rua Ulises de Holanda Campelo com Rua Gervásio Holanda (Dobrar a Esquerda)	Entrocamento da Rua Gervásio Holanda Guerra com a Rua Delta Holanda (seguir em frente)						0,11				0,11	0,22
	Coordenadas: 576871.00,9357664.00	Coordenadas: 576877.00,9357777.00											
17	Entrocamento da Rua Gervásio Holanda Guerra com a Rua Delta Holanda (seguir em frente)	Escola Enéas Olímpio (Fazer parada e virá a esquerda)				0,21		0,21				0,21	0,42
	Coordenadas: 576877.00,9357777.00	Coordenadas: 576987.00,9357891.00											
18	Escola Enéas Olímpio (Fazer parada e virá a esquerda)	Cruzamento da Rua Francisco das Chagas de Q. Campelo com Rua Casimiro Costa Moaes, seguir em frente						0,09				0,09	0,18
	Coordenadas: 576987.00,9357891.00	Coordenadas: 577011.00,9357977.00											



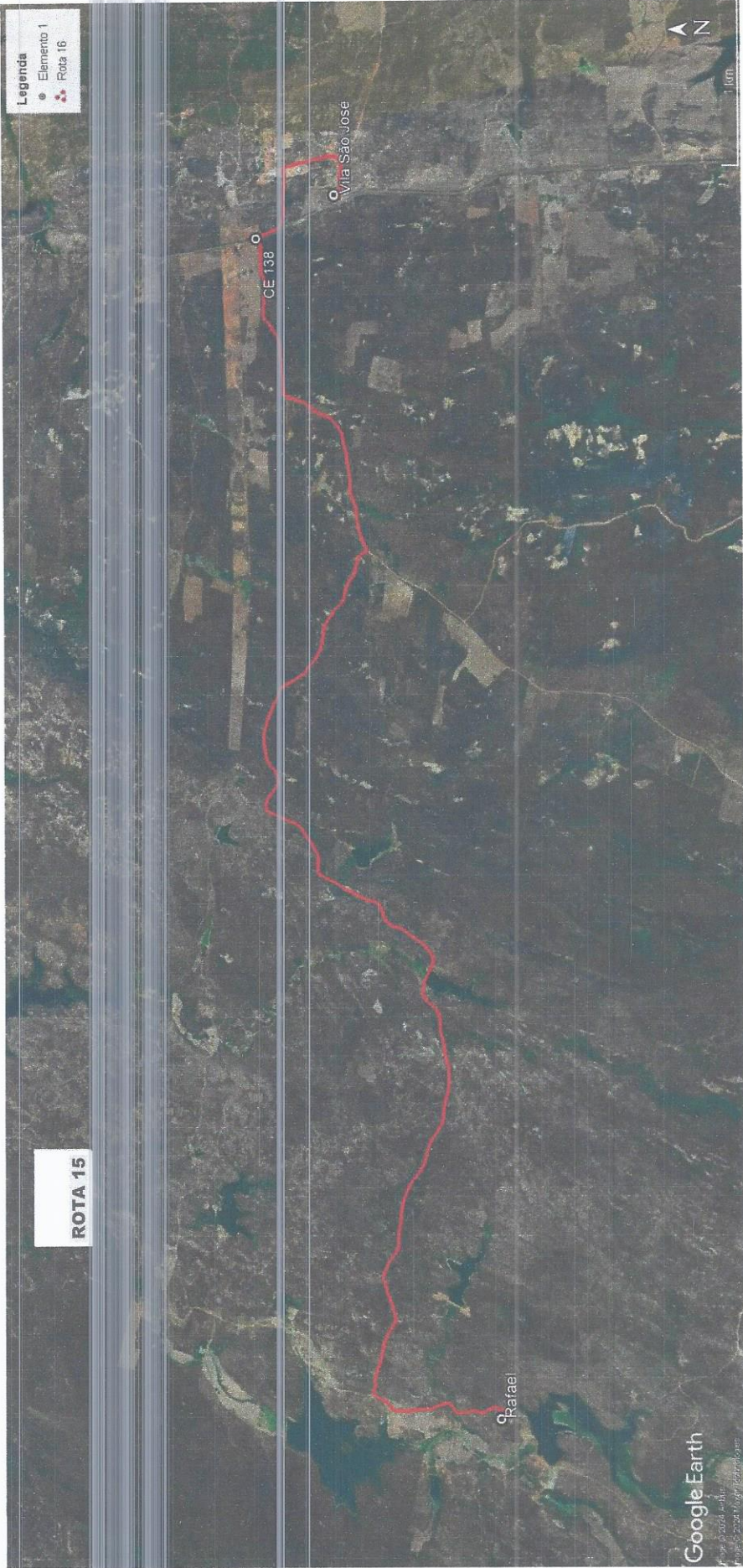
M. de 1990
0,18

GERREFERENCIAMENTO, DESCRITIVO, DISTÂNCIAS E TIPOS DE PAVIMENTOS

ROTA 14

Trecho	Início	Final	Distâncias em Quilômetros							
			QTD. Carrocável	QTD. Tosta.	QTD. Paralel.	QTD. Asfalto	QTD. Ida	QTD. Volta	QTD. KM/DIA	
19	Cruzamento da Rua Francisco das Chagas de Q. Campelo com Rua Cassimiro Costa Moraes, seguir em frente	Escola Albatiza Tavares (parada e segue em frente)		0,45				0,45	0,45	0,90
	Coordenadas: 577011.00,9357977.00	Coordenadas: 576992.00,9358370.00								
20	Escola Albatiza Tavares (parada e segue em frente)	Cruzamento da Rua Antônio Tavares Magalhães com Rua Cassimiro Costa Moraes (Dobrar a Direita)		0,39				0,39	0,39	0,78
	Coordenadas: 576992.00,9358370.00	Coordenadas: 576934.00,9357986.00								
21	Cruzamento da Rua Antônio Tavares Magalhães com Rua Cassimiro Costa Moraes (Dobrar a Direita)	Cruzamento da Rua Cap. Manoel Rufino de Negreiros com Rua Antônio Tavares Magalhães (virá a direita)			0,09			0,09	0,09	0,17
	Coordenadas: 576934.00,9357986.00	Coordenadas: 576914.00,9357909.00								
22	Cruzamento da Rua Cap. Manoel Rufino de Negreiros com Rua Antônio Tavares Magalhães (virá a direita)	Entrocamento da Rua Gervásio Holanda Guerra com a Rua Delta Holanda (seguir em frente)				0,15		0,15	0,15	0,30
	Coordenadas: 576914.00,9357909.00	Coordenadas: 576877.00,9357777.00								
23	Entrocamento da Rua Gervásio Holanda Guerra com a Rua Delta Holanda (seguir em frente)	Entrocamento da Rua Ulises de Holanda Campelo com Rua Gervásio Holanda (Dobrar a Direita)			0,11			0,11	0,11	0,22
	Coordenadas: 576877.00,9357777.00	Coordenadas: 576871.00,9357664.00								
24	Entrocamento da Rua Ulises de Holanda Campelo com Rua Gervásio Holanda (Dobrar a Direita)	Pátio do Posto Riachuelo (final de rota, estacionar)				0,20		0,20	0,20	0,40
	Coordenadas: 576871.00,9357664.00	Coordenadas: 576742.00,9357734.00								
TOTAIS			25,65	1,84	0,40	7,06	34,95	34,95	34,95	69,90





ROTA 15

Legenda
● Elemento 1
● Rota 16

Google Earth
© 2008 Google

COM. PERM. LICITAÇÃO
4217/04
Prefeitura M. de Itapocuma-CE

Cícero Fernandes de Almeida
Tec. em Agrimensura
RNP-55618830300

CROQUI ROTA 15

GERREFERENCIAMENTO, DESCRITIVO, DISTÂNCIAS E TIPOS DE PAVIMENTOS

ROTA 15

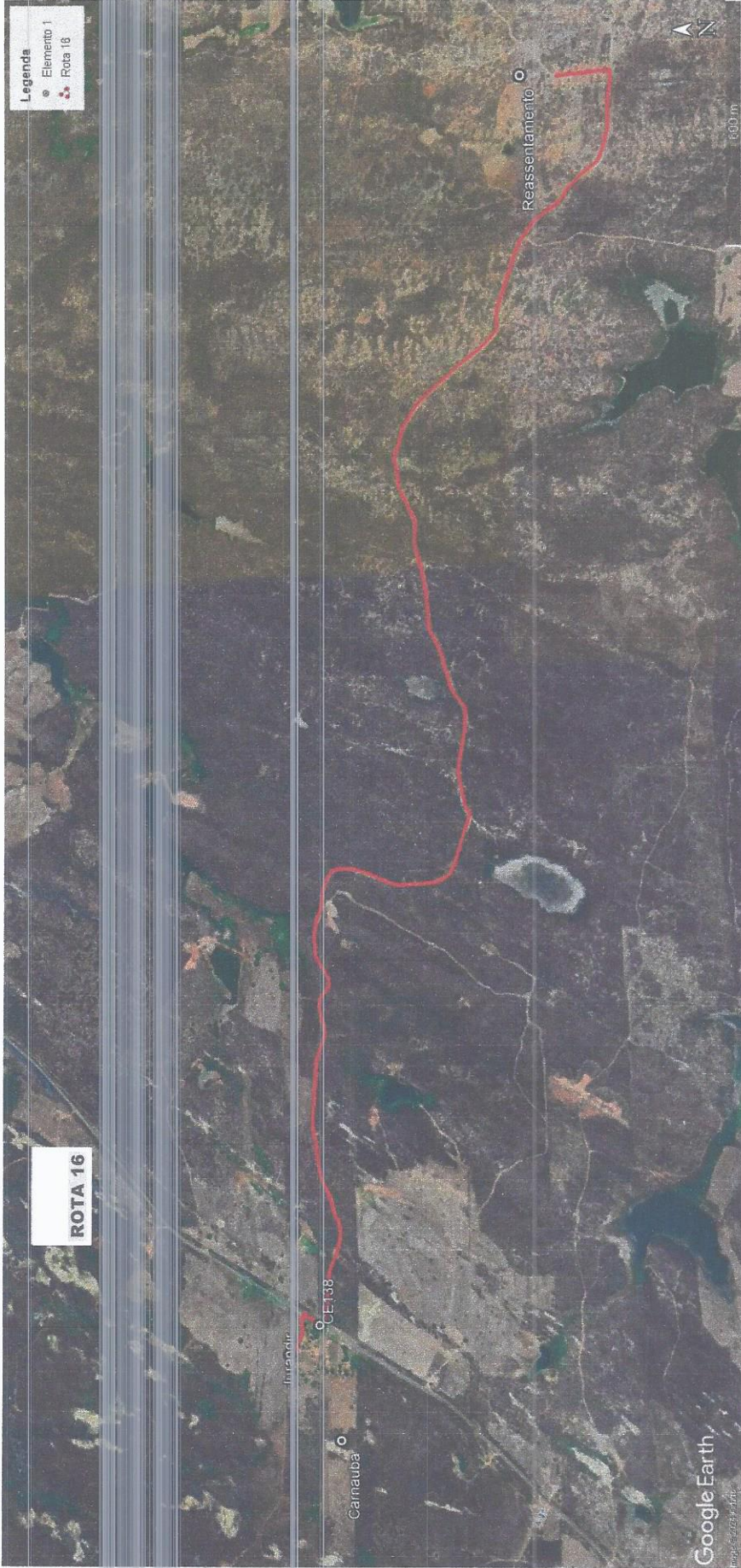
Trecho	Início	Final	Distâncias em Quilômetros							
			QTD. Carrocável	QTD. P. Tosca.	QTD. Paralel.	QTD. Asfalto	QTD. Ida	QTD. Volta	QTD. KM/DIA	
1	Casa de Gente Boa (Sítio Rafael)	Entrocamento (Dobrar a Direita)	1,10					1,10	1,10	2,20
	Coordenadas: 569068.00, 9372301.00	Coordenadas: 569020.00, 9373235.00								
2	Entrocamento (Dobrar a Direita)	Entrocamento (Dobrar a Direita)	4,90					4,90	4,90	9,80
	Coordenadas: 569020.00, 9373235.00	Coordenadas: 572927.00, 9374020.00								
3	Entrocamento (Dobrar a Direita)	Entrocamento (Segue em frente)	2,10					2,10	2,10	4,20
	Coordenadas: 572927.00, 9374020.00	Coordenadas: 574656.00, 9373245.00								
4	Entrocamento (Segue em frente)	CE 138 (Dobrar a direita)	2,30					2,30	2,30	4,60
	Coordenadas: 574656.00, 9373245.00	Coordenadas: 576886.00, 9374058.00								
5	CE 138 (Dobrar a direita)	Entrocamento (Dobrar a esquerda)						0,18	0,18	0,36
	Coordenadas: 576886.00, 9374058.00	Coordenadas: 576926.00, 9373892.00								
6	Entrocamento (Dobrar a esquerda)	Entrocamento com Via Calçada (Dobra a direita)	0,40					0,40	0,40	0,80
	Coordenadas: 576926.00, 9373892.00	Coordenadas: 577325.00, 9373876.00								
7	Entrocamento com Via Calçada (Dobra a direita)	Escola José Bilro (Parar e seguir em frente)		0,06				0,06	0,06	0,12
	Coordenadas: 577325.00, 9373876.00	Coordenadas: 577307.00, 9373830.00								
8	Escola José Bilro (Parar e seguir em frente)	CE 138 - Finaliza e estacionar		0,70				0,70	0,70	1,40
	Coordenadas: 577307.00, 9373830.00	Coordenadas: 577029.00, 9373457.00								
TOTAIS			10,80	0,76	0,00	0,18	11,74	11,74	11,74	23,48



 Cicero Fernandes de Almeida

 Tec. em Agrimensura

 RNP-55618860300



Cícero Fernandes de Almeida
 Tec. em Agrimensura
 RNP-55618800300




CROQUI ROTA 16

GERREFERENCIAMENTO, DESCRITIVO, DISTÂNCIAS E TIPOS DE PAVIMENTOS

ROTA 16

Trecho	Início	Final	Distâncias em Quilômetros							
			QTD. Carrodável	QTD. P. Tosca.	QTD. Paralel.	QTD. Asfalto	QTD. Ida	QTD. Volta	QTD. KM/DIA	
1	Casa de Aleiúia (Reassentamento Boa Esperança)	CE 138 (Sítio Carnaúbas) - Dobrar a Direita	3,31					3,31	3,31	6,62
	Coordenadas: 578778.00, 9368315.00	Coordenadas: 575471.00, 9368960.00								
2	CE 138 (Sítio Carnaúbas) - Dobrar a Direita	Entrocamento (Dobrar a Esquerda)				0,07		0,07	0,07	0,14
	Coordenadas: 575471.00, 9368960.00	Coordenadas: 575491.00, 9369022.00								
3	Entrocamento (Dobrar a Esquerda)	Casa de Jurandir (Sítio Carnaúbas) - Finaliza e estacionar	0,95					0,95	0,95	1,90
	Coordenadas: 575491.00, 9369022.00	Coordenadas: 575379.00, 9369047.00								
TOTAIS			4,26	0,00	0,00	0,07	4,33	4,33	8,66	


Cicero Fernandes de Almeida
 Tec. em Agrimensura
 RNP-55618830300

